Ministério Público do Estado de Minas Gerais
ACADEMIA DE LETRAS

Revista Literária

Academia de Letras do Ministério Público de Minas Gerais

Ano 4 - volume 4 - 2017

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não correspondem, necessariamente, à opinião da Revista Literária da ALMPMG.

Os artigos publicados são propriedade da Revista Literária da ALMPMG e sua reprodução é permitida somente com autorização dos editores e citação da fonte original.

R454 Revista Literária da Academia de Letras do Ministério Público de Minas Gerais

ano 1, v. 1, (jan./dez. 2014) - Belo Horizonte, 2014

Anual

ISSN 2446-8177

1. Literatura. 2. Academia de Letras.

CDU 805.05

REVISTA LITERÁRIA | ACADEMIA DE LETRAS MP/MG | ANO 4 | nº 4 | 2017

REVISTA LITERÁRIA DA ACADEMIA DE LETRAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS

Fundada em 2014

DIRETOR
Procurador de Justiça J. Cabral Netto

COLABORADORES
Antônio José da Costa Filho, Danielle de Guimarães Germano Arlé, Duarte Bernardo Gomes, Joaquim Cabral Netto, José Luis Monti, Luiz Alberto de Almeida Magalhães, Luiz Carlos Abritta, Maria de Lourdes Coimbra Nepomuceno Chaves, Maria Odete Souto Pereira, Marcos Paulo de Souza Miranda, Marcos Viola de Carvalho, Mário Cavalheiro Lisboa, Maurício Braga de Mendonça, Mônica Sofia Henriques da Silva, Octavio Augusto Martins Lopes, Raquel Pacheco Ribeiro de Souza, Sérgio Soares de Oliveira, Shirley Machado de Oliveira, Sylvio Fausto de Oliveira, Teodoro Peres, Walter Paulo Sabella.

DIRETORIA DA ALMP/MG
Presidente – Luiz Carlos Abritta
Vice-Presidente – Antônio Lopes Neto
Secretário-Geral – Joaquim Cabral Netto
Tesoureiro – Marcos Paulo de Souza Miranda

CONSELHO FISCAL
Titulares
Bertoldo Mateus de Oliveira Filho
Maurício Braga de Mendonça
Maria Odete Souto Pereira

Suplentes
Abelardo Teixeira Nunes
Antônio Aurélio Santos
Luiz Alberto de Almeida Magalhães

REDAÇÃO
ASSOCIAÇÃO MINEIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO
R. Timbiras, 2928 – Tel. (31) 2105-4878
30140-062 – BELO HORIZONTE – MG

REVISÃO
Cristhiane Maurício Cornélio

FICHA CATALOGRÁFICA
Tatiana Augusta Duarte de Oliveira – CRB 2842 – 6ª Região

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Derval Braga Jr.

IMPRESSÃO
Gráfica e Editora O Lutador

Sumário

I - Peças Ministeriais e Notas Judiciais Históricas..... 7

Evolução de uma Justiça Vitoriana 9
Pareceres em versos na Bahia *Antônio José da Costa Filho* ... 12

II - Poemas 17

Antônio José da Costa Filho.....Por quê?... 19
Estrela cadente 21
Onipresença..... 22
Ausência 23
Aparência 24

Maria Odete Souto Pereira.....Confissão ... 25
Poema para Maria ... 26
Paz no jardim 27
As duas rosas... 28
Palavras... 29
Duas meninas ...30
Os galos do mercado central ... 31

Maurício Braga de Mendonça.....Serra do Caparaó 32

Mônica Sofia Henriques da Silva..... Fim ... 34
Pólis...35
Passado ... 36
Angelins... 37

Raquel Pacheco Ribeiro de Souza.....Travessia... 38
Deserto ... 39
Ouro Preto ... 41

Sérgio Soares de Oliveira..... O Cortês..... 42

Shirley Machado de Oliveira.....Ave.... 44
Congo... 44
Fatos... 46

Walter Paulo Sabella.....Olhares ... 48
Sótãos... 50

III - Trovas 53

Luiz Carlos Abritta.....Abritta em trovas... 55

Maria de Lourdes Coimbra Nepomuceno Chaves.....Trovas travessas..... 57

Maria Odete Souto Pereira..... Maria Odete em trovas ... 61

IV - Contos, Crônicas e Causos 63

Danielle de Guimarães Germano Arlé.....Filhos e merendeiras ... 65
Ter irmã 68

Marcos Viola de Carvalho.....Mate de hora em hora....71

Maria Odete Souto Pereira.....Ressonâncias do pensamento ... 74

Mário Cavalheiro Lisboa.....Rincão da Porta .. 75
O casamento moderno....77

Sylvio Fausto de Oliveira.....O detento Cintura Fina... 79

Teodoro Peres.....Talo e palha da palmeira e a esperança ... 82

V - Depoimentos de Vida 85

José Luis Monti.....Dias de cumpleaños ... 87

Sylvio Fausto de Oliveira .....Doutor Décio Moreira... 102

Teodoro Peres.....O velório e a carpideira... 106

VI - Críticas e Comentários Literários 111

Luis Alberto de Almeida Magalhães.....A poesia e o poeta pantaneiro
Manoel de Barros 113

Luiz Carlos Abritta.....Divisão, estrutura e episódios principais de Os Lusíadas ...136

VII - Ensaios Históricos, Literários e Biografias 145

Duarte Bernardo Gomes .....Maquiavel e o teatro 147

J. Cabral Netto.....Uma vida emocionante - Padre Júlio Maria de Lombaerde ...155

Marcos Paulo de Souza Miranda.....A batalha de Santa Luzia ...178

VIII - Patronos das Cadeiras Homenageados 194

Octavio Augusto Martins Lopes.....Geraldo Freire ... 195

IX - Nossos Colaboradores 211

I

Peças Ministeriais e Notas Judiciais Históricas

Evolução de uma Justiça Vitoriana

Antônio José da Costa Filho

A adequação das formalidades processuais no Brasil tem registrado, não raro, dificuldade em se adaptar à evolução tecnológica.

Isso aconteceu com a aceitação da prolação das sentenças através de máquinas de escrever, no primeiro quartel do século XX. Em 1929, a Câmara Criminal do Tribunal da Relação de Minas Gerais anulou uma sentença judicial porque não tinha sido escrita de próprio punho pelo Juiz. A decisão havia sido datilografada.[1] Foi preciso que o Supremo Tribunal admitisse aquela forma processual, pois, em razão do uso da máquina de escrever, as decisões estavam sendo, aos milhares, inquinadas de nulidade processual.

A máquina de escrever foi, por cerca de um século, a única evolução aceita pelo Poder Judiciário.

Uma vez mais o Tribunal de Minas Gerais entendeu, em 1990, que "urge se defenda o idioma nacional, em toda a sua pureza vernacular, impedindo inovações espúrias, que o comprometem, como o mau vezo de mutilar dígrafos ou de escrever palavras desacompanhadas de sinais gráficos considerados obrigatórios, somente porque os computadores ainda estão programados seguindo regras próprias da língua inglesa falada nos Estados Unidos".[2]

1 Cf. Fábio Ulhôa Coelho. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2007-set-08/judiciario_ainda_reluta_avancos_tecnologicos>.

2 Cf. Mandados de Segurança e de Injunção p. 263 *et seq.*

E concluiu: "Espero que os impetrantes, ao cumprirem o item I deste despacho, o façam obedientes tanto à norma constitucional como à processual".

O computador rapidamente se modernizou e foi incorporado à dinâmica da aplicação da lei.

Até 1970 as comunicações judiciais eram feitas por ofício e mandadas por malote ou via correios, observou Vladimir Passos de Freitas.[3]

E mais! Diz ele que, de 1970 a 1999, as peças processuais "utilizavam a doutrina e a jurisprudência como formas de sustentação de um ponto de vista".

E a forma de acompanhar aquela jurisprudência exigia que os profissionais do Direito organizassem fichas, acomodadas em caixas, sobre os mais variados temas, e que assinassem revistas de jurisprudência. O telefone celular permite hoje o acesso à jurisprudência mais atual e imediata.

A evolução tecnológica é tão rápida que pode, inclusive, colocar serventuários da justiça em dúvida sobre a possibilidade, ou não, da legalidade de algum ato. Fábio Uchoa Coelho, em seu trabalho já referido, mostra que em 1995 um advogado teve dificuldade ao protocolar uma petição num Fórum do interior de São Paulo, "porque a peça tinha sido impressa em impressora a *laser*, despertando a desconfiança do escrivão, que só conhecia, até então, a impressão matricial".

E mais: "nos anos 1980 chegou uma máquina revolucionária: *telex*. Não expediam precatórias por *telex*, mas com suas mensagens se cobravam informações de toda espécie".

Por sua vez, o *telex* foi sucedido pelo *fax* e este pelos *e-mails* e videoconferências. Estas últimas podem realizar de imediato algumas atividades judiciais até mesmo além-fronteiras. A legislação terá que se modernizar, com sua constante atualização.

3 Disponível em: <https//.conjur.com.br/2015-mai-31/segunda-leitura-pesqujisa-jurisprudencia-comunicacoes-judicias-evoluem-brasil>.

Que venha o futuro, diz Vladimir Passos de Freitas, "avançando sem medo, para o futuro, mas sem perder nossa memória forense. Ela serve não apenas como comparação de épocas, mas também para evitar que repitamos erros cometidos".

Pareceres em versos na Bahia

Antônio José da Costa Filho

Antônio José da Costa Filho era Promotor de Justiça na cidade de Feira de Santana, na Bahia. Um dia deu um Parecer em verso. Como o processo envolvia o parente de uma autoridade do Estado, aquela autoridade entrou em contato com o Procurador-Geral de Justiça do Estado, esperando que a manifestação do Promotor fosse objeto de aplicação de censura. O Procurador respondeu, apenas, que, após exame minucioso, o subscreveria.

Um nome e alimentos para um filho,
que dizia do suplicado,
eis o que requereu a autora,
em seu arrazoado.

Contesta, mas confessa o requerido,
ser pai do investigando
embora outros fatos negue,
apenas "*ad argumentandum*".

A fls. treze item três,
como um douto diria,
está dito de uma só vez
o que a autora pretendia.

Ex-positis, para a lei possa cumprir,
seja tentada a conciliação
e se esta efeitos não produzir
mesmo por incompreensão,
além da averbação do registro,
fazendo-se nele a inscrição
do nome do pai confesso,
condene-se-o à prestação,
É o que peço.

Tempos depois o Dr. Antônio José da Costa Filho, já então Procurador de Justiça, deu um Parecer, também em versos, tendo o Desembargador relator se recusado a aceitá-lo, em razão de sua forma inusitada, o que, entretanto, não impediu que fosse aquela peça processual apreciada pela respectiva Câmara.

Egrégia Câmara atentai bem
para o processo ora examinado
injustiça a sentença não contém
verificai que tudo está provado.

Mostra-se o réu irresignado
contudo, R. O. da Cruz,
foi muito bem condenado
com uma pena a que fez jus.

Do flagrante a irregularidade
é intempestivamente arguida,
e apenas a bem da verdade,
a lei não foi desobedecida.

O apelo não será considerado,
de severa, a pena nada tem,
pelo ilustre magistrado
foi aplicada muito bem.

Apreciou do réu os antecedentes,
do dolo a intensidade,
e todos os seus precedentes,
revelaram muita perigosidade.

Às folhas quarenta e três,
de drogas confessou-se traficante,
mais de um lugar, mais de uma vez,
dos jovens é corruptor atuante.

Sempre do crime vivendo,
em sua saga de maldade,
os jovens vinha corrompendo
qual germe nocivo à sociedade.

Assim o "quantum" fixado
Encontra da lei cobertura
No art. 12 do diploma citado
na sentença de boa feitura.

Por isto, nestas contrarrazões
em versos mal alinhados
vai o pedido de muitos corações
pelos tóxicos dilacerados.

Egrégia Câmara Criminal,
à pena o recorrente fez jus,

ajudem a combater esse mal,
que o réu carregue a sua cruz.
Ele não merece ver acolhida
sua injusta pretensão,
que por certo há de ser indeferida
com base na lei e na razão.

II

Poemas

Por quê?

Antônio José da Costa Filho

Por que eu me perdi
quando a encontrei?

Por que a deixei partir
se me apaixonei?

Por que não a posso ter
e vivo a te querer?

Por que consigo te ouvir
sem que estejas a falar?

Por que teu nome murmuro
se sei que não me vais escutar?

Por que ansiosamente espero
se tu não irás chegar?

Por que tanto procuro
sabendo que não vou te encontrar?

Por que não a esqueço
se não quero lembrar?

Por que distante pareces
se a vejo até em minhas preces?
Por quê?

Estrela cadente

Antônio José da Costa Filho

Não quero ser
recordação
nem promessa
desgosto
nem alegria
arrependimento
nem esperança.

Eu quero ser
um momento fugaz
que o tempo não ameaça
nem desfaz
o hoje
o gozo
o prazer
estrela cadente
que a memória
esquece
que ninguém
sabe
onde caiu.

Onipresença

Antônio José da Costa Filho

A minha solidão
Nunca está só

a sua lembrança
não permite.

O meu pensamento
nunca está vazio

a sua saudade
não deixa.

As minhas recordações
nunca estão distantes

a sua onipresença
impede.

Ausência

Antônio José da Costa Filho

Cessou o marulho suave ao amanhecer
e o barulho dissonante do "rush"

evaporou-se o perfume doce do jasmim
o gás carbônico das avenidas
não intoxica mais

o luar da lua nova
não encanta os olhos
que também não ardem
com a fumaça das chaminés

não se ouvem sussurros de amor
nem palavrões chocantes são gritados.

Ela se foi

ela não veio
nem sei se virá
mas sei que chegando
me encontrará.

Aparência

Antônio José da Costa Filho

Muitas vezes o silêncio
É o mais alto grito de amor.

Por isso emudeço quando estou com você.

Confissão

Maria Odete Souto Pereira

Se meus olhos nunca mais brilhassem
se mostrassem a dor de hoje e de outrora
se o sorriso dos meus lábios se apagassem
e transparecesse o amor que sinto agora
Se o murmúrio de minha prece
você pudesse oculto escutar
a dor que encerra a piedade que merece
a súplica a tristeza do meu rezar
Se me olhasse sempre e me seguisse
quando só estou a pensar
talvez me dissesse o que não disse
porque é triste ver lágrima no olhar

Poema para Maria

Maria Odete Souto Pereira

Maria, nome de santa
nome de Santa Maria
deixa eu deitar no teu colo
e declamar uma poesia
deixa eu te queixar
lamuriar sorrir brincar
gargalhar até chorar
dos casos do dia a dia
que saudades eu tenho
daquele tempo, Maria
e ao ouvir sua voz doce
o passado se fez presente
iluminando o meu dia
e com este singelo poema
eu te agradeço mil vezes
minha amiga, Maria

Paz no jardim

Maria Odete Souto Pereira

A amoreira e o ipê florido
juntos no jardim
deram-se as mãos
a amoreira vestiu-se de amarelo
e o ipê tornou-se mais belo
e muito doce

As duas rosas

Maria Odete Souto Pereira

Duas rosas
cor de rosa
nasceram juntas
no mesmo galho
vez por outra
cai-lhes uma pétala
mas elas seguem
contemplando o nascente
até que a última pétala caia

Palavras

Maria Odete Souto Pereira

Palavra que fere
palavra que mata
palavra que alivia
palavra que exalta
palavra que nega
palavra que arrebata
e outras palavras
soltas ao vento
sem ressonância
apenas palavras

Duas meninas

Maria Odete Souto Pereira

Marina e Paloma
Paloma e Marina
duas meninas
perdem o sono
Paloma e Marina
falam baixinho
entre sorrisos
cantam e dançam
que tempo bom
o de criança
diz Paloma
que bela infância
sorri Marina
Marina e Paloma
duas meninas

Os galos do mercado central

Maria Odete Souto Pereira

Vem a noite mais do meio
e os acordes de cotovia
são eles em harmonia
os galos do mercado central
entoando um canto longo
aclamando com amor o encanto
do advento da aurora
que sábia lição emprestam
aquelas aves canoras
vivem o presente o agora
a vida que lhes aflora
é a melhor a mais bela
e não querem nem saber
se logo mais ao amanhecer
irão presos dependurados
ou em gaiolas de arame
para o almoço ou jantar
enriquecer ou enfeitar
os petiscos da madame

Serra do Caparaó [4]

(outra serra não conheço!)

Maurício Braga de Mendonça

Do Verde, verde do vale
Ao vale do Encantado
Entre Morros e Riachos
Vou subindo, vou subindo
No lombo do Burro, ao trote de mansinho,
do animal pachorrento, lento...
minha visão se estonteia.
No alvo lençol quilométrico
Da cachoeira Bonita...
Serra do Caparaó
"Outra Serra não conheço"
Do Tronqueira ao Terreirão
A trilha se estende solitária,
Terra úmida, pedras soltas
Sol quente e cansado pelo caminho
Para trás vai ficando...
Lembrança de cidade grande
No habitat o canto das aves
Conduz-me ao seio da vida!
Serra do Caparaó
Outra serra não conheço

4 Obs.: A Serra do Caparaó situa-se nos estados de Minas Gerais e no Espírito Santo. O Pico da Bandeira está ali localizado a uma altitude de 2.800m. É o terceiro maior Pico em altitude em nosso país.

... De súbito, a muralha de pedras
Guardiã do pico-rei
Alcançando o infinito
Escalada difícil, fascinante...
E eis-me no topo
O corpo suado sob as vestes de frio
A abraçar, vitorioso, a Cruz de madeira
Hosana! Conquista enfim
Do Pico da Bandeira!
Ao redor, ondulante cordilheira
Cheia de naus boiando entre nuvens
Presas ao porto
De onde se avista o sol
Depois o repouso do comandante
No porto da escuridão.

Fim

Mônica Sofia Henriques da Silva

De repente
Um dia
Como qualquer outro dia
O que era presença
É saudade

Mônica Sofia Henriques da Silva

Pardal saltitante
Pula ligeiro no asfalto cinzento
Cisca daqui e dali
Pardal saltitante
Voa ligeiro na cidade intensa
Canta daqui e dali
Pardal saltitante
Pousa ligeiro no menino pobre
Correm daqui e dali
Pardal saltitante e seu pequeno amigo
Vivem ligeiro na cidade cega
Sonham daqui e dali
Invisíveis.

Passado

Mônica Sofia Henriques da Silva

A caixa de correio.
Verde.
Guardava cartas muito esperadas
De terras distantes.
Guardava papéis sem importância e as chaves da casa.
Conferida diariamente.
O verde escuro brilhante.
Imponente e importante.
Deixou de existir...
Não sobreviveu a este mundo sem cartas e poesia.

Mônica Sofia Henriques da Silva

Quando menina era planta nova de raízes firmes
No chão.
Vento forte não abalava
Quando menina era folha viçosa querendo sol.
Hoje, tronco retorcido.
A leve brisa arrepia.
Árvore de cerrado
Não encontra sombra

Raquel Pacheco Ribeiro de Souza

Segura minha mão e permita,
que eu veja teus olhos encarcerados,
nos meus olhos marejados.

Deixe que eu te leve pela estrada,
ou que te enlace num abraço de alma,
ou te acomode, simplesmente.

Deixe que eu fique aqui,
esperando o tempo vago,
na ampulheta esguia, insistentemente.

Permita que eu esteja agora,
Acalentando seus receios,
do porvir em devaneios,
e dos mistérios desta hora.

Deserto

Raquel Pacheco Ribeiro de Souza

Desertos adormecidos,
sussurrados, esquecidos.
Onde foi que os deixei?

Não me lembro de como eram,
Se vieram, se os busquei.
Se chegaram como um achado,
Ou se eu os conquistei.

Mal reconheço a imagem,
tão distante, baralhada,
daquilo que desejei.

Ao longe vejo meus sonhos,
vagueando desbussolados.
Labirintos percorridos,
premidos, desolados.

Sonhos, desejos, futuro,
tudo o que acalentei.
Minha vida, em uma palavra.
Onde foi que te deixei?

Quero tê-los de volta,
como eram, como sei,
como soube algum dia.
Meus desejos de afeto.
Onde foi que os deixei?

Procuro sobre a mobília,
na cama desarrumada,
no meio dos meus pertences,
na minha existência calada.

Tudo está de madrugada,
sombras, soluços, passado.
Casa grande abandonada
e a senzala vivam em mim.

O papel rasgado na alma,
o cristal despedaçado,
quantos ideais soçobrados,
quanta saudade, enfim.

Quero meus risos de volta,
ecoando por onde andei.
Esperanças, desejos e sonhos.
Num deserto incompreendido,
foi lá que os deixei.

Ouro Preto

Raquel Pacheco Ribeiro de Souza

Ouro Preto em bronze seco,
numa manhã de outono breve,
anuncia na pedra fria,
o alvorecer de mais um dia.

Horas inteiras de ladeiras,
em ruas inconfidentes,
passos, pessoas, passeios,
ideando os casarios,
entre gemas e bordadeiras.

O sol pálido no intenso azul,
reflete prata no chão pisado,
escravizado, conjurado,
pelos mártires rememorado.

Nas mãos dos bandeirantes,
nos sonhos dos tropeiros,
nos minérios dos mineiros,
nas montanhas da cidade.

História encravada na terra.
Sangue e sonho de liberdade.
És do mundo, Ouro Preto!
Patrimônio da humanidade.

O Cortês [5]

Sérgio Soares de Oliveira

Vi seu sorriso aberto
Não faz tanto tempo
Tempo, o que é o tempo?
Amsterdã não é tão perto
Noção vaga em infinito
A amizade, essa é certa
E com o tempo só aperta
Como flores no jardim (das acácias)
A vida passa, sempre assim
E o amigo que já não vejo
Me faz falta o traquejo
O humor, a perspicácia
O jeito de fazer graça
Um negócio a explorar
E a vida a ensinar
Em seu nome cortesia
E vi seu sorriso aberto.

5 Homenagem póstuma a Luiz Valério Cortez da Costa

Ave

Shirley Machado de Oliveira

Não há borbulhas ou gorgolejos
Só o silêncio do vaso repleto

Nesse cair sereno,
Misturam-se âmagos
E na criatura imprime o infinito.

O ser alcança-se deus.

Solar, o inverso brilha
E se dilata (tudo é possível)
E percebe que seus limites,
Outrora justos e intensos,
Afrouxam-se por capricho
E se alargam como a estrada

A face avista o invisível
E para lá, a alma navega
Sabendo que a luz a lhe ligar
É sua própria candeia,
Jamais apagada
Ave-alma.

Congo

Shirley Machado de Oliveira

Tá caindo flor!
Tá caindo flor!
Por dentro e à volta

Sim! Liberdade!
Caminha, descolorida,
Pra luz do dia
Que a sombra é o desenho de teu corpo belo
Jamais tronco ou elo

Vem serena e sente
Os pés livres pisando a terra emprestada.
Não têm preço as canelas!

Dance, cante, o que mais quiser
Que o silêncio não rouba a voz
Nem o mal, a humanidade

Sai pra vida, porque és a própria flor
Que cai e tapeteia o cenário.
Escolha teu aroma, teu credo,
Teu prato, teu retrato, teu dono.
Todo lugar te aguarda
E a paisagem, teus cachos rebeldes

Vem brilhar teu rastro de espelhos
Onde vejo minhas partes
E com teu som e tua arte
Fazer minha a tua história

Shirley Machado de Oliveira

Em redor do abismo, a passos curtos
Um pé no ar, outro no destino

Corre perdido o horizonte.

Céu ou chão,
Questão de inclinação.

Ao longe, canta Maria preta,
A esperança encharca a seca:
Há vida no sertão.

Aqui, acolá, brota um ser desbravado,
Arretado e teimoso:
Enfrenta os nãos

Mas em volta, ausências rastejantes,
Corriqueiras, viram retrato,
Do retrato, conto
Do conto, reconto
E deste, fato

Emudece maria preta
Leva da memória seu voo e sua voz,
Como se nunca tivessem nascido.

Mas uma hora ela volta,
De um passado tão antes do passado
Que é o próprio presente,
Após a verdade virar sonho, e o sonho, verdade
Vem o dia em que ela volta!

E traz um canto livre,
Alma ao sol,
Som sem catálogo,
Paz indizível:

A paz de saber ter asas!
Maria preta, a terra também é

Walter Paulo Sabella

Os olhos que me fitam
sabem mares jamais tocados
pela quilha das aventuras.
E terras livres de fronteiras,
ermas da sombra dos homens.
Os olhos que me fixam
nada sabem das fadigas
que medram no rastro das andanças.

Os olhos que me cravam
a certeza de seus sonhos
querem campos virgens de lavria
e asas de amplidão.
Querem tudo que as utopias consentem
e muito além do que proíbem.
Sonham ares e caminhos
nunca dantes percorridos.

Os olhos que me veem
amam mundos prometidos
correm céus, viajam sóis,
espreitam cósmicas miragens.
Nada escondem ou confessam
nem ocultam sob o véu das faces.

Os olhos que me crivam
Os olhos que me crivam
e hoje me sabem outro,
embora com indulgência,
pedem contas de meus atos.
Onde jaz a fantasia?
Do que é morta a esperança?

Os olhos que me acompanham
Estão nas telas do tempo
cerradas em minhas retinas.
Pertencem a quem já fui.
São os olhos do menino
Que há muito já não sou.

Sótãos

Walter Paulo Sabella

Quando me busco,
encontro o que restou,
após o esmeril do tempo.
Vou aos cantos da memória,
Sombrios como sótãos
Que abrigam velharias.
Estão aí os despejos do caminho,
Como a cidade sem nome,
que habitei ao despertar.
Seus amplos descampados,
como desertos faltos de dunas.
Seus brancos algodoais,
Como lavras de neve
Na terra vermelha
Sujas ruas pisadas de tédio
Que a chuva calçava em lamaçais.
Seu casario de solidões
que a noite vestia de trevas.
A primeira visão da morte,
na face da menina de branco,
que a crença vestiu de anjo
para ter ingresso nos céus.
O cura da paróquia que,
fatigado dos pecados alheios,

sucumbiu aos fascínios da carne.
Os roceiros de mãos crestadas
e suas bilhas de água fresca
à sombra dos mamoneiros,
que estalavam ao fogo do sol.
O poeta-cantador
e seu verso de fala arrastada,
à porta do botequim,
a dizer da saudade
que, à tarde, no peito arde.
O mascate de vindas bissextas
e os tropeiros de rotas diárias.
Os ciganos, viajores da sorte,
o rábula de gestos esquivos,
o guarda-livros, e tantos outros,
sem rosto, alguns outros, sem nome.
E na penumbra desses sótãos,
em vão me busco, e não me acho,
mas sei que estou.

III

Trovas

Abritta em trovas

Luiz Carlos Abritta

A União Brasileira de Trovadores inseriu algumas das trovas de Luiz Carlos Abritta em seu Suplemento Cultural nº 34, de dezembro de 2013.

Nem o sofista profundo
esta verdade falseia:
quem se julga rei do mundo
é um pequeno grão de areia!

Nessa vereda que é a vida
Vou de tropeço em tropeço,
pois cada nova subida
é sempre um novo começo.

Eu tenho perseverança
e à tristeza me anteponho:
garimpeiro da esperança,
sempre vivi do meu sonho.

Sou estrela matutina,
tu és pura Aldebarã;
eu sou astro que declina,
tu és o sol de amanhã!

Do meu verso é sempre a fonte
essa cidade lendária,
chamada Belo Horizonte
a Capital Centenária.

Transformo a dor desse pranto
em suave melodia, acalanto,
e, nesse doce acalanto,
faço da noite meu dia!

Guardei dos sonhos retalhos
para, nas minhas andanças
afugentar espantalhos,
usando as velhas lembranças

Do simples pó eu procedo,
sei que a ele hei de voltar,
a vida não tem segredo:
é um eterno retornar.

Trovas travessas

Maria de Lourdes Coimbra Nepomuceno Chaves

Maria de Lourdes Coimbra Nepomuceno Chaves já esteve em nossa Revista. De fato, em nosso primeiro número ela se fez presente com seus acrósticos. Volta ela, agora, com suas trovas, selecionadas de seu livro *Trovas Travessas*.

Sobre "*quadra*" e "*trova*" disse o Dr. Geraldo Dácio de Souza, em seu prefácio da mencionada obra:

> Como é do universal conhecimento, em poesia, cada linha se chama verso. A *quadra* é uma poesia formada de uma única estrofe contendo quatro versos, em geral rimados, de profundo gosto popular. A quadra expressa uma mensagem, uma definição, um sentimento ou uma situação peculiar. A extensão dos versos não tem regra própria na quadra, devendo, contudo, haver simetria, sonoridade e eufonia na inter-relação dos versos, visando a dar beleza, harmonia e conteúdo à composição.
>
> A *trova* constitui *uma quadra especial, uma quadra nobre, dotada de regras próprias de constituição*. Também monostrófica, cada verso deve ter sete sílabas métricas ou poéticas (redondilha maior), sílabas essas contadas pelo som, com rima e sentido completo. Na trova, a rima é obrigatória embora o título seja dispensável. Deve, porém, oferecer ao leitor o significado completo da mensagem a ser transmitida. É a trova, pois, uma composição poética de quatro versos setissílabos, com rima e mensagem facilmente captáveis pelo homem comum.

Segundo J. F. de Araújo Jorge, que dispensa apresentação, as trovas são a alma do povo.

Afirma aquele renomado poeta que as quadras (em que se incluem as trovas) escapam a análises que possam diagnosticar-lhes, com precisão, o artífice. São pequenas demais, a despeito de, como pequenas poças, poderem refletir o céu, todo o infinito céu do sentimento humano. Escreveu:

A trova – conta de um canto –,
Poça d'agua sobre o chão,
Tão pequenina e entretanto,
Reflete toda a amplidão.

Ou

Nesta casa tão singela
Onde mora um Trovador
É a mulher que manda nela
Porém nos dois manda o amor.

A autora revela qualidade superior de editora de trovas. Isso se constata na adequada construção dos versos e na delicadeza dos temas de que tratam. Percebe-se, com efeito, na ideia que inspira as trovas e em suas respectivas mensagens, construções poéticas de elevado valor e sensibilidade. Quem não se encanta com os versos "... Saudade é aquilo que fica, daquilo que não ficou...".

Geraldo Dácio de Souza

A Revista da Academia de Letras do Ministério Público de Minas Gerais mostra aqui uma seleção das trovas do livro de Maria de Lourdes.

Fama a ninguém, diviniza;
E nem garante progresso,
Já o fracasso humaniza
muito mais do que o sucesso!

Veja esta lição verídica,
que alguém alhures ensinou:
Saudade é aquilo que fica
daquilo que não ficou!

Na dúvida entre a pobreza
da casa e sua caminhada,
sabe que a única certeza
é a incerteza da estrada!

Velho Chico sucateado...
Foi piscoso, hoje vazantes;
Teve o leito transplantado
por cabeças mal pensantes!

Ver eleito se empossar
com faixa e tornozeleira
é cerimonial díspar
na Esplanada brasileira

Se há remédio para o mal,
para que te preocupares?
Se não existe, ele é fatal
Por que então dele cuidar?

Seja ele rico ou da plebe
boa lição tem a guardar
na vida, quem mais recebe
Mais contas tem a prestar!

A coisa que mais conforta,
ante os tropeços da vida,
é sabermos o que importa
Para seguir na corrida!

Ele está recompensado,
chegou tarde, perdeu o trem:
mas ficou bem adiantado
para o próximo que vem

Léo fingia gostar de mim,
e eu só fingia acreditar;
E o jogo enganoso, enfim,
levou-nos um dia ao altar!

Maria Odete em trovas

Maria Odete Souto Pereira

Meu pai tem olhar fagueiro
e tão pleno de lembranças
era porto alvissareiro
de todas as esperanças.

Trago uma dor tão doída
cá no fundo do meu peito
se fizeste a ferida
vem agora dar o jeito.

Na blusa de seda branca
estão o laço e o abraço
laço eu faço e desfaço
saudade ninguém arranca.

Mar azul quanto segredo
murmuras aos pés da fonte
até levá-la ao degredo
muito além do horizonte.

Meu amor é verdadeira
esta saudade que existe
desde a hora primeira
em que daqui tu partiste,

Dizem que o amor é loucura
mas se o louco estiver bem
tente uma aventura
e fique louco também.

Aquela gota de orvalho
no seu cafezal em flor
é coração em retalho
chorando por seu amor.

Minas Gerais não tem mar
foi o que sempre aprendi
mas perto de seu olhar
o mar está mesmo aqui

Saudade bichinha alada
alugou meu coração
fez nele sua morada
e não quer sair mais não.

Que o bom menino Jesus
em sua visita anual
traga aos lares paz e luz
pelo menos no Natal.

IV

Contos, Crônicas e Causos

Filhos e merendeiras

Danielle de Guimarães Germano Arlé

Ansiosa. Sempre fui muito ansiosa e antecipada.

Fórmulas homeopáticas e florais ajudam-me a controlar os excessos, mas, vez em quando, as arestas da ansiedade apontam para fora.

Foi assim que, ainda no mês de setembro, quando um conhecido mostrou-me um catálogo de mochilas escolares de 2007, logo me interessei, querendo evitar o tumulto característico de final/começo de ano e os gastos extras próprios da época.

Então, de catálogo em punho, cheguei a casa para mostrá-lo aos meus dois filhos, destinatários finais dos referidos produtos. João Vitor, minha rapinha, não titubeou e, decidido como só ele sabe ser, logo apontou para uma linha da Hot Wheels, com mochila e merendeira combinando.

Gabriel, o primogênito, após olhar o livreto, analisou-o da capa à última página e afirmou: "quero esta mochila do Homem Aranha *Teen*".

Teen! Foi com surpresa que recebi sua escolha. "Mamãe, você sabia que, conforme meu primo me disse, eu já sou pré-adolescente?"

Não, não sabia. Não queria saber. Meninos de nove anos são meninos. E ponto final. Acabei, contudo, por ceder aos irrefutáveis argumentos. Afinal eu estava fazendo um cavalo de batalha por causa de um simples adjetivo: *teen*.

Pois bem. Anotei os códigos e, certa de que haveria uma merendeira fazendo par com a mochila (apesar de não encontrar

o produto no catálogo), escrevi no papel: "pedir também uma merendeira da linha *teen*".

Com a sensação de dever cumprido, deixei o papel na loja do conhecido e fui para o trabalho. Algumas horas depois, recebi uma ligação da loja, que afirmava não existir a merendeira pedida. Explicaram-me que crianças da quarta série não usam mais merendeiras. Pasmei! Não podia conceber um filho sem lancheira. Como admitir que um ser tão amado, que há tão pouco tempo foi entregue à escola com mochila **e** merendeira prescindisse desta?

Inconformada, consultei a cria, que, do alto de sua pré-adolescência, recusou-se, terminantemente, a trocar a escolha, pois, afinal, não levaria mais lancheira para a escola. A merenda vai, mas na mochila, sentenciou.

Percebi, então, que o tempo passa. E passa muito. E passa tanto. Em que pese o jargão, não há outra forma de dizê-lo. Os filhos crescem. E, muito embora sejam para nós sempre filhotes, saem do ninho, ganham asas, deixam o porto para singrar os mares. E a merendeira, outrora repleta de sanduíche, toddyinho, fruta, carinho e proteção, fica para trás, juntamente com as mochilas de motivos da primeira infância. Estas, como qualquer caixa, podem ser substituídas. Não o amor, o afeto, a atenção, o sentimento de querer os filhos sempre por perto e alimentados.

Podemos, como mães, continuar nutrindo e exercitando os mesmos sentimentos. Substituindo as embalagens apenas. O pequeno, ex-usuário da lancheira, aprendeu a atravessar as ruas e ganhou o direito de ir andando da escola para a Catequese. Distâncias curtas; enormes conquistas, contudo. E assim são os filhos. Com ou sem merendeiras. Hoje, abandonam estas, amanhã outras coisas e, em anos vindouros, até a casa. Esses anos nem chegarão tão tarde. Ao menos não tão tarde como planejávamos e desejávamos. Mas é necessário crescer com eles, confiar neles e no nosso infindável amor, como escudo protetor.

Confesso que queria parar o tempo. Como se trata de tarefa impossível e como não quero *parar* no tempo, aproveito-o ao máximo. Até o final do ano, vou colocando, numa merendeira em

fase terminal, tudo de mais precioso. Com a certeza de que, no final das aulas, ao me despedir da merendeira do primeiro filho, dispensarei somente o que ela é, um receptáculo, mantendo, porém, todas as lembranças que ela traz e tudo o que está nela contido. Porque isso, ah, isso é eterno e não aceita o limite de uma simples merendeira.

Ter irmã

Danielle de Guimarães Germano Arlé

Ter irmã começa no dia em que a até então exclusiva mãe acorda apressada, com malinha pronta, para ir para a maternidade, deixando a cria mais velha com os avós, à espera da notícia (Nasceu! É uma menina!).

Ter irmã começa naquele longínquo dia e dura para sempre. É ser apresentada àquela coisa embrulhadinha, com nome de balé francês, cabeluda e linda (muito mais do que a xará, com sobrenome estranho de sucesso mundial) e ser capaz de achá-la horrível.

Ter irmã é achá-la, muitas vezes na vida, terrível. É ter certeza, do alto da prepotência que os quatro anos de idade dão, de que ela veio para arruinar o seu mundo.

Ter imã é ver o mundo arruinar com a sua ruidosa chegada. É deixar, de um dia para o outro, de ter, só para si, a mãe, o pai, os avós, os tios, os primos, a babá, o quarto, os brinquedos, o reino e até o mês de aniversário, para entender, que, dali para frente, tudo "é das duas".

Ter irmã é ouvir, incontáveis vezes, essa expressão, para desgosto da mais velha e olhar triunfante da mais nova.

Ter irmã é tirar proveito da situação inevitável, e achar que "até que é bom" ter alguém em quem colocar a culpa do enfeite quebrado ou da arte descoberta. É fazer mal a tal arte, só para que seja descoberta e poder ir correndo contar que "foi ela". É deixá-la de fora da brincadeira ou, após muita súplica, permitir sua entrada, mas "só como café com leite". É adorar brincar com

ela de boneca e casinha, mas ser capaz de correr para abrir a porta para vizinha que toca a campainha e dizer "já posso descer para o play, pois eu não estava fazendo nada".

É brigar pelo canal da TV e pelo brinquedo, mas, à noite, no escuro do quarto, não querer ficar sem ela. É morrer de saudade e ciúme quando ela viaja para a casa da amiga e perguntar, no seu regresso, "por que voltou tão cedo?". É odiar de morte a amiga que roubou o namorado dela, ignorando o perdão da própria vítima.

Ter irmã é ficar de mal para sempre com quem a fere. É defendê-la com unhas e dentes, para só você poder brigar com ela e beliscá-la, ninguém mais. É crescer e compreender que, desde quando veio para casa, aquele embrulho continha sua melhor amiga e que a cabeluda criatura sempre foi, na verdade, o mais belo dos anjos.

É ter a revelação de que esse amor grandioso sempre existiu, anunciando-se de forma chocante para explodir em pureza de querer bem. É confidenciar a ela os amassos com o primeiro namorado e partilhar segredos, obtendo o juramento de jamais contar, "se não, já sabe!".

Ter irmã é poder contar só para ela certos segredos. E mostrar-se inteira, sem vergonha dos defeitos, pois, de qualquer forma, não adiantaria escondê-los daquela que, meio bruxa, sempre descobre seu ser verdadeiro.

Ter irmã é saber que ela conhece suas reais intenções, boas e ruins, vez em quando, por melhor que seja a dissimulação. É chorar com ela a separação dos pais e a precipitada morte do avô, querendo protegê-la um pouco, por ser a caçula. É não saber que a mais nova acaba, tantas e tantas vezes, invertendo o papel, para lhe dar colo e aula de maturidade. É ter orgulho dela, muito. É esperar com ansiedade pela chegada do fruto do ventre dela. E amá-lo, com todas as forças, a ponto de achá-lo "a cara da tia".

Ter irmã é achar o sobrinho a sua cara. É achar que pode escolher o seu namorado, a sua roupa, a sua vida e se surpreender com o fato de ela ser capaz de, sozinha, fazer as escolhas certas.

Ter irmã é agradecer a Deus, todas as noites (e manhãs e tardes também), por lhe ter dado uma coautora na história da vida, que, sem ela, não teria este esplendoroso colorido.

Mate de hora em hora

Para José Raimundo Gomes da Cruz[6]

Marcos Viola de Carvalho

Sinfrônio era um matuto trabalhador, bom de enxada, obediente e, para as coisas rotineiras da roça, de inigualável dedicação. Trabalhava para o coronel Percival, rico fazendeiro, lá das bandas do povoado do Mingu e vizinho do Daniel Antunes e seu irmão Mateus, no município de Espinosa, no sertão mineiro. Sinfrônio era baiano, dos arredores de Caculé. Ali chegou cruzando caminhos tortuosos e empoeirados, passando pela Serra do Pau D'Arco, pelo Estreito, pelo Impossível e, após contornar as casas humildes do povoado, na região que Guimarães Rosa citou em seu memorável livro *Grande Sertão: Veredas*, atingiu Espinosa que ele nominou, à época, de Lençóis (Lençóis do Rio Verde). Sua obra, que não se traduz para outras línguas por peculiaridades do linguajar do nosso sertanejo (jagunços?), é única! Cuidava, Sinfrônio, nosso anti-herói, dos bodes, das vacas e do único cachorro da fazenda "Jurema". Sinfrônio, às vezes, saía para caçar codornas com uma 26 de cano duplo, municiado com cartucho de chumbo leve para não estraçalhar a caça, sempre acompanhado

6 José Raimundo Gomes da Cruz é colaborador da Revista Literária, natural de Espinosa/MG, Procurador de Justiça aposentado pelo Estado de São Paulo, e literato premiado. Tive a honra de conhecê-lo quando eu era Promotor de Justiça em Monte Azul. Ainda tenho na lembrança o coronelismo que reinava naquela região: Coronel Levi, Coronel Moacir, e o destemido Arabel, de Mato Verde, entre outros. Hoje o sertão já não é o mesmo... ainda bem! Sinfrônio continua preso, com todas as suposições, reais ou imaginárias, salvo ordem em contrário do Gilmar Mendes, do STF.
Obra de ficção. Sinfrônio e Percival são criações da mente do autor. Os demais são ou eram pessoas que realmente vivem ou viveram em Espinosa e região.

do Almirante, um cão vadio que por lá aparece atrás de comida e, sendo-lhe dada, por ali permaneceu correspondendo com sua amizade.

Sinfrônio era bom atirador. Sempre voltava com algumas codornas que Almirante tocaiava nas moitas secas onde elas faziam seus ninhos. Cumpridor de seus deveres, obedecia "cegamente" a seu patrão Percival, até o dia em que aconteceu um desastre descomunal, inimaginável, inverossímil. Tragédia que chocou todo o sertão norte-mineiro. Em resumo, para o resumível ser mais breve e para agradar o patrão, nosso anti-herói, ao retornar de uma de suas caçadas, presenteou o coronel com meia dúzia de codornas e uma perdiz. Este, em agradecimento, convidou Sinfrônio para tomar umas Ingazeiras, pinga alambicada pelo Clóvis Cruz, no avarandado de sua suntuosa casa. Conversa vai, pinga desce, conversa vem, pinga desce e, lá pelas tantas, Sinfrônio, já com os olhos vidrados, tipo farol baixo, com todas as cachaças na cabeça, saiu sem pedir licença ao coronel e, montando seu cavalo, foi diretamente para a cidade a galope, esporeando seu animal até Espinosa, onde aconteceu a tragédia que ninguém esperava! Desapeou e deixou seu cavalo amarrado em uma cerca de arame farpado junto ao terreno do Dudu Tolentino, próximo da Usina de Beneficiamento de Algodão do Coronel Aristides Tolentino, quase chegando à praça Antonino Neves. Ao anoitecer, esgueirando-se sorrateiro por entre as frondosas árvores da praça da Igreja Matriz de São Sebastião, após ultrapassar o posto de gasolina do seu Carlito, conhecido como Fueiro, amoitou. Escondeu-se e fez xixi no tronco de uma árvore. Minutos após, espremendo-se por entre as frondosas árvores, encontrou três rapazes em situação suspeita e zombeteira, falando alto com críticas às autoridades do município, e, principalmente, ao Coronel Percival. Não pensou muito. Justamente em uma esquina, junto a uma ruela conhecida como "Beco dos Cachorros", rápido como sempre foi com as armas, atirou três vezes e fez três defuntos. Morreram sem saber o porquê. Não houve arrependimento! De vaqueiro, tornou-se jagunço-matador à moda de Hermógenes.

Hora seguinte, após se esconder, saiu em disparada por ruas que levam ao Alto do São João, local onde viviam as quengas. Ali se deparou com duas velhinhas que também sucumbiram pelas duas últimas balas do revólver Rossi 22. As almas das pobres coitadas foram ao céu, sem saber o porquê e para quê. E não mais matou. Afinal, foi preso pela guarnição do cabo Altamirando do Amaral, comandante do destacamento local, que, resoluto, bradou em voz alta o indefectível: "teje preso!, seu marginal, jagunço assassino"! Não resista, ou morre, cabra da peste! – dizia isso ao mesmo tempo que mirava sua carabina para o peito do "desinfeliz".

Ao delegado, dia seguinte, disse que simplesmente cumpria ordens do coronel, seu patrão, a quem era fiel e obediente. Afirmou-se inocente do acontecido, pois "apenas cumpria ordens" – reportou ao delegado. Indagado, entre outras coisas, sobre o trágico episódio, simplesmente respondeu que o "sinhô coroné" recomendou-lhe de maneira peremptória (e Sinfrônio sempre cumpria as ordens dadas) que, para curar o mal da "dormideira onstante" (*sic*) que lhe afetava o trabalho, tomasse produtos que contivessem uma tal de "cafeína", ou seja: café ou bebida similar que contivesse tal alcaloide como o chá mate, e em seguida deu a receita: não hesite, Sinfrônio, mate de hora em hora, que assim você fica bem acordado para as tarefas. E assim foi feito e acabado no sertão... Ordem dada, ordem cumprida.

Ressonâncias do pensamento

(Crônica para um colega)

Maria Odete Souto Pereira

Crisântemos multicores enfeitavam o salão. Jantar dançante e em benefício, na Associação Mineira do Ministério Público. Que glória! Ele, o discotecário da noite. Também pudera! Passara a semana inteira selecionando músicas, qual apaixonado desfolhando malmequer. Malmequer, bem-me-quer, esta sim, esta não...

Mal a festa começava, Miltinho dava o recado: "Lembro um olhar, lembro um lugar, teu vulto amado"... e ia por aí afora.

Ele não se conteve. E, em tom respeitoso, tirou a moça para dançar. Os cabelos negros e ondulados reluziam. Nunca desprezou a brilhantina. O terno de linho branco, muito engomado, lembrava paramentos eclesiásticos em dia de missa do galo. E mais: meias e sapatos brancos para combinar.

Uma pérola legítima encravada numa seta de ouro prendia-lhe a gravata vermelha. Estava impecável! Veio a dança. Dois pra lá e dois pra cá. Volta e meia levantava o pé direito pra trás, à moda dos grandes dançarinos. Olhos miúdos e vivos, semicerrados, pareciam dormir. Na boca, riscado um sorriso eufórico e interminável. Ar de felicidade incontida iluminava-lhe o rosto moreno.

E a dança continuava... inebriante... extasiante...

Era o único par no salão!

Mas, e daí? Se para ele era domingo, e o velho Montanhês estava lotado!

Rincão da Porta

Mário Cavalheiro Lisboa

Morri há alguns meses. E, ao morrer, aprendi que os familiares sofrem muito mais do que o moribundo. Lamento haver chegado à referida conclusão quando não tinha mais condições de consolar meus entes queridos. Coitados. Sabendo o que hoje sei, faria o possível para deixá-los menos angustiados. O certo é que, algum tempo após minha morte, fui percebendo o valor da infância para um morto. Quanto mais me distanciava da vida, mais me aproximava da infância. Com insistência, passei a relembrar os primeiros anos de minha vida, transcorridos numa casinha perdida lá no Riacho da Porta. Oh, que tempo bom foi aquele! Embaixo da casa, havia um porão, onde eu e minha irmã construímos a venda de brinquedos. Era feita com caixotes de madeira e papelão. Tínhamos arroz, feijão, milho, tudo em latinhas de marmelada. Os tecidos, retirados de um baú de retalhos da mãe, mantínhamos enrolados em ripas de madeira. Os pedaços de fumo de corda ficavam sobre o balcão. A balança era de verdade, uma que havia lá em casa, tinha pesos e tudo, dois pratos e dois bicos de jacaré, acho que era jacaré aquilo, que acertavam o peso de um prato com o outro. Sentávamos em banquinhos de três pernas que subtraímos do galpão.

Num dia, minha irmã era a dona da venda e eu o freguês, no outro dia era o contrário. As compras, enrolávamos em papéis de embrulho que pegávamos na cozinha. Coisa difícil enrolar feijão e arroz naqueles papéis, pois eram quadrados. Manipulava-se o papel com três dedos em cada lado, em direção às pontas. Nas vendas de verdade, o que mais nos encantava era ver a destreza dos bodegueiros ao fazerem os referidos embrulhos. Quando lá

em casa aparecia alguma visita com crianças, ficávamos realizados. As crianças visitantes eram as freguesas: eu e minha irmã, os donos da venda. Nessas ocasiões, exigíamos nossa habilidade em pesar e embrulhar os pacotes de mantimentos. Minha irmã colocava também bonecas e outros brinquedos seus nas prateleiras da venda. Eu colocava carrinhos e bolas de gude. Mas a comercialização era apenas de brincadeira, é claro. Nenhum produto era retirado dali. E tinha até dinheiro. Com muita paciência, utilizando pedaços de papéis de ofício, falsificávamos notas de diversos valores. Éramos prósperos comerciantes.

Havia também a figueira, ficava na frente da casa, era uma árvore enorme que espalhava galhos horizontais para todos os lados. Quantas vezes, depois de fazermos alguma arte, corríamos da mãe e subíamos na figueira. A mãe xingava-nos lá de baixo, dizia que não poderíamos ficar nos galhos a vida toda, essas coisas. Mas não era apenas para fugirmos da mãe que subíamos na figueira. Subíamos porque era agradável ficar lá, tão aconchegante, tão fora do mundo. Gostávamos também de ir até o lago, procurar sapos que habitavam as margens, molhar os pés na água. Tudo isso escondido, é claro, pois havia severa proibição de nos aproximarmos do lago. Ah, se a mãe soubesse quantas vezes infringimos tal proibição.

Na adolescência, saí do Rincão da Porta e nunca mais voltei. Alguns anos antes de morrer, deu-me imensa vontade de voltar lá, rever a casa, o porão, a figueira, o lago. Havia notícia de que estaria tudo como antes. Quem poderia levar-me era meu genro, o único na família que possuía carro. Não pedi ostensivamente, é claro, mas dei várias indiretas, principalmente para minha filha. O genro sempre dizia que sim, que o faria qualquer fim de semana. O tempo foi passando, num dia havia uma coisa; noutro dia, outra; a chuva, às vezes; as estradas ruins. Fui morrendo aos poucos, triste por não ter feito a viagem, uma lacuna grande que não sei bem como definir. Hoje, vago com o vento minuano à procura do Rincão da Porta.

O casamento moderno

Mário Cavalheiro Lisboa

As encrencas começaram com a promulgação da Constituição de 1988, a qual terminou com o cabeça de casal, que era o título que se dava ao marido, como chefe da sociedade conjugal, e culminaram com o novo Código Civil que entrou em vigor em janeiro de 2003, extinguindo o pátrio poder. A partir daí, a mulher passou a ter o mesmo poder que o marido tanto no controle remoto da televisão como na pessoa e bens dos filhos.

Santelmo, que, mesmo antes dessas datas tinha dificuldade de manobrar sua esposa, Estelinha, ficou indignado:

– Isso é um estelionato legislativo. Deveriam pelo menos respeitar o direito adquirido. Nos casamentos convolados antes dessas modificações legislativas, deveriam valer as normas anteriores. O cara casou pensando que iria mandar e agora se vê nessa difícil situação.

– Como assim? – perguntou Estelinha.

– A história do casamento tem três fases – disse Santelmo. A primeira é a fase ecológica, em que o homem impunha-se à mulher pela força física. Isso durou milhares de anos. Não era de todo ruim, pois obedecia às normas da natureza. Sendo o homem mais forte que a mulher, ele mandava e ela o obedecia, como ocorre com grande parte dos mamíferos. Por que você acha que a natureza dotou o homem de maior força física que a mulher? Para mandar nela, ora. E, mantendo-se essa consonância com a natureza, a humanidade progrediu.

– Mas muito lentamente – disse Estelinha.

– Depois, com a sofisticação da humanidade, veio a fase da

preponderância legal, em que o homem mandava apenas por força de lei. Apesar de nunca ter havido o adequado respeito a citadas normas, a simples existência de leis nesse sentido trazia certo conforto para o homem e auxiliava no equilíbrio matrimonial. Era uma espécie de ditadura legal. Agora, terminaram com a ditadura e não criaram nada em lugar dela.

– Criaram a democracia matrimonial, Santelmo. Acorda. Saia das cavernas.

– Discordo. Uma democracia somente pode existir a partir de um grupamento humano constituído de três pessoas, pois é da essência da democracia a preponderância da vontade da maioria. Mas o casamento é constituído de apenas duas pessoas. Não se pode falar em maioria. Vai para o voto, a divergência termina empatada. Decididamente não pode haver democracia num casamento. E se não é ditadura nem democracia, no que os legisladores transformaram o casamento? Num impasse. Essa é terceira fase do casamento. A fase do impasse. O casamento, que sempre fora uma coisa difícil, agora foi transformado nisso. Não há mais força física, não há mais lei, não há mais nada. Doravante como vão ser resolvidas as divergências conjugais? Apelando-se para o síndico do edifício? Criando-se um Tribunal de Quarteirão? Ou o quê?

– Mais do que nunca o diálogo se faz necessário – disse Estelinha.

– Pois aí reside o grande problema. Restou apenas esse tal de diálogo. Como o homem fala pouco, utilizando por volta de sete mil palavras por dia, a mulher, em virtude de sua loquacidade, com aproximadamente vinte mil palavras por dia, passou a levar expressiva vantagem no casamento. E, para o excesso de loquacidade, não existe lei. Os legisladores não se detiveram nesse importante aspecto. Tornou-se o homem, portanto, a parte fraca na relação. Sem lei que o proteja da mulher, está condenado o homem a administrar essa nova situação com a melhor arma de que é dotado: a paciência.

– Tadinho! – disse Estelinha, com o controle da tevê na mão.

O detento Cintura Fina

Sylvio Fausto de Oliveira

José Plutarco de Arimateia era um rapagão moreno, um quarentão desajeitado, um carioca divertido, conhecido nas rodas da prostituição pela alcunha de Cintura Fina. A polícia também o distinguia, mas como exímio navalhista no antro das mariposas, assim chamada a zona boêmia da cidade. José Plutarco de Arimateia não tinha nenhum parente ou amigo, nem vínculo com a terra do Major Eustáquio, ninguém sabia explicar como foi que ele, um dia, surgiu na cidade. Naquela época, como os desmunhecados não faziam concorrência às mulheres do meretrício, José Plutarco de Arimateia ganhava a vida trabalhando como garçom na boate Alvorada. Graças a sua delgada silhueta e aos requebros com a bandeja pelo salão de dança, servindo os fregueses, Cintura Fina era muito popular. Apesar dos vários anos em que morou na cidade de Uberaba, jamais perdera o sotaque do carioca da gema, pois sempre puxava os "erres" com muita sutileza e elegância.

Certa madrugada, quando o movimento da boate estava para lá de fraco, as putas sonolentas nas mesas, um gaiato embriagado e insolente resolveu tirar umas casquinhas do Cintura Fina. Foi o bastante para que o carioca, criado no morro, no meio da nata da malandragem, virasse uma fera, distribuísse sopapos no atrevido, obrigando os policiais militares de plantão, em número de quatro, a intervir para separar os rixentos. No meio do entrevero, Cintura Fina sacou da gilete e passou a desferir golpes a torto e a direito, defendendo-se como pôde, até que foi dominado e preso depois de muita luta. No final da refrega, Cintura Fina apresentava muitas escoriações pelo corpo, e o gaiato e os milicianos, ferimentos cortantes nos braços e nas mãos.

Certo dia recebi em meu gabinete a grata visita do Corregedor de Justiça do Ministério Público, Dr. Alberto Pontes, que veio descansar na sua terra natal. Depois de um papo agradável, o senhor Corregedor de Justiça convidou-me a fazer uma inspeção no presídio da cidade situado no Parque das Américas. Na companhia do Corregedor, do escrivão judicial e do carcereiro de plantão, começamos a visita pela cela número um, onde conversamos com os presos, ouvimos reclamações e fizemos sugestões. Ao chegarmos na última cela, de número seis, deparamos com o vulto de uma mulher sentada na cama ao fundo da cela, bem vestida e bem pintada. Surpreso com aquele fato de uma mulher estar reclusa no meio de trinta detentos, dirigi-me ao carcereiro:

– Dalmo, como é que o senhor colocou uma mulher nesta cela, no meio de tantos detentos do sexo masculino?

– Doutor, esse cara aí é homem, mas efeminado. É o famoso Cintura Fina, que gosta de se vestir de mulher – esclareceu o aflito guarda da cadeia.

Nesse instante, diante do abismado doutor Corregedor de Justiça, aproximou-se da porta da cela uma mulher quarentona, de turbante colorido na cabeça, vestida de blusa escarlate, com um volumoso sutiã que escondia falsos seios, de saia marrom comprida e rodada, com uma faixa larga de seda castanho apertando-lhe o fino quadril, sapato de salto alto, cheia de bijuterias cobrindo o pescoço e enfeitando os braços, brincos redondos e enormes nas orelhas, borrada de batom nos lábios e ruge rosa nas faces. Entre o vão da grade da cela, Cintura Fina estendeu a mão de unhas esmaltadas, e numa voz amaricada, dirigiu-me a palavra:

– Muito prazer, doutor promotor. Eu me chamo José Plutarco de Arimateia, mas todos me conhecem apenas por Cintura Fina, às suas ordens.

Não lhe respondi a saudação, logo compreendi o que estava acontecendo naquela cela do presídio. Sem demonstrar nenhuma perplexidade diante do inusitado quadro, procurei de imediato uma solução para o intrincado problema logo na frente do ilustre

Corregedor, que não dizia nada. Em seguida, perguntei ao efeminado detento por que ele estava preso, quanto tempo ainda faltava para cumprir a pena, e se ele não desejava, porventura tivesse direito, ganhar a alforria, ou tirar o restante da pena em liberdade condicional. Mal ouvi do carcereiro que o detento estava cumprindo pena de dois anos e quatro meses de reclusão pelo crime de furto em regime fechado, mas que iria quanto antes transferi-lo para uma cela individual, na ala correcional, Cintura Fina encostou a boca entre duas grades, e numa voz melosa, declarou:

– Doutor, muito obrigada, mas daqui não saio nem morta!

Talo e palha da palmeira e a esperança

Teodoro Peres

Eles ergueram a vista para o mar. Sem arvoredos, sem monte. Apenas o claro sol magnânimo, vasto e misterioso.

– Terra?

Nada... Nada... Via-se somente água, nuvens, o céu e a imensidão do infinito.

Tinha que escapulir rápido como um relâmpago, por causa do empuxo que leva o corpo para as profundezas do oceano.

Destacavam-se os marujos lutando contra as ondas que refervem num vórtice medonho. Ouve-se o estampido do mar parecendo quebrar com fúria os rochedos, e via-se uma nuvem de espuma toldando ao longe a fronte pouco elevada das dunas de areia. Dominavam o rugir do mar e o sibilar do vento que lembram águas marítimas que transluz em porcelana do céu tropical.

O mar ora ferve, rebenta, estoura, estala, geme. O vento uiva, feroz em convulsões profundas.

Já passava mais de um dia, o navio foi avariado e logo o mar o devorou.

Apenas as pessoas saíram do navio e embaraçaram na Baleeira ou Batel, bote salva-vidas que fica disponível para os casos de emergência ou naufrágio, o que lembra a obra *Auto da Barca do Inferno*, escrita por Gil Vicente.

Naqueles momentos de espera e desespero em grupo, aguardava-se serem resgatados ou vistos através do sinalizador náutico vermelho e alaranjado. Vez por outra vinha a calmaria, com pássaros e ruflos de asas no ar. A luz do sol despertava a

alegria da vida. Nos céus a curva era tranquila e pura, nas ondas se atufara o sol radioso; nas gementes alcíones[7] o bando, via-se ao longe, um círculo voando dos mares sobre a cérula[8] planura.

Não se via nenhum sinal de salvamento! Nem farol em terra firme.

Movimentavam-se os remos e não existia mais farinha, arroz, limão, frango, hortifrúti, carne. A água ia acabar.

No terceiro dia apareceu um nevoeiro, brumoso, triste e alvo. Mas, se alguma coisa avizinha-se sobrenadando, todos a enxergam.

Um braço mergulha sôfrego e levanta um galho ou talo verde, como a esperança.

Ali mesmo na bruma previa-se a terra firme. Viam-se as palmeiras e ouviam, longe, muito longe, o gorjeio dos sabiás.

Na areia, uma cruz de madeira se arrastava com certa dificuldade. Finalmente, beijou-a a língua comprida das ondas.

7 Alcíone: maçarico, ave aquática peralta.

8 Cérula: adjetivo feminino de cérulo ou cerúleo-azulado.

V

Depoimentos de Vida

Días de cumpleaños

(Breves lembranzas)

José Luis Monti

1

Los *cumpleaños* son sucesos que se repiten una y otra vez, cada año claro. Pero cada día de cumpleaños es un hecho único, irrepetible, que nunca aconteció antes y no volverá a suceder en toda la eternidad. Así de simple. Aunque esto no tiene nada de extravagante si se piensa que así también ocurre con cada momento del universo. Sin embargo, aquello que pasa, cuando *nos* pasa, adquiere una dimensión especial: es la diferencia entre un espectador y el protagonista. *Don't panic*! No es mi intención poner sobre la mesa una cuestión existencial, ni indagar sobre problemas últimos de la física del tiempo. El propósito es más audaz: buscar en mis archivos de memoria una serie de hechos pasados, forzando ese disco rígido que está en mi cabeza, desafiando el *almanaque* que lo va corroyendo de a poquito. Y bien: ¿qué hacía yo y qué acontecía a mi alrededor los sucesivos dieciséis de diciembre, desde 1945 en adelante?

2

Según mamá nací a eso de las diez de la noche. Era un domingo. El parto fue normal [digo 'el parto' y no el resultado, que fui yo]. Tuvo lugar en la casa de mi familia, que en esa época vivía en la localidad de Gral. San Martín, Prov. de Buenos Aires. Era una casita modesta, tipo *chalet*, con un pequeño *hall* o vestíbulo abierto en la entrada, que servía de reparo al ingresar a un *living room* y de allí al sector de diario y las habitaciones. Estaba situada

en la calle José Félix Uriburu nº 478 [supongo que ese nombre, asociado a la infortunada revolución militar de 1930 que puso fin al gobierno constitucional de Hipólito Yrigoyen, reemplazándolo en el ejercicio de la presidencia por este general nacionalista, ya ha caído en desuso, y de hecho fue sustituido por un número, al igual que otras calles del lugar]. La casa tenía un jardín en el frente y un largo terreno en el fondo, donde había árboles frutales, una pequeña huerta y hasta un gallinero. La supervivencia familiar estaba pues asegurada.

Finalmente llegué yo, para alterar la paciencia de mis hermanos que, entre sí, no se distanciaban en total más de cinco años: de Norma (la mayor) al que sigue, *Tito*, tres años, y de éste a Eduardo, un año y medio. Yo aparecí ¡*diez años después*! Casi un objeto de juegos para los más grandes, que me verían entre curiosidad, afecto, celos, molestia y alegría, todo a la vez; en fin, alguien a quien cuidar, entretener, enseñar, mandar...; el transcurso del tiempo nos fue igualando. Como es lógico, a mis padres los conocí ya grandes. Desde que tengo memoria clara, papá ya estaba *sulla cincuentina* (alrededor de los 50) y mamá unos cinco años menos. A los abuelos paternos no los conocí; a los maternos sí, pero el *nono* Enrico murió pronto, cuando tenía yo tres años, y la *nona* María falleció tres o cuatro años después.

Una de las primeras cuestiones que ocupó a la familia tuvo que ver con el nombre que me pondrían. Mamá fue terminante: era varón, sin duda sería el último, y ninguno de mis otros hermanos tenía alguno de los nombres de papá, por tanto, debía llamarme 'José'. La palabra de mamá fue decisiva e irrevocable. Pero no la última. Esta provino de Norma, la hermana mayor, que ya pugnaba por participar en las decisiones familiares. Insistió, con cierta razón, en que todos los otros hermanos tenían dos nombres, no uno solo; hasta papá tenía dos, pues se llamaba José Pablo. La observación fue aceptada. Entonces Norma avanzó un paso más y sugirió que el segundo nombre no fuera idéntico al paterno, para evitar confusiones, y como tenía que ensamblar bien con el primero, propuso que sea 'Luis'. Y así quedó. Pero, más allá de sus sensatas apreciaciones, ¿qué habría inducido a Normita,

a punto de cumplir sus quince años, a sugerir ese nombre? Muy sencillo, como ella misma nos cuenta, un jovencito del barrio que concitaba su interés por entonces, se llamaba precisamente Luis. De donde terminé siendo sujeto pasivo de la adjudicación de un nombre de pila compuesto, cuya primera parte tuvo el honroso origen paterno y la segunda, como se ve, provino de una circunstancia meramente accidental cuyos rastros se pierden en el tiempo.

3

De los primeros cumpleaños casi no tengo recuerdos, o son muy vagos; se relacionan más bien con el entorno.

El *chalecito* de San Martín estaba quedando chico y mi llegada, junto con la necesidad de mejorar las condiciones de la vida doméstica, deben haber impulsado a papá a encarar una serie de reformas que permitieron ampliar la casa y la mejoraron mucho. Entre las razones que justificaban esas reformas recuerdo, por ejemplo, que en mis primeros años mamá cocinaba en una cocina que funcionaba con carbón.[9] El incómodo artefacto fue luego sustituido por una instalación de gas provisto mediante tubos que se reemplazaban periódicamente, pues no había todavía una red domiciliaria. Tampoco teníamos en la zona agua corriente, de modo que el agua se extraía de napas subterráneas mediante una perforación en el suelo, y para hacerla subir hasta el tanque que se hallaba en el techo de la casa, primero se utilizaba una bomba de mano, hasta que se instaló un motor eléctrico.

En aquella cocina a carbón –y luego en la de gas– mamá preparaba las tortas de cumpleaños, una tradición familiar. Unos bizcochuelos redondos con un agujero en el centro, que tenían sabor a limón o naranja; la receta se la había proporcionado a mamá una compatriota veneciana, pero con el tiempo ella la fue perfeccionando e introdujo algunas variantes como manzanas o

9 Como es de suponer existía entonces un comercio destinado a proveer ese combustible, era la *carbonería*, donde también se vendían otras cosas como papas o batatas.

nueces. El sabor de esos bizcochuelos y el olor de su cocción, que inundaba la casa, se han perpetrado en mí. Fueron parte de mi niñez y adolescencia, y me acompañaron durante el medio siglo que compartí la vida de mamá. Nunca aprendí esa receta, sólo mi hermana Norma fue la depositaria de la 'fórmula'; también mi hijo mayor pudo acceder a ella y la ejecuta bastante bien.

4

Un *clásico* en los cumpleaños de la primera década era la presencia infaltable de dos mujeres.

Una era Consuelo, esposa de mi tío Mario, hermano de mamá, y a la vez mi madrina de bautismo. Consuelo era natural de Galicia, más precisamente Pontevedra. Alguna fotografía de jovencita la mostraba atractiva, aunque cuando yo la conocí, ya en su mediana edad, era bajita y algo gordita. Tal vez debido a su origen, o simplemente porque sí, lo cierto es que siempre estaba de buen humor. Llegaba temprano y traía su regalo, que era invariablemente algún *pullover* tejido por ella. En realidad, llevaba los elementos para sus tejidos a todas partes, como una suerte de Penélope. Durante años me proveyó de abrigo para el invierno y, también, de afecto. Recuerdo una de esas noches de diciembre y me veo sentado junto a Consuelo en el umbral de casa, mostrándome las estrellas y enseñándome sus nombres comunes: 'esa brillante allá es el *Lucero*, más acá, esas tres en línea son *Las Tres Marías*, las perpendiculares forman el *Puñal* y más atrás la *Cruz del Sur*'. La presencia de Consuelo se prolongó por varios lustros, siempre con el consabido *sweater*, que materializaba en sus brulotes de lana un cariño maternal hacia su ahijado, tal vez casi un sustituto del hijo que no había podido ser.

La otra mujer infaltable era Elena, una chilena amiga de mamá. Era soltera y vivía sola en una vivienda que alquilaba en Caballito. Tenía un hermano y otros familiares en Chile, donde finalmente retornó a fines de los '60. Elena solía compartir las fiestas de nuestra familia. Una vieja fotografía la muestra compartiendo una visita al zoológico junto a mi mamá, mi hermano

Eduardo y yo muy chico, lo que refleja una estrecha relación en ese tiempo.

Otras presencias que recuerdo en los cumpleaños de la primera década eran algunos primos coetáneos, como *Teresita Versari*, hija de mi tío Aldo, hermano de mamá, y *Enrique Vivino*, hijo de mi tía Ema, otra hermana de mamá. También solía venir *Aldito*, un chico al que mi tío Eduardo, hermano de papá, y su mujer Vicenta, habían criado y cuidado por encargo del padre al quedar viudo. A veces algún ocasional compañero de colegio o vecino completaban la modesta reunión familiar.

Entre esos asistentes ocasionales estaba Juan Kalpokas. *Juancito* era hijo único de un matrimonio de inmigrantes lituanos que vivían a la vuelta de mi casa. Con su habitual carácter abierto, mamá había hecho amistad con la madre; ésta, debido a su dificultad para comprender el idioma y las costumbres de nuestro país, solía pedirle ayuda para el manejo de sus asuntos. Así ocurrió con la elección de la escuela primaria. Mamá le aconsejó anotar a Juancito en la misma a la que habían asistido mis hermanos e iría yo; era un colegio público, prestigioso en la enseñanza, situado en el barrio de Devoto, en la Av. Francisco Beiró, llamado *Abel Ayerza*.[10] Allí concurrimos ambos en el ciclo primario, aunque en distintos turnos (él por la tarde y yo en la mañana). En esa escuela cursé hasta el quinto grado inclusive, pero el último (sexto en ese entonces) lo hice en Ramos Mejía, donde nos mudamos con mi familia y donde también cursaría el ciclo secundario, mien-

10 Ese nombre recordaba al infortunado muchacho víctima de un secuestro extorsivo en los años '30, que concluyó trágicamente con su muerte a manos de los secuestradores, ligados a una mafia de Santa Fe, como fue relatado en el film llamado precisamente '*La Maffia*', una muy buena realización del cine nacional, dirigida por Leopoldo Torre Nilsson (1972). En el momento de su secuestro, el joven estaba acompañado pordos amigos de su edad (Hueyo y Malaver) y el mayordomo de la estancia de Ayerza, el auto en que viajaban (en Córdoba cerca del límite con Santa Fe) fue interceptado por un grupo armado que capturó a Hueyo y Ayerza, el primero fue liberado con una carta pidiendo el rescate que se pagó, pero Ayerza fue igualmente asesinado. Alberto Malaver, el otro amigo que iba en el auto, fue profesor mío de Derecho Procesal y en una oportunidad pude hablar del tema con él, pero pese a haber transcurrido más de treinta años, aún le resultaba doloroso el recuerdo.

tras que Juancito concurrió al colegio comercial *Hipólito Vieytes* de Caballito, donde habían cursado el secundario mis hermanos; de nuevo el consejo de mamá.

La relación con Juancito quedó enmarcada en esos años, no trascendió más allá ni fue, como suele ocurrir en la infancia, demasiado estrecha. Después de mudarnos sólo recuerdo haberlo visto ocasionalmente una vez, siendo ambos aún jóvenes. Sin embargo, quedaron grabados en mi memoria algunos juegos infantiles que compartíamos. La segunda guerra mundial había terminado hacía poco tiempo y gran parte de nuestros juegos se vinculaban con el gigantesco hecho bélico, que además era mencionado con frecuencia y aparecía en numerosas historietas y películas. Una amplia terraza en la casa de Juancito se prestaba para que nuestra imaginación la transformara en escenario de cientos de batallas que librábamos en las filas de los aliados. Pero detrás de ese aspecto lúdico, descubríamos también una ingrata realidad, que se nos hacía cercana debido a los sufrimientos que habían padecido los padres de mi amigo y otras familias de la comunidad lituana que emigraran a la Argentina.

En una ocasión, cuando ambos teníamos diez años, asistimos a una reunión de esa colectividad que se llevó a cabo en una sala ubicada en el centro de la ciudad, probablemente en la calle Florida. Fuimos juntos y nos reunimos en ese sitio con los padres de Juancito.[11] Aún hoy recuerdo el lugar: una amplia sala cuyas paredes estaban repletas de fotografías que ponían de manifiesto los padecimientos de los países bálticos,[12] primero durante la invasión nazi y luego bajo el dominio soviético, una horrible pesadilla de la que los padres de mi amigo habían logrado huir. Esta experiencia me puso en contacto con una realidad contemporánea

11 Si bien viajábamos diariamente en el ferrocarril, entonces llamado *tranvía* 'Federico Lacroze' (hoy Ferrocarril Urquiza), para ir a nuestra escuela en Devoto, en esa ocasión viajamos por primera vez solos hasta Chacarita y luego en el subterráneo (línea B) hasta el centro.

12 En esa ocasión aprendí que Estonia, Letonia y Lituania (el país de origen de los Kalpokas) formaban ese núcleo de los países bálticos, así llamados por estar situados sobre la costa del mar del mismo nombre.

poco conocida. Comencé a percibir los desastres causados por esos dos monstruos del siglo veinte, con sus sendos regímenes totalitarios, agotado uno, persistente el otro. También comencé a divisar esa otra *guerra* que subsistía aún, gélida, tácita, que generaba una permanente tensión entre Occidente y los países de la órbita soviética, un contexto que impregnaba mi generación y se extendería por cuatro décadas más.

5

Un suceso importante cerró la primera década: la mudanza de la casita de San Martín a una casa nueva, más grande, en Ramos Mejía. Varias razones motivaron la decisión de ese traslado. En primer lugar, papá tenía que acercarse a su lugar de trabajo y la carpintería que tenía en sociedad desde unos años antes estaba ubicada en San Justo, una localidad contigua a Ramos Mejía. Por otra parte, mamá estaba harta de lidiar con una vecina belicosa que había sustituido a una familia muy buena que habitaba la casa lindera, alterando la paz del barrio; así que también ella deseaba el cambio de *hábitat*. La búsqueda para el cambio de morada concluyó con la compra de un lote de terreno en Ramos Mejía, donde se edificó una casa, para lo cual papá contó con el apoyo de la empresa constructora de uno de sus socios; la carpintería la diseñó y realizó él mismo en el taller que tenía en sociedad. La casa, con alto techo de tejas francesas, tenía ahora dos plantas[13] y un sótano donde se hallaba la caldera que alimentaba un sistema de calefacción central, un jardín al frente y una larga cochera que comunicaba con la parte trasera, donde había un patio con amplia galería, un jardín con árboles y una parrilla.

Probablemente la mudanza no habrá sido muy trascendente para mis hermanos. Norma se había casado un año antes y Tito estaba en vías de casarse pronto, en tanto Eduardo estaba atravesando un largo año de servicio militar y ya había

13 En la planta superior había tres cuartos amplios, un baño y la terraza; en la planta baja un enorme living con un hogar de piedra y comedor principal, un toilette, cocina y comedor de diario.

comenzado su noviazgo. Para mí, en cambio, el traslado importó un acontecimiento de intensa relevancia vital. No sólo el cambio del contexto barrial, sino de escuela y de amistades, en una etapa del crecimiento de por sí significativa, en la que se produjo el ocaso de la niñez y el despertar de la adolescencia.

El barrio era más residencial. En San Martín me había habituado al ruido de fábricas textiles que eran muchas en el lugar, con sus telares alineados y repiqueteando todo el día. En Ramos había unas pocas industrias, situadas más bien en la periferia. En el radio céntrico que rodeaba la estación del ferrocarril Sarmiento, había locales comerciales sobre las avenidas y calles principales, pero un poco más allá de ese radio sólo se veían en esa época *casas*; muchas de construcción relativamente reciente, en variados estilos, mayormente sobre terrenos amplios provenientes del fraccionamiento de quintas o casas de fin de semana, algunas de las cuales permanecían aún. En las calles tranquilas se podía jugar a la pelota o al tejo, o recorrerlas sin riesgo en bicicleta.

Cuando nos mudamos me faltaba un año para completar el ciclo primario, es decir el sexto grado, que cursé en una escuela pública del lugar, la *Escuela N° 4, Gral. San Martín*. El secundario, como quedó dicho, lo cursé en un colegio entonces prestigioso, también estatal, la *Escuela Nacional de Comercio de Ramos Mejía*. Este colegio, aunque ubicado en la provincia de Buenos Aires, dependía del Consejo Nacional de Educación y respondía al mismo esquema curricular que otros dos, el comercial de Barracas y el '*Hipólito Vieytes*' de Caballito. De allí egresé como *perito mercantil* en 1963.

6

El traslado a la nueva casa tuvo lugar en diciembre de 1957. Pocos días antes celebraba mi duodécimo cumpleaños, el último que pasaría en la casa de San Martín. En medio de los preparativos para la mudanza se pudo realizar la pequeña reunión familiar, con las presencias y las características habituales, aunque en ella tuvo lugar un episodio singular. Tiempo antes había llegado al barrio

una familia que instaló una panadería en una esquina casi enfrente de mi casa. La hija de la dueña tenía más o menos mi edad y comenzamos a simpatizar, al punto que la invité a la reunión. Nos divertimos toda la tarde. Al anochecer, mientras jugábamos escondidas detrás de un enorme laurel que bordeaba el patio, con esa niña cuyo nombre olvidé y cuya figura se borronea en mi memoria, nos propusimos ser 'novios'. Desde luego, ninguno de nosotros sabía bien de qué se trataba, tampoco nos preocupaba. Simplemente sellamos el pacto en silencio, con un beso en los labios. Fue el primero y lo describí en un breve poema, medio siglo después, que llamé precisamente '*El primer beso*'.

Hubo un tiempo en que comencé a expresarme mejor en forma poética. Fue como si de pronto las ideas salieran combinadas con cierto ritmo, a veces rima, exteriorizando con mayor fidelidad pensamientos, nostalgias, sentimientos. En fin, no encuentro una clara explicación, pero intuyo que tal vez los versos dejan muchas áreas implícitas y el contenido emotivo se fortalece.

En un escrito que, diría, transita un sendero intermedio, al que por eso se me ocurre llamar una especie de 'prosa rítmica', describí muy sintéticamente aquella primera década de mi vida, transcurrida en San Martín. Se llama *Infancia* y dice así:

> Casuchas con techos bajos, alquitranados, algunos de zinc oxidado. Paredes de ladrillos de canto. Patiecitos con parras o madreselvas, amueblados con grandes piletones y tendederos de ropa zurcida. Al fondo, pajareras sin canarios en un galpón de cosas viejas.
>
> Mañanitas de mate cocido y galleta malteada. Olorcito a bife de mediodía al volver del cole. Atardecer apacible en el umbral, callejuelas de barrio, veredas angostas, horizonte de humo y ruido de fábricas.
>
> A pocas cuadras, un tranvía viejo y descolado anuncia su paso con bocinón ronco y prolongado. A la vuelta, el potrero, canchita improvisada con arcos de ramas,

piedras y ropa amontonada, minga de césped y de referí.

Sábados de cine, matineé o vermouth. A la salida, panchos con "Bidú" en el barcito de la alemana, o pizza en lo de "Pepín". A veces la clásica en "Las Cuartetas" con Eduardo o con Titín.[14]

Domingos de fútbol, almuerzo apresurado y tempranero, corriendo a la cancha a ver "si ganamos". Embrión de hinchadas y barras juveniles era el barrio, mundo chico de todos los días.

Lunes de colegio, comentando los goles del día anterior, recreos de empujones y corridas, tardes de deberes, noches de radionovela.

Así era mi infancia cuando la dejé.

7

Más allá de las suspicacias de Troilo, las vivencias de esos años aparecen reflejadas en mi memoria efectivamente *así*,[15] como se sintetiza en esa evocación. Un *chico de barrio*, de familia modesta, que jugaba a la pelota en el patio de su casa, armaba aparatos con su *mecano*,[16] o bien desplegaba ejércitos de soldaditos de plomo como si fueran escenarios de batallas de la todavía reciente guerra. En una época en que la televisión aún no existía, la radio proveía el contenido informativo de los sucesos

14 Son mis dos hermanos mayores (Eduardo Jorge y Ángel Enrique, al que llamamos 'Tito').

15 Aníbal Troilo (*Pichuco*), en una de sus insólitas expresiones, decía: '*Mi barrio era así, así, así..., que sé yo si era así*'. La cita corresponde a Tomás Moro Simpson en ese memorable libro suyo, *Dios, el mamboretá y la mosca*.

16 El *mecano* era un juego compuesto de planchuelas de metal perforadas que se unían con tornillos y tuercas, así como ruedas y otros accesorios, con los que se podían formar múltiples aparatos (grúas, tranvías, camiones, autos, barcos, aviones, etc.). Era bastante popular en esa época; luego fue sustituido por otros juegos para armar con piezas de plástico.

coetáneos,[17] pero el mayor contacto con el 'mundo' venía a través de la lectura, así que leía mucho.[18] Casi todo me atraía, desde las revistas de historietas[19] hasta una variada gama de novelas de aventuras, policiales, espionaje, relatos bélicos, ciencia ficción y otros, de los cuales a veces uno se sentía protagonista.[20] Gran parte de estos libros los compraba en una librería de Ramos Mejía que vendía ediciones económicas, otros estaban en

17 Desde luego, también estaban las clásicas *radionovelas* (como '*Los Pérez García*' o los episodios de suspenso de Oscar Casco en la noche) y algunos programas que reproducían novelas de aventuras infantiles, como *Sandokan* de Emilio Salgari y *Tarzán*.

18 Algunos infaltables en ese tiempo: *Pinocchio, Peter Pan*, los clásicos de Mark Twain, Jack London, Alejandro Dumas, Emilio Salgari y otros. Cuando fui creciendo, uno de los preferidos fue Julio Verne, que además de las aventuras revelaba conocimientos científicos que resultaban apasionantes. Asimismo, me atraían las tramas de suspenso que hilvanaba Agatha Christie o John Dickson Carr. En esos tiempos había en casa una colección de las novelas policiales de Edgard Wallace, con su inefable personaje *J. G. Reeder*, un detective londinense que lideraba los investigadores del 'procurador fiscal'. Ironías del destino: me divertían esas aventuras, pero no tenía la menor idea de lo que significaba esa denominación, y unas décadas después, mi ingreso en la carrera judicial sería nada menos que en el organismo que ejerce la dirección de los fiscales, la Procuración General de la Nación.

19 En esos años había aparecido una semanal llamada '*Hora Cero*'. Todos los jueves corría a comprarla para ver cómo seguía la saga de dos personajes interesantes: uno era un corresponsal de guerra en el frente aliado llamado *Ernie Pike*, el otro era un hombre joven de Buenos Aires que de pronto se veía atrapado en una insólita trama de ciencia ficción, era *El Eternauta*; las dos historietas eran creación del guionista Héctor G. Oesterheld, y si bien ambas tuvieron éxito, la segunda se destacaba por su originalidad.

20 Había leído una novela policial de J. D. Carr muy interesante: *Los anteojos negros*. A tal punto me había atraído esa lectura que organicé con unos amigos (Carlos Alberto 'Beto' Deseta y Daniel Sabatella) una representación en mi casa, escenificando una parte de la obra ante un grupo de chicos y chicas invitados que, como en un juego, tenían que descubrir la trama subyacente.

casa.[21] A esos textos se sumaban los que íbamos viendo en el colegio.[22]

Empero, el lugar paradigmático donde uno podía sentirse inmerso en la trama de algún relato histórico, de una comedia romántica o un drama, para mi generación, era el cine. Además de las salidas con mis hermanos o mis padres, solía ir al cine solo, los sábados temprano en la tarde, tanto en San Martín como en Ramos Mejía.[23] Ocasionalmente, algunos fines de semana iba al cine con mi hermana Norma y su esposo Carlos que vivían en Belgrano; a estas salidas y algunas anécdotas haré referencia en un siguiente apartado.

8

Como estaba habituado a viajar diariamente con el *tranvía Lacroze*, desde mi casa en San Martín al colegio en Devoto, no me

21 Pertenecían a mis hermanos, en particular a Eduardo que había comenzado a estudiar abogacía. Entre estos últimos me encontré con textos que tendrían gran influencia en mi formación, principalmente, las *Lecciones preliminares de filosofía* de Manuel García Morente, también los *Escritos filosóficos* de Lisandro de la Torre y otros.

22 En el último grado del primario, la maestra (delgada y bajita, esposa de David Viñas) era una enamorada de la cultura francesa, así que leímos *El Cantar de Roldán* y toda su historia. En el secundario, además de los libros de texto: *Recuerdos de Provincia* de Sarmiento, el *Fausto* de Estanislao del Campo, el *Martín Fierro*, *Juvenilia* de Miguel Cané, el *Quijote* de Cervantes, etc., y no sé por qué recuerdo algunos otros pese a que no los volví a ver, seguramente me habrán impactado en su momento: *Amores y amoríos* de los hermanos Joaquín y Federico Álvarez Quinteros, *El capitán veneno* y *El escándalo* de Pedro de Alarcón.

23 De San Martín es la referencia a los 'panchos' a la salida del cine. Es que en la misma cuadra había un pequeño local, bien puesto, donde vendían productos de confitería y también panchos y una gaseosa de la época: '*Bidú*'. La dueña del negocio era una señora de origen judío alemán, muy amable. Era la esposa de otro amigo de nuestra familia: Bamberg, de quien se había separado y al que he hecho referencia en otro lugar. De los films de la época recuerdo algunos que me impactaron, por ejemplo: *La batalla del Río de la Plata*, *Las hojas muertas*, *Juicio en Núremberg, El tercer hombre*, *Casablanca, El manto sagrado*, *Ben Hur*, *Los diez mandamientos*, *Música y lágrimas*, *Angustia de un querer*, *Los siete samuráis* de Akira Kurosawa, tantos otros.

resultaba complicado hacerlo hasta Belgrano, aunque para llegar tenía que combinar dos colectivos[24]. De aquellos días en Belgrano han quedado algunas anécdotas. En una ocasión, caminando por una calle aledaña a la Av. Cabildo, donde ya habían comenzado a aparecer algunos edificios altos, al mirarlos comencé a percibir como un mareo y me asusté; era posiblemente una manifestación temprana del vértigo que aún hoy me acompaña. Lo cierto es que en ese momento pronuncié una frase que quedó en el retablo de locuciones familiares: 'Carlos, me dan vuelta los edificios'; era la manera de expresar esa sensación. Enseguida me calmaron y el momento de inestabilidad pasó, pero quedó la frase. Otro tema de comentario en esos días era mi atracción por la vidriera enorme de una juguetería ubicada sobre la Av. Cabildo, donde se exhibían decenas de soldaditos de plomo con diversos atuendos y múltiples miniaturas de vehículos de guerra; pasaba largos ratos observando esas vidrieras donde aparecían imaginarios ejércitos sobre escenarios de las batallas memorables de la segunda guerra mundial, como en el desierto de Rommel y Montgomery, o en el desembarco en Normandía.

En ese tiempo se produjo otro hecho que también dejó su huella en el anecdotario de la familia. Un sábado de diciembre (*circa* 1956 o 1957), Eduardo, Carlos y yo, viajábamos en una pequeña camioneta Mercedes Benz (modelo 1951) que tenía la carpintería de papá y que solían conducir mis hermanos; íbamos desde la casa de Norma y Carlos en Belgrano hacia la nuestra en San Martín. En la caja trasera traíamos provisiones para la casa.

24 Uno hasta Av. San Martín y Av. Gral. Mosconi y otro desde allí hasta Monroe y 11 de Septiembre en Belgrano, donde estaba la casa en la que vivían Norma y Carlos en los primeros años de casados. Era un inmueble alquilado -creo que Carlos había sucedido a sus padres en la locación-, con un local al frente donde Carlos tenía un negocio de venta de vinos y otros productos; atrás tenía las habitaciones, baño, cocina y un patio compartido con otro inquilino, un hombre mayor del que casi nada recuerdo. En esa época no había problema para que un chico de 10 u 11 años viajara solo en ese largo recorrido, algo que hoy día lo expondría a un riesgo grande pues en esta primera década y media del siglo XXI la Argentina se ha convertido en un país 'sin ley' como advirtiera tiempo antes Carlos S. Nino.

Cuando circulábamos por la Av. Gral. Paz a la altura del barrio de Saavedra, una motoneta con dos chiquilines se nos cruzó de improviso desde la izquierda hacia el lado opuesto de la calzada. Eduardo, que conducía, frenó y a la vez giró bruscamente el volante con lo que logró evitar la colisión, pero al intentar retomar el asfalto no pudo; es que una rueda trasera de la camioneta había quedado enganchada en la banquina de césped que en ese lugar tenía una inclinación descendente. El resultado fue un vuelco. El vehículo dio una vuelta en el aire y otra vuelta y media en tierra. En esa primera vuelta salimos despedidos hacia el exterior los tres ocupantes de la cabina. Todo fue tan rápido que cuando nos dimos cuenta estábamos sobre el césped, Eduardo al lado de una planta, Carlos y yo junto a otra, a varios metros de la pick up. En el momento del vuelco, Carlos atinó a sujetarme con su brazo (yo estaba en el medio del asiento); con ese gesto instintivo me salvó de un probable golpe de haber quedado en el interior del vehículo, y ese fue el motivo por el que salimos impulsados los dos juntos. El accidente fue realmente grave y, sin duda, la mano de Dios permitió que, amén de algunos insignificantes rasguños, salváramos nuestras vidas y saliéramos ilesos.

No fue la única vez en que, durante mi infancia, la Providencia intervino seguramente para inclinar el curso de los acontecimientos. Tiempo antes, cuando se estaban terminando los arreglos en la casa de San Martín, uno de los trabajos pendientes consistía en sustituir el cable que unía la caja exterior del frente con el resto de la casa, tarea a cargo de Federico.[25] Pero en un momento de descanso (y distracción), mientras mis padres y Federico tomaban mate en la cocina, no sé por qué fui al jardín e, inadvertidamente, toqué el cable que tenía electricidad. Recibí un 'golpe' de corriente tan fuerte que me tiró al piso; grité, me incorporé con dificultad y fui llorando del susto hacia el interior de la casa, con la cara de un color morado azulado y una pequeña

25 Federico era otra 'institución' en la vida familiar de ese tiempo. Un amigo de papá, policía federal de buena formación, gente honesta y bien educada, conocedor de la calle y de la gente; fuera de sus horarios de servicio hacía tareas de plomería o electricidad, como changas.

quemazón en los dedos. La descarga eléctrica pudo haber sido fatal teniendo en cuenta la intensidad de la corriente y mi corta edad, pero, gracias a Dios, no pasó del susto.

9

Hoy, con la nostalgia propia del alejamiento en el tiempo, voy rememorando aquellos años de una infancia feliz. Aquel 'chico de barrio', que usó pantalones a media pierna hasta comenzar la escuela secundaria, que soñaba demasiado, tanto despierto como dormido, medio solitario y distraído, no habría podido nunca imaginar adónde le conducirían los sucesos de su vida. Que llegaría a formar una familia grande, junto con la mujer de su vida, con cuatro hijos ejemplares, donde de un modo u otro el hilo conductor sería el amor, junto con la silenciosa y oculta mano de Dios que le fue dando forma. Así de simple y de complejo, de perceptible e inextricable, a la vez.

Doutor Décio Moreira, Insigne Promotor de Justiça

Sylvio Fausto de Oliveira

Com subida honra rendemos nossas homenagens ao insigne Dr. Décio Moreira, um dos promotores de justiça mais culto e brilhante do Ministério Público de Minas Gerais. Há vinte anos Laquesis, a parca que fiava o destino na lendária Grécia, levou nosso amigo e colega, deixando-nos uma lacuna incomensurável em nossa instituição, e uma saudade imorredoura em nossos corações. Décio Moreira nasceu na cidade de Borda da Mata, Minas Gerais, filho de Antonio Moreira e Maria do Carmo Costa Moreira. Fez o primário no antigo Grupo Escolar de Borda da Mata, Benedita Braga Cobra. A seguir, no regime de internato, fez os dois primeiros anos do ginásio no Colégio São José de Pouso Alegre, Minas Gerais. Em virtude do falecimento do seu genitor, Décio Moreira desligou-se do internato do colégio São José, tornando-se um autodidata, um estudioso do vernáculo, um leitor assíduo da literatura pátria e dos clássicos gregos e latinos, sempre a procura do saber, instruindo-se por si mesmo, adquirindo uma vasta cultura geral. Em plena juventude foi nomeado telegrafista dos Correios e Telégrafos da sua terra natal, casando-se em seguida com Maria Conceição Oliveira Moreira, e tiveram quatro filhos: Silvia Helena, Carmem Cecilia, Décio Moreira Junior e Juliano Moreira. A par com sua atividade de funcionário público, Décio Moreira voltou à escola, estudando a noite no Colégio Nossa Senhora do Carmo de Borda da Mata, concluindo o curso secundário com mérito. Prosseguindo nos estudos, com muita garra, formou-se em ciências jurídicas na Faculdade de Direito

do Sul de Minas, em Pouso Alegre, tendo exercido a profissão de advogado por alguns anos, quando lutou contra a prepotência da ditadura, porque cerceara as liberdades individuais do cidadão, redigindo telegramas de protestos aos jornais das capitais dos Estados e aos políticos de renome coniventes com aquela situação anômala vigente no País. Desiludido com o governo ditatorial dos militares, Décio Moreira desinteressou-se pela política, ingressando em 1968 no Ministério Público de Minas Gerais, sendo aprovado no XII concurso em sexto lugar para promotor de justiça, sendo nomeado para a comarca de Baependi, depois removido para a comarca de Borda da Mata, a seguir promovido por merecimento para as comarcas de Frutal, depois Ipatinga, e removido à Uberaba, sendo finalmente promovido para a comarca de Belo Horizonte, onde se aposentou como prêmio pelos relevantes serviços prestados à instituição do Ministério Público de Minas Gerais. Na sua terra natal, quando Décio Moreira exercia a profissão de telegrafista, seguindo a saga do seu avô materno, Coronel Francisco Marques da Costa, ingressou na política e elegeu-se vereador com expressiva votação.

De invejável formação humanística, de uma personalidade invulgar, de uma inteligência privilegiada, Décio Moreira era intransigente na defesa dos direitos individuais do cidadão, um ferrenho defensor da liberdade de expressão, além da inata solidariedade ao próximo, pois sempre estava pronto a doar seus nobres sentimentos em favor dos humildes sedentos de justiça. Décio Moreira era católico praticante, devoto de Nossa Senhora do Carmo, herança materna, um promotor de justiça dotado de vasta cultura jurídica, respeitado nos meios do judiciário pela sua lhaneza de espírito. Era um homem público altivo por excelência sem ser pedante, cônscio dos seus deveres para com a sociedade, tendo forjado ao longo dos anos um acervo de trabalhos jurídicos dignos dos maiores encômios pelos batalhadores do direito. A característica marcante de Décio Moreira era a sua personalidade conciliadora, tanto que nas audiências relativa à família da qual participava, envidava todos os esforços, através de uma dialética de convencimento, para obter das partes um acordo que

as satisfizessem. Ele mantinha uma conduta irrepreensível e uma simplicidade irreprochável como criatura humana, que pregava a paz e a concórdia, a harmonia e a convivência fraterna entre os cidadãos, dizendo como padre Vieira: "há mister paz, paz interior contra os inimigos de dentro; paz exterior com os de fora; e uma e outra teremos se a justiça a cultivar como deve. Há mister paz e a nossa no tempo presente, redobrada paz interior contra os inimigos de dentro".

No exercício de suas nobilitantes funções de representante do Ministério Público nas comarcas em que atuara, Décio Moreira teve a oportunidade de mostrar a grandeza do seu espírito público, a gama de conhecimentos jurídicos adquiridos ao longo dos anos e registrados com uma letra uniforme e impecável, através dos seus luminares pareceres, que eram verdadeiras lições de direito e justiça. No campo do direito privado, avultam juízos seguros e escorreitos, rebuscados de lógica e clarividência, de arte e filosofia, de bom senso e justiça, contribuindo assim para os deslindes das questões suscitadas na Vara de Família na qual exercera as atribuições de "custos legis", tendo recebido dos juízes com os quais teve a honra de trabalhar os maiores elogios, como também, em grau de recurso, o eminente relator consignava na ata de julgamento o aplauso merecido do tribunal de justiça pelos seus brilhantes pareceres, determinando inclusive que fizesse parte integrante do seu voto proferido no processo. No árduo mister de promover a justiça social, o jurista e sociólogo Décio Moreira foi um gladiador nos pretórios, um aedo na literatura, um corifeu do direito. A produção intelectual de Décio Moreira era vigorosa pela qualidade inexcedível das ideias despendidas sobre variados temas, pela dimensão da interpretação analógica dos textos legais, destacando-se o seu apego pelos valores éticos, pelo bom senso e princípios gerais de direito. No tribunal do Júri, na árdua e incompreendida missão de representante da sociedade perante o Conselho de Sentença, Décio Moreira era um gigante da oratória, um tribuno combativo, mas leal na hora de terçar, sempre se conduzindo com educação e respeito pelo *ex-adverso*, pesquisador percuciente dos princípios de direito, mestre ao destrinchar

a prova dos autos pelo método lógico-jurídico da verdade real, imbuído da consciência ética como emérito expositor, primoroso exegeta que embevecia a plateia com uma oratória empolgante, palmilhada de ditirambos, de uma verve eloquente, como também pela maneira clara ao discorrer sobre os princípios do direito penal.

Décio Moreira foi, indiscutivelmente, uma figura exponencial, de quem se pode afirmar que dedicou toda a sua fecunda existência a serviço do Ministério Público. Nas suas manifestações, ele tinha por lema proclamar a liberdade do pensamento, afirmando: 'a liberdade é um apanágio de todo ser humano, é um dever de todos respeitá-la como princípio universal da democracia". Décio Moreira pertence a linhagem dos juristas de primeira grandeza do Ministério Público perante o Judiciário. Foi um defensor intransigente da ordem pública no meio social, da moralidade e legalidade administrativa, dos direitos e garantias individuais, mormente do direito de ir e vir, consubstanciado na incolumidade física e moral das pessoas.

Decio Moreira era estimado e respeitado por todos aqueles que tiveram o prazer de conviverem com ele no dia a dia. Ele viveu intensamente, como dizia Miguel Reale: "o tempo de promotor de justiça, através de dedicada participação na vida pública". Ao longo de sua vida, Décio Moreira recebeu inúmeras homenagens, as quais não só visaram marcar indelevelmente a sua passagem pelo Ministério Público, como também um pleito de reconhecimento e de exemplo aos membros da Instituição. No edifício do fórum Melo Viana, na comarca de Uberaba, o Centro de Apoio aos membros do Ministério Público tem o nome de "Sala Promotor de Justiça Décio Moreira". A cidade de Uberaba homenageou-o com o Posto de Saúde promotor de justiça Décio Moreira. O Conselho Superior do Ministério Público criou a medalha "Décio Moreira" para homenagear os promotores de justiça que se destacarem nas suas funções. Poucos terão excedido em eficiência e brilho no espinhoso e sublime mister de representante da sociedade ou de fiscal da lei, como Décio Moreira, que hoje ornamenta o panteão dos imortais do Ministério Público de Minas Gerais.

O velório e a carpideira

Teodoro Peres

Assisti a vários velórios na minha vida, entre eles o de meus familiares, colegas de Faculdade e diversos amigos, até dos que não conhecia bem. Naqueles momentos de tristeza, vi uns orando, pedindo pela salvação da alma do ente querido, outros tristes, em silêncio e calados, e, ainda, outros tomando café. Muitos lamentando a perda irreparável daquele falecido, para a comunidade e outros conversando sobre os mais variados fatos. Alguém do grupo declarou: hoje é uma dessas tardes de outubro, límpidas e serenas, em que se tem a impressão de que a noite não virá nunca, ocasião em que as andorinhas voam ligeiramente num céu azul-turquesa. Sentado num banco de ferro, próximo a um pé de jequitibá, podia ser visto o Senhor Vulcão, fumando beatificamente o seu inseparável cachimbo.

Senhor Vulcão, assim chamado pelos demais integrantes do citado grupo, por causa da densa nuvem de fumaça, que sempre o envolvia, pertencia de corpo e alma ao seu cachimbo. Era dele um humilde e obediente escravo. Prodigalizava-lhe mil cuidados amorosos, esfregava-o constantemente na manga do *blazer*, fazendo-o reluzir. Limpava a todo instante o tubo de aspiração com um arame de aço. Quando não o tinha à boca, trazia-o perto do coração, no bolso da camisa, cuidadosamente guardado num estojo de feltro. Balbuciou mais que o *de cujus* esperava a Ressurreição.

Depois de haver enchido de fumo caporal, antes de riscar o fósforo, o senhor Vulcão lançava ao seu cachimbo um olhar terno e respeitoso, como que a lhe pedir permissão para acendê-lo e, ao que pareceu, essa licença lhe era concedida, com um sinal só

visível para ele, pois, pela expressão de felicidade e gratidão que se lhe notava na fisionomia, logo na primeira baforada, era forçado a reconhecer que ele gozava, então, de um raro favor e que aquele cachimbo só se deixava fumar porque era a sua expressa vontade.

Lembro-me de que, no interior, não havia serviços funerários. Quando do falecimento de uma pessoa, a família do morto mandava providenciar a confecção do caixão pelos carpinteiros Luís Puteca ou Moisés "Cabeça Seca", homens de olhos terrivelmente esbugalhados. Um destes, com rapidez, procurava tirar as medidas do defunto para fazer o esquife.

A coberta era de pano preto, quando o defunto era homem ou mulher balzaquiana. Roxo ou azul celeste, da cor do céu, quando se tratava de pessoas jovens, que geralmente eram vestidas com trajes à semelhança das roupas de Nossa Senhora, como túnica, manto e véu. Na parte externa, o caixão era ornamentado com galões de acabamento prateado, adquiridos no comércio do senhor Newton Carvalho. A tampa era pregada com dobradiça de porta.

Se o defunto era aquinhoado, geralmente surgiam pessoas amigas para vesti-lo num terno preto ou azul marinho. O corpo, já no caixão, era removido para a igreja. Ali, ou em outro lugar, indicado pela família, acontecia o velório. Os menos abastados eram trajados com vestes parecidas com as de São Francisco de Assis ou enrolados numa rede em que falecia.

O caixão era colocado numa folha de porta sobre cinco tamboretes, evidentemente coberta com uma toalha branca, rodeada de velas e demais apetrechos. Pessoas ligadas à família do falecido faziam preces e orações, cantando benditos. Suplicavam pela salvação do *de cujos*. O terço de Nossa Senhora, a ladainha do Sagrado Coração de Jesus e o ofício da Imaculada Conceição eram "puxados" por alguma pessoa muito chegada e amiga da família. No interstício das rezas, eram servidos conhaque de São João da Barra, e até aguardente de cana, bem como o café com biscoito ou coisa semelhante. Num desses velórios, havia os que se embriagavam e ficavam pegajosos, viscosos, intoleráveis, mas

eram necessários, a fim de manterem as pessoas acordadas. Quando o defunto era considerado muito amado e querido na comunidade, por ter prestado relevantes serviços, as exéquias ficavam às expensas da iniciativa do chefe do Governo Federal, Estadual ou Municipal.

O velório tinha como palco a casa de moradia ou a igreja. Os familiares contemplavam o corpo, às vezes embalsamado, e a face pálida e inerte do defunto.

Certa vez presenciei o enterro de certo militar, de alta patente do Exército, na aleia do Cemitério da Cidade. O cortejo fúnebre teve todas as pompas e honras de chefe de Estado, com salva de tiros, e ao som da marcha fúnebre, o terceiro movimento da sonata nº 2, de Fréderic François Chopin. A cerimônia se encerrou com o "Urra! Urra! Urra!", grito de guerra puxado por ex-colegas do militar e oficiais do Comando Militar, depois de cantarem a Canção da Artilharia do Exército.

Também compareci ao velório de um cidadão que teve casamento nuncupativo, pois estava em iminente risco de morte e não havia tempo para celebração do matrimônio dentro das formalidades legais. O moribundo encontrava-se na UTI de um nosocômio, mas, consciente, solicitou com urgência o reconhecimento da união. Tarde da noite não havia autoridade competente, e nem o Juiz de Paz para celebração do ato, então foi feito, naquele local, uma cerimônia com a presença de seis testemunhas, que, dentro do prazo de dez dias, teriam que levar o termo de casamento ao juiz da vara matrimonial.

No momento da morte, não posso afirmar, peremptoriamente, se eram carpideiras, mas duas senhoras com vestes pretas que tinham a cabeça curvada, o ar piedoso e braços magros cruzados sobre o peito, destacavam-se das demais pessoas que se encontravam presentes naquela solenidade, pois vertiam lágrimas num choro constante e interminável. Era tamanha a manifestação que suspeitei que as senhoras haviam feito contrato com os familiares do *de cujus* para prestarem aquele serviço autônomo e esporádico.

Também estive presente no velório de determinada senhora de 88 anos, da alta sociedade, mãe de uma autoridade máxima do Executivo, muito respeitada no Estado. A porta da casa dava para uma rua, e suas janelas ficavam para o lado de uma avenida. Os amigos da família que foram, ao cabelo nas têmporas, um pouco grisalhos; com o olhar sempre móvel, a fronte alta e de mãos nervosas; a fisionomia ponderada das pessoas severamente elegantes, enfim, com as maneiras de uma estudada distinção. Ao ver-me ficou embarafustado pela sala, olhou-me com severidade, demonstrando ser pessoa íntima da família. Ao receber as bolsas das damas, este, sutilmente, já as repassava para uma figura cabotina que se encontrava fora da janela lateral, a fim de apanhar e recolher as bolsas, e saía para Lins (lugar incerto e não sabido). Após horas naquela solenidade, as pessoas, ao se retirarem, procuravam o rapaz que com muita distinção recebeu na porta aquelas bolsas, mas não localizavam aquele intruso. O filho da finada e aqueles que compareceram àquele velório ficaram sem rumo, sem saber e sem poder reclamar que destino seguiu, e de quem se tratava aquela pessoa que se introduziu no velório, naquele instante de angústia, comoção e tristeza. Vejam só, até nesses momentos de infinita saudade surgem malandros e ladrões bem vestidos para furtarem as pessoas inocentes e de boa-fé.

Cada velório tem suas particularidades, mas, ainda assim, apresentam fatores em comum: o caixão, a dor, as lembranças, as orações e, por que não dizer, as carpideiras. Ressalta-se ainda, uma peculiaridade no interior, qual seja: oferecer almoço e jantar aos parentes, amigos e conhecidos, haja vista que muitos desses vêm de localidades distantes.

O que se pode falar é que um ser se foi e não voltará. Diante disso, fica o princípio maior "De mortuis nil nisi bonum" ("Não se fale dos mortos a não ser para dizer o bem"), provérbio latino, citado por Diógenes Laécio, em *Pace Sepultis*).

VI

Críticas e Comentários Literários

A poesia e o poeta pantaneiro Manoel de Barros

Luiz Alberto de Almeida Magalhães

Com 90 anos, Manoel de Barros frequentemente vê-se retornando ao seu tempo de guri. Como disse recentemente em uma entrevista, "Eu não caminho para o fim, eu caminho para as origens" (*Caros Amigos*, dez. 2006). A sua obra poética encontra-se permeada por tal caminhar. Os versos buscam o retorno ao adâmico, às origens do ser e da palavra. A poética barriana é formada por versos que evocam o passado, que trazem à tona as suas lembranças enquanto menino. Nesses poemas podemos encontrar referências às cidades que fizeram parte de sua infância, e neles o poeta nos fala de seu nascimento, da criação em terras pantaneiras e dos primeiros versos inventados. Em tais versos, Barros também nos apresenta os andarilhos que encontrou enquanto crescia. A indução à leitura da obra de Barros como um relato autobiográfico é novidade e, no caso, sugerida pelos títulos de seus livros mais recentes, por exemplo, *Poemas rupestres* e *Memórias inventadas*. Dessa maneira, propomos como objetivo de nossa palestra, assinalar a relação entre poesia e autobiografia na obra de Manoel de Barros, investigando e analisando até que ponto pode-se afirmar a presença de autobiografia nos versos barrianos. A escolha do assunto justifica-se pelo fato de que, com mais frequência, circulam textos, resenhas e monografias sobre o poeta que apontam tal relação – lírica e autobiográfica –, todavia não há ainda um estudo mais aprofundado e debruçado sobre suas publicações após o ano de 2002.

Também fizemos a leitura da obra barriana com a finalidade de selecionar os poemas que contemplam a temática da metapoesia (poemas que demonstram a consciência criadora do poeta e de seu trabalho com as palavras), da infância e de seus alteregos. A excelência estética comunga com as memórias e lembranças do tempo de menino, da transformação do menino em poeta e do *portrait* de alguns amigos de infância e andarilhos da cidade natal de Manoel de Barros. Cremos, desse modo, que seja possível apontar na poética barriana textos que possuam traços autobiográficos, que privilegiam as memórias do poeta como tema, sem nos esquecer da epígrafe que abre seus mais recentes livros: "Tudo o que não invento é falso".

A comunhão entre o lírico e a escrita autobiográfica é polêmica. O estudo de obras sobre as escritas do eu é algo não muito difundido no Brasil; no entanto, podemos afirmar que há poucos anos essa temática tem sido colocada em discussão com mais assiduidade e profundidade. Conceituamos a infância e falamos de sua presença nos versos de Barros com marcas autobiográficas. Ao usar a poesia para falar de si, o sujeito termina por adentrar em um campo onde não se ouve apenas a sua voz, há também a alteridade configurada pelas relações com os outros que traz em si. Passo a passo, o escritor – que utiliza os recursos vários da poética – entra no anônimo e impessoal; ou seja, onde a autobiografia tende a centralizar o sujeito, a poesia o dispersa e o desfigura. Quanto mais se retrata o pessoal, mais universal se torna. Além disso, ao tentar colocar em evidência todas as grafias possíveis de seu eu, o poeta volta-se para o que lhe é adâmico: a palavra. É sobretudo nessa representação que a linguagem utilizada na poética ocupa um lugar que não consegue ser contido pelo padrão clássico da autobiografia.

Para o poeta, a criação lírica inicia-se com a violência sobre a linguagem. O primeiro ato dessa operação consiste no desenraizamento das palavras. O poeta arranca-as de suas conexões e misteres habituais: separados do mundo informativo da fala, os vocábulos se tornam únicos, como se acabassem de nascer.

O segundo ato é o regresso da palavra: o poema se converte em objeto de participação. A poesia nem sempre serviu às mesmas funções das civilizações antigas aos nossos dias, mas ela sempre esteve presente na vida coletiva dos homens. Ela é entretenimento, lei e história, memória popular e até mesmo atividade esotérica. Sobre o seu trabalho com as palavras, encontramos, em uma entrevista para o jornal *Poesia viva*, do Rio de Janeiro, em abril de 2000, o seguinte comentário de Barros: "Uso as palavras mais para inventar e mentir do que para dizer alguma certeza. Posso voltar à criança que fui, ao moleque que gostaria de ter sido e que não fui, posso chegar, manobrando palavras, onde quiser. Posso até voltar à infantice". Para o poeta, o verbo serve para a criação, muito mais do que para a afirmação da realidade. Através do verbo, e de seu manuseio, tudo é possível. Basta a imaginação e o desejo de ser. Ele confere à poesia o poder da recriação e, em versos de cunho autobiográfico, o poder de reinventar sua própria vida. Contudo, vale salientar o que adverte Manoel de Barros: não se pode confiar inteiramente em seus versos. Como diz a epígrafe dos dois volumes já publicados de sua Autobiografia Inventada, "Tudo o que não invento é falso", verso que foi escolhido para intitular sua antologia publicada em Málaga, na Espanha. Vários de seus versos afirmam e reafirmam a ficção presente em sua poética: *Pelos meus textos sou mudado mais do que pelo meu existir* (BARROS, 1997, p. 81). Tenho uma confissão: *noventa por cento do que escrevo* é *invenção; só dez por cento que* é *mentira* (BARROS, 2000, p. 45). São formas utilizadas pelo poeta de se revelar escondendo-se.

Essa modificação de formas de enunciação permite ao eu lírico uma visão "do lado de fora" e um distanciamento necessário para que haja o aprofundamento na busca de seu autorretrato e imagem. A memória é formada pelo passado e pelo presente. Nosso ser de *hoje* é composto por sentimentos e acontecimentos que retomam as nossas lembranças de *ontem*; portanto, podemos dizer que a memória é formada pela relação entre o ontem e o hoje. Aí, a palavra poética seria o olho da imaginação a iluminar-se com a luz da memória para se enxergar o mundo exterior e o

mundo interior em um equilíbrio de formas. Memória, invenção e imaginação seriam, assim, fundamentos da poesia.

Ao ser questionado sobre as personagens reais que aparecem em seus poemas, Barros defende que não há problema quando a memória falha, pois seu conhecimento vem de primórdios, vem pelos sentidos. Faz parte do primeiro estágio e acompanha o sujeito durante sua caminhada. É disso que o poeta se serve quando não há "lembranças prontas": sua imaginação comunga com a memória e a invenção. O que leva um escritor a relatar fatos da própria vida? Percebe-se que o texto autobiográfico é o resultado dor só constavam pássaros, árvores, o rio e os seus peixes. Havia cavalos sem freios dentro dos matos cheios de borboletas nas costas. O resto era só distância. A distância seria uma coisa vazia que a gente portava no olho E que meu pai chamava exílio" (BARROS, 2000, p. 49). Sabemos que Barros passou parte de sua infância em uma fazenda no Pantanal mato-grossense, e que essa região é formada por propriedades de vasta extensão, tornando-se marcadamente isolada principalmente na época da cheia. O poeta apresenta a paisagem pantaneira, formada pela imensidão, adornando-a com o sentimento de solidão: "O resto era só distância". Uma imagem que para o homem do século XXI representaria a tranquilidade e a liberdade está nos versos "Havia cavalos sem freios dentro dos matos cheios/ de borboletas nas costas". No entanto, para o poeta, os moradores desse local sofrem uma "doença" – que, aliás, dá título ao poema: carregam consigo a distância no olhar, pois são cercados somente pela natureza, por árvores, pastos e água. O olhar é pleno de infinitos. Não havia vizinhos, nem nome de lugares, e a família crescia isolada. Tal isolamento confere à criança solidão: "Entretanto padeço de lonjuras". Sozinha, ela sonha, tem como companhia seus devaneios, e estes serão o deleite dos poetas, pois temos em nossa alma um núcleo da infância que permanece imóvel, mas vivo, e que emerge nos instantes de poeticidade. As imagens da infância, imagens que uma criança pôde fazer, imagens que um poeta nos diz que uma criança fez, são para nós manifestações da infância permanente. Diante do mundo natural, podemos agir de

dois modos, bastante diferentes entre si. Ao tomarmos parte da Natureza, a primeira sensação que temos é de surpresa ou afastamento. O homem necessita sofrer de distância para que chegue à compreensão de sua Natureza. Perante o nada, o homem se recria. O poeta sente necessidade de aumentar sua realidade, a fim de criar a si mesmo.

O autor da escrita autobiográfica é sempre o duplo de si mesmo, nunca está neutro durante o processo de criação, visto que seu objeto é, ao mesmo tempo, diferente e similar a ele. A consciência do escritor no momento presente da escrita é diferente daquela que ele procura no menino que foi na infância. Dessa forma, o poeta tenta compreender não só a si mesmo, mas também ao mundo do qual fazia parte. Devemos olhar a escrita autobiográfica não só como a história da vida de uma pessoa, mas como uma escrita do eu inserido no mundo. Percebemos, assim, a recriação poética de uma época, de lugares e habitantes do espaço narrado. Escrevendo em prosa poética, Manoel de Barros fabula a sua memória, mas uma memória tecida com a invenção da sua linguagem singular:

> O dia demorava de uma lesma. Até uma lacraia ondeante atravessava o dia por primeiro do que o sol. E essa lacraia ainda fazia uma estação de recreio no circo das crianças a fim de pular corda. A gente se acostumou de enxergar antigamentes. Por forma que o dia era parado de poste. Os homens passavam as horas sentados na porta da Venda de Seo Mané quinhentos Réis que tinha esse nome porque todas as coisas que vendia custavam o seu preço e mais quinhentos réis. Seria qualquer coisa como a Caixa Dois dos prefeitos. O mato era atrás da Venda e servia também para a gente desocupar. Os cachorros não precisavam do mato para desocupar Nem as emas solteiras que despejavam correndo. No arruado havia nove ranchos. Araras cruzavam por cima dos ranchos conversando em ararês. Ninguém de nós sabia

> conversar em ararês. Os maridos que não ficavam de prosa na porta da Venda iam plantar mandioca Ou fazer filhos nas patroas. A vida era bem largada. Todo mundo se ocupava da tarefa de ver o dia atravessar. Pois afinal as coisas não eram iguais às cousas? Por tudo isso, na corruptela parecia nada acontecer. Por forma que a nossa tarefa principal era a de aumentar o que não acontecia. (Nós era um rebanho de guris.) A gente era bem-dotado para aquele serviço de aumentar o que não acontecia. A gente operava a domicílio e pra fora. E aquele colega que tinha ganho um olhar de pássaro era o campeão de aumentar os desacontecimentos. Uma tarde ele falou pra nós que enxergara um lagarto espichado na areia a beber um copo de sol. Apareceu um homem que era adepto da razão e disse: Lagarto não bebe sol no copo! Isso é uma estultícia. Ele falou de sério. Ficamos instruídos. (BARROS, 2004)

O poeta apresenta sua infância através do espaço em que vivia, das pessoas que conhecia e das brincadeiras de que participava. Ao falar sobre esses aspectos de sua primeira idade, o escritor não só cria a partir de suas particularidades, como também faz um panorama da vida e da sociedade em que estava inserido na primeira idade. Em sua poética, Manoel de Barros comprova que para ser universal é preciso destacar a sua terra. Ao falar do que é mais representativo em sua região, situa-se em sua realidade e, a partir dela, consegue alcançar o que é comum a todo homem. Utilizando vocábulos que revelam a fauna pantaneira, como "anta", "cachorro", "lesma", "lacraia", "emas", "araras", "pássaro", "lagarto", ele pinta o cenário que conhecera quando criança, mas note-se que sua poética elege os seres mais "desimportantes" para serem primeiramente retratados. Ao dar lugar aos animais desprezados, Barros parece desejar engrandecer o ínfimo.

Ainda reforçando a ideia da marca pessoal do poeta, encontramos o emprego da palavra "corruptela", que é um regionalismo e designa um grupo de casas que formam uma comunidade, e

a expressão "a de muito", coloquialismo utilizado para se referir a um longo período de tempo transcorrido. O tempo aparece descrito como muito vagaroso, sendo a extensão do dia comparável a uma lesma. Note-se que o termo de comparação faz parte do léxico barriano e representa bastante lentidão. A figura da lacraia e a imagem que temos do movimento desse animal traduzem um ritmo e uma velocidade maiores do que o tempo que se arrasta nesse lugar: "Até uma lacraia ondeante atravessava o dia/ por primeiro do que o sol." O andamento do tempo para o menino é representado sempre com morosidade: "Lembrava a tartaruga de Creonte/ Que quando chegava na outra margem do rio/ As águas já tinham até criado cabelo", sendo que tal percepção pode estar relacionada à presença do isolamento, ou do fato de nada acontecer onde o menino morava. A solidão não arrasta o tempo? Pois o menino torna-se um ser acostumado a "enxergar antigamentes" e volta-se para os acontecimentos do passado. O poeta, ao escrever sobre a sociedade e o tempo em que viveu, relembra o seu passado e também o passado do mundo, formado por sua família, os moradores do lugar onde vivia, sua cidade, sua cultura. Ele não tem como se restringir a registrar somente sua história individual, visto que faz parte de uma época e de uma cultura.

Nesses relatos de histórias vividas pelo poeta quando menino, e do cotidiano de seu vilarejo, devemos estar preparados para nos depararmos com uma tripla ligação: a memória, a imaginação e a poesia, que representam a infância do escritor. A poesia incita o leitor a ser, ele mesmo, poético: não poeta, mas colaborador do poeta, que realiza em si mesmo o que o poeta criou, sem criar, isto é, sem imaginar, por sua própria conta. Analisando a produção poética de Barros, verificamos que as rememorações da infância aparecem sob várias imagens e figuras, e sob o signo de um sentido sempre renovador no devir da vida e dos seres. Em "Manoel por Manoel", temos o sujeito lírico mais próximo do indivíduo, é o olhar de Manoel de Barros para o menino Manoel.

> Eu tenho um ermo enorme dentro do olho. Por motivo do ermo não fui um menino peralta. Agora tenho saudade do

> que não fui. Acho que o que faço agora é o que não pude fazer na infância. Faço outro tipo de peraltagem. Quando criança eu deveria pular muro do vizinho para catar goiaba. Mas não havia vizinho. Em vez de peraltagem eu fazia solidão. Brincava de fingir que pedra era lagarto. Que lata era navio. Que sabugo era um serzinho mal resolvido e igual a um filhote de gafanhoto. Cresci brincando no chão, entre formigas. De uma infância livre e sem comparamentos. Eu tinha mais comunhão com as coisas do que comparação. Porque se a gente fala a partir de ser criança, a gente faz comunhão: de um orvalho e sua aranha, de uma tarde e suas garças, de um pássaro e sua árvore. Então eu trago das minhas raízes crianceiras a visão comungante e oblíqua das coisas. Eu sei dizer sem pudor que o escuro me ilumina. É um paradoxo que ajuda a poesia e que eu falo sem pudor. Eu tenho que essa visão oblíqua vem de eu ter sido criança em algum lugar perdido onde havia transfusão da natureza e comunhão com ela. Era o menino e os bichinhos. Era o menino e o sol. O menino e o rio. Era o menino e as árvores. (BARROS, 2003)

O poeta quando menino criava e inventava seu mundo: "Brincava de fingir/ que pedra era lagarto. Que lata era navio. Que sabugo era um serzinho mal/ resolvido e igual a um filhote de gafanhoto". Ao olhar para os elementos que pertencem ao seu espaço, a criança sonha e cria imagens que ficarão para sempre presentes em seu ser.

Na poética barriana, deve-se considerar a infância em relação a seu estado ontológico em que, sendo uma potência do ser, passa a significar estados e modalidades de vivência para o homem. O mundo transforma-se perante o símbolo da criança, a língua transforma os seres, e o cosmos todo é representado: "Porque se a gente fala a partir de ser criança, a gente faz comunhão: de um/ orvalho e sua aranha, de uma tarde e suas garças, de um pássaro e sua árvore". O homem torna-se mais integrado ao cosmos; e este, ao homem.

Nesse poema também está presente a ideia de vastidão, que leva a criança em alguns momentos a sentir solidão: "Quando criança eu deveria pular muro do vizinho para catar goiaba. Mas

não havia vizinho. Em vez de peraltagem eu fazia solidão". Em Barros, percebemos uma espacialidade precisa, que é definidora de sua personalidade: "Cresci brincando no chão, entre formigas. De uma infância livre e sem/ comparamentos. Eu tinha mais comunhão com as coisas do que comparação". A liberdade possível ao menino-poeta durante a sua infância deixa marcas em seu ser. Ao olhar para o menino que foi, o poeta confessa: "Agora tenho saudade do que não fui. Acho que o que faço/ agora é o que não pude fazer na infância. Faço outro tipo de peraltagem". O eu lírico assume-se como poeta, como o ente que brinca com as palavras, até lhes mudar a forma e a "cor". Ele mergulha em seu passado e se depara com um menino que possui um "ermo" no olho, e é essa visão "oblíqua" e "comungante" que dá luz à imaginação do poeta: "Eu sei dizer sem pudor que o escuro me ilumina. É um/ paradoxo que ajuda a poesia e que eu falo sem pudor". A partir do ermo, do escuro, o menino se vê capaz de iluminar sua existência, recriar imagens e perceber a vida. A voz do poeta torna-se a voz de um infante que, na busca inicial de sua liberdade, inventa também as palavras, inovando a linguagem. Ele une sua voz às vozes das coisas, das plantas, dos animais. Dessa forma, sua palavra, seu verso, torna-se uma voz do mundo, em comunhão cósmica. O poeta é um "arqueólogo" de si mesmo. Busca, em idade avançada, as marcas que compõem sua história, a fim de investigar quem as deixou:

> Acho que o quintal onde a gente brincou é maior do que a cidade. A gente só descobre isso depois de grande. A gente descobre que o tamanho das coisas há que ser medido pela intimidade que temos com as coisas. Há de ser como acontece com o amor. Assim, as pedrinhas do nosso quintal são sempre maiores do que as outras pedras do mundo. Justo pelo motivo da intimidade. Mas o que eu queria dizer sobre o nosso quintal é outra coisa. Se a gente cavar um buraco ao pé da goiabeira do quintal, lá estará um guri ensaiando subir na goiabeira. Se a gente cavar um buraco ao pé do galinheiro, lá estará um guri tentando agarrar no rabo de uma lagartixa. Sou hoje um caçador de achadouros de

infância. Vou meio dementado e enxada às costas a cavar no meu quintal vestígios dos meninos que fomos. Hoje encontrei um baú cheio de punhetas. (BARROS, 2003)

A voz inicial neste poema é a do eu lírico no presente que, claramente, devaneia sobre o passado, e parte em busca de personagens e relatos de infância a fim de exemplificar sua atividade atual: "Sou hoje um caçador de achadouros de/ infância". Essa é uma das características do estilo do poeta, presente em todos os seus livros, constituindo também uma marca da modernidade. O eu lírico é um ser que inventa, e que compõe o espaço de suas errâncias: "Assim, as pedrinhas do/ nosso quintal são sempre maiores do que as outras pedras do mundo". Ele é um indivíduo que se desloca entre a natureza e a cultura (quintal X cidade). Vê o mundo e sente necessidade de se conhecer: "Mas o que eu queria dizer sobre o/ nosso quintal é outra coisa". Suas escavações na memória não desenterram somente os fatos passados: "Se a gente cavar um buraco ao pé da goiabeira/ do quintal, lá estará um guri ensaiando subir na goiabeira". Ela dá lugar à reflexão do que o menino de Corumbá encontra hoje em si mesmo. O menino-poeta encontra-se com seu eu-presente e afirma: "Sou hoje um caçador de achadouros de/ infância. Vou meio dementado e enxada às costas a cavar no meu/ quintal vestígios dos meninos que fomos. Hoje encontrei um baú cheio/ de punhetas". Se no "achadouro" de Pombada havia moedas de ouro, no do poeta há "punhetas", simbolizando a meninice, a descoberta do sexo e, finalmente, a transgressão – tão habitual nos versos de Barros. Disse ainda:

> Todas as minhas obras têm um desejo de transgressão. Em algumas acerto mais no erro. Em outras erro mais no acerto. Só uma questão de linguagem. Não há fugir. O que me move é fazer frases tortas, sintaxes tortas, semânticas desdobráveis. Todas as minhas obras têm um desejo de transgressão. Em algumas acerto mais no erro. Em outras erro mais no acerto. Só uma questão de linguagem. Não há fugir. Sou

> um ser contraditório, incerto, inseguro. Sou filho copiado deste século. Sou portanto fragmentado, desmembrado, esquartejado. Como, pois, poderia ter uma linguagem arrumadinha? Não evito as pedras. Os limites me incomodam. As regras de gramática me agridem, me trancam. Quero ser livre como as águas.

Se percorrermos a produção poética de Manoel de Barros, encontraremos textos essencialmente metapoéticos, o que indica a presença de uma das características da poesia moderna, além de ser um dos traços estético-filosóficos da obra. De sua obra podemos citar *Compêndio para uso dos pássaros*, *Gramática expositiva do chão* e *Matéria de poesia* como exemplos de livros que versam sobre o fazer poético e sobre a poesia. Em outro livro, *Arranjos para assobio*, o poeta nos revela de maneira clara suas reflexões sobre sua poética.

Manoel de Barros acredita que, para se atingir plenamente o ser, é necessário instaurar-se o poético. O poeta é um ser que apresenta várias faces, e essa é uma das características apresentada na poesia de hoje. A pluralidade é uma constante nos versos contemporâneos, e fica mais explícita nos do poeta aqui estudado, que se procura nos acontecimentos de seu passado. O indivíduo em busca de seu "eu" volta-se para o passado, e o que lá encontra? A formação do seu duplo durante a adolescência. Encontra um menino que gosta de brincar com as palavras, de trocá-las de lugar, dar-lhes outro sentido fora do acostumado, inventar imagens surreais a partir do som das palavras. Encontra outro ser em surgimento, que é estranho para algumas pessoas, pois pretende aquilo de que a maioria delas nem se dá conta: entrar no reino da "despalavra", ser um fraseador.

Nota-se também o seu peculiar emprego de unidades lexicais, construções sintáticas e expressões pertencentes à fala coloquial, representativas de um extrato cultural e regional que identifica as pessoas com quem o poeta conviveu durante sua infância: "quintal", "que era estudado", "quê lógica quê nada",

"A gente boiou no sofisma", "avoava", "a gente destampamos". A voz do poeta torna-se a voz de um infante que, na busca inicial de sua liberdade, inventa também as palavras, inovando a linguagem. O poeta une sua voz às vozes das coisas, das plantas, dos animais. Dessa forma, sua palavra, seu verso, torna-se uma voz do mundo, em comunhão cósmica.

Sabemos que o instrumento da memória de Manoel de Barros é a linguagem, e é através dela que ele surge do passado para chegar com força no presente. O poeta, da mesma maneira, recorda-se das "lesmas" e "lacraias", que eram qualificadas de "substantivos verbais", porque também se colocavam em movimento, sugerindo uma não separação entre as palavras e as coisas, num desprezo deliberado pela arbitrariedade dos signos. Porém, já em 1937, quando Manoel de Barros lançou seu primeiro livro, *Poemas concebidos sem pecado*, já o víamos todo em prosa poética. O poeta frequentemente fala sobre a diferença entre ele e seus familiares, sobre o modo como não se adaptou ao meio rural e, assim, é visto de maneira "torta" por seus pais e irmão:

> Meu pai costumava me alertar: "Quem acha bonito e pode passar a vida a ouvir o som das palavras Ou é ninguém ou zoró". Eu teria treze anos. De tarde fui olhar a Cordilheira dos Andes que se perdia nos longes da Bolívia e veio uma iluminura em mim. Foi a primeira iluminura. Daí botei meu primeiro verso: Aquele morro bem que entorta a bunda da paisagem. Mostrei a obra pra minha mãe. A mãe falou: "Agora você vai ter que assumir as suas irresponsabilidades". Eu assumi: entrei no mundo das imagens. O menino escolhe o mundo das imagens e sua representação através dos versos.

O poeta, aos oitenta e cinco anos, volta-se para o menino que foi aos treze

> Hoje eu completei oitenta e cinco anos. O poeta nasceu de treze. Naquela ocasião escrevi uma carta aos meus pais, que moravam na fazenda, contando que eu já decidira o que queria ser no meu futuro. Que eu não queria ser doutor. Nem doutor de curar nem doutor de fazer casa nem doutor de medir terras. Que eu queria era ser fraseador. Meu pai ficou meio vago depois de ler a carta. Minha mãe inclinou a cabeça. Eu queria ser fraseador e não doutor. Então, o meu irmão mais velho perguntou: Mas esse tal de fraseador bota mantimento em casa? Eu não queria ser doutor, eu só queria ser fraseador. Meu irmão insistiu: Mas se fraseador não bota mantimento em casa, nós temos que botar uma enxada na mão desse menino pra ele deixar de variar. A mãe baixou a cabeça um pouco mais. O pai continuou meio vago. Mas não botou enxada. (BARROS, 2003)

Para Barros, da violação do convencional é que nasce a ambiguidade e floresce a variedade de significados de que se nutre a linguagem da poesia. A língua poética adquire o caráter de um experimento, do qual emergem combinações não pretendidas pelo significado, ou melhor, só então criam o significado. O vocabulário usual aparece com significações insólitas. Seguindo a linguagem poética da modernidade, Barros busca o regresso ao que somos originalmente. A regressão ao início da palavra é tema de "Escova", poema que abre o livro *Memórias Inventadas – A Infância* (2003).

> Eu tinha vontade de fazer como os dois homens que vi sentados na terra escovando osso. No começo achei que aqueles homens não batiam bem. Porque ficavam sentados na terra o dia inteiro escovando osso. Depois aprendi que aqueles homens eram arqueólogos. E que eles faziam o serviço de escovar osso por amor. E que eles queriam encontrar nos ossos vestígios de antigas civilizações que estariam

> enterrados por séculos naquele chão. Logo pensei de escovar palavras. Porque eu havia lido em algum lugar que as palavras eram conchas de clamores antigos. Eu queria ir atrás dos clamores antigos que estariam guardados dentro das palavras. Eu já sabia também que as palavras possuem no corpo muitas oralidades remontadas e muitas significâncias remontadas. Eu queria então escovar as palavras para escutar o primeiro esgar de cada uma. Para escutar os primeiros sons, mesmo que ainda bígrafos. Comecei a fazer isso sentado em minha escrivaninha. Passava horas inteiras, dias inteiros fechado no quarto, trancado, a escovar palavras. Logo a turma perguntou: o que eu fazia o dia inteiro trancado naquele quarto? Eu respondia a eles, meio entressonhado, que eu estava escovando palavras. Eles acharam que eu não batia bem. Então eu joguei a escova fora. (BARROS, 2003)

No poema "Escova", Barros relata o início de sua atividade como escritor-poeta, o que ele compara ao ofício dos arqueólogos. Assim como esses cientistas escavam e escovam ossos à procura da origem das coisas, o eu lírico afirma seu desejo de "escovar as palavras" a fim de atingir a sua primeira roupagem, para "escutar o primeiro esgar de cada/uma". O discurso poético desvia-se das normas gramaticais porque o poeta desorganiza as estruturas linguísticas, a fim de tentar alcançar as dimensões que não podem ser representadas dentro das fronteiras do código.

Em Manoel de Barros, a libertação do homem dar-se-á através da busca de uma linguagem alquímica que possibilite acesso a todas as regiões do ser, articulando-se de tal modo que a realidade se torna permeável, e o espaço poético, antes de ser uma experiência estética do real, é a utopia onde se tentará restaurar o primeiro encontro face a face do homem com as coisas. Ele se refere a si mesmo quando criança e, utilizando o "menino", estabelece uma relação com o seu duplo:

> Por viver muitos anos dentro do mato moda ave O menino pegou um olhar de pássaro – Contraiu visão Fontana. Por forma que ele enxergava as coisas por igual como os pássaros enxergam. As coisas todas inonimadas. Água não era ainda a palavra água. Pedra não era ainda a palavra pedra. E tal. As palavras eram livres de gramáticas e Podiam ficar em qualquer posição. Por forma que o menino podia inaugurar. Podia dar às pedras costumes de flor. Podia dar ao canto formato de sol. E, se quisesse caber em uma abelha, era Só abrir a palavra abelha e entrar dentro dela. Como se fosse infância da língua. (BARROS, 2004, p. 11)

O ofício do poeta é buscar nas palavras o seu valor adâmico. Isso é o que nos aponta Barros em seu poema. Através do "menino" que representa o eu lírico no passado, o poeta atinge o incomum: "Por forma que o menino podia inaugurar". E, dessa forma, atinge-se o transcendental, o que ainda não foi experimentado e, pela visão, tem-se o poder de nomear. O "menino" descobre, assim, a beleza do primitivo, do não inaugurado: "As palavras eram livres de gramáticas e/Podiam ficar em qualquer posição". E o poeta, já adulto, utiliza a metapoesia para tratar de sua descoberta de menino: a infância da língua.

Barros exerce com maestria a arte de escavar as palavras até atingir o desacostumado. Somente ao menino-poeta é conferido o privilégio de ver a Natureza e as coisas em sua preexistência, antes de possuírem nome, isto é, voz e, então, existir. A linguagem confere à Natureza voz e, desse modo, torna os objetos e as coisas perceptíveis. Barros se expressou:

> Os objetos do mundo, enquanto não são nomeados, têm aparência de esfinge: significam para nós a alteridade radical da Natureza. Tão logo nomeados, tornam-se eloquentes, inteligíveis. Eu tive uma namorada que via errado. O que ela via não era

> uma garça na beira do rio. O que ela via era um rio na beira de uma garça. Ela despraticava as normas. Dizia que seu avesso era mais visível do que um poste. Com ela as coisas tinham que mudar de comportamento. Aliás, a moça me contou uma vez que tinha encontros diários com as suas contradições. Acho que essa frequência nos desencontros ajudava o seu ver oblíquo. Falou por acréscimo que ela não contemplava as paisagens. Que eram as paisagens que a contemplavam. Chegou de ir no oculista. Não era um defeito físico falou o diagnóstico. Induziu que poderia ser uma disfunção da alma. Mas ela falou que a ciência não tem lógica. Porque viver não tem lógica – como diria a nossa Lispector. Veja isto: Rimbaud botou a Beleza nos joelhos e viu que a Beleza é amarga. Tem lógica? Também ela quis trocar por duas andorinhas os urubus que avoavam no Ocaso de seu avô. O Ocaso de seu avô tinha virado uma praga de urubu. Ela queria trocar porque as andorinhas eram amoráveis e os urubus eram carniceiros. Ela não tinha certeza se essa troca podia ser feita. O pai falou que verbalmente podia. Que era só despraticar as normas. Achei certo. (BARROS, 2006)

Barros apresenta um jeito especial de olhar o mundo, vendo-o às avessas, no qual o real é transferido para a poesia pela visão criativa e transgressora do poeta. O poeta vê o mundo com olhos de arte. Ou, como poeticamente se expressa Manoel de Barros, o olho anômalo é capaz de tornar seu avesso "mais visível/ do que um poste". A imagem criada por ele causa estranhamento e surpresa. A imagem poética não se dá por meio da experiência comum do ver, em poesia são necessárias as incontinências verbais. A presença dos animais nos poemas de Barros remete a esse outro olhar das coisas e seres.

No ato de preparar o texto, o poeta emprega as palavras – "Abro a terra e boto as sementes" – arruma-as no papel e se afasta. Dá um tempo. Depois retorna e corta tudo aquilo que não é

útil, o que é "praga": "(Retiro os adjetivos porque eles enfraquecem as plantas)". O poeta afirma que deixa as palavras germinarem, assim como o roceiro faz com as sementes: "E deixo o texto a germinar sobre o branco do papel/ Na maior masturbação com as pedras e as rãs". Em várias declarações e versos, Barros afirma que o poeta deve trabalhar com a "transpiração", e não com "inspiração", unindo-se, assim, ao pensamento dos demais modernistas.

Dizer sobre o poema é dizer o mundo. No processo de enunciar, o poeta revela o que deseja. E, meio pesaroso, confessa: "Faço o que posso". Agora, com a idade avançada, ele somente pode agir enunciando. As palavras lhe dão tal poder, e ele o exerce aplicando-lhes a máscara escolhida por ele. Só depois de converter-se em traste é que o homem é poesia (BARROS, 1970). Temos um exemplo disso nos heterônimos de Fernando Pessoa, que demonstra sua capacidade de variação de comportamento e de criação de vários estilos sobre si mesmo. Podemos falar de múltiplas personalidades também na obra de Borges, Bandeira, Drummond.

O sentimento de solidão faz-se presente no homem moderno e, de maneira gritante, no homem da pós-modernidade. A poesia supra-autobiográfica retrata a busca de si mesmo e, mais do que isso, retrata o encontro com os vários "eus" que nos tornamos. Além de não apontar um ser único, aponta as incertezas e multiplicidades que há em todos. Na poesia, a autobiografia descobre, ao fim, o sujeito escavando a si mesmo. Os poetas da modernidade passaram a se utilizar da ficcionalização do "eu" e da fragmentação como ferramentas na experiência poética. O olho torna-se peça fundamental da escrita autobiográfica. É através do olhar que se pode retroagir.

A poesia barriana, eminentemente narrativa, aborda frequentemente breves estórias inverossímeis, retratadas a partir de sua memória e imaginação. Através da representação das imagens construídas pelo poeta, podemos afirmar que uma temática constante na poesia barriana é a de enaltecer os seres e objetos rejeitados pela sociedade. Barros utiliza como material de sua

linguagem todo tipo de destroços, a matéria rejeitada pela sociedade e o homem inútil. Sua poesia elege os loucos, as crianças, os bêbados, os seres e coisas que a sociedade marginaliza. São os indivíduos rejeitados ou marginalizados pela sociedade que o poeta utiliza para compor o panorama da cidade em que nasceu. O olhar do poeta volta-se sempre para o que não tem importância, para o que tem pouco ou nenhum valor.

Não há verdade absoluta na escrita autobiográfica. A verdade que existe está centrada no interior do sujeito, não nos acontecimentos de sua vida. Ao escrever, o poeta expõe seu ser mais íntimo e restaura o individual, não sem mostrar ambiguidades, instabilidade, contradições ou um ser sem lógica, mas que revela suas intenções e sentimentos mais profundos. É nesse processo que o autor se recria, não exatamente como foi, mas revestido daquilo que ele acredita ter sido, ou como ele pensa que é. Através dessas personagens é que o poeta constrói a imagem daquilo que ele idealiza para constituir seu "eu". Barros escolhe tornar a vivenciar fatos e lembranças do passado através da figura imagética do avô, que não conheceu, mas sobre quem ouviu relatos repletos de aventura e fantasia. O menino-poeta reteve em sua memória tais narrativas e as expõe, mescladas com a imaginação e com seus próprios sentimentos e lembranças de criança. Ao conceber o avô como um poeta, ele aproxima-o de si, revelando a intenção de proximidade com aquilo que ele mesmo acredita ser, e com aquilo que deseja mostrar ser. Por várias vezes, é através da figura do avô que o humor e a ironia têm lugar nos versos de Barros. Vejamos o exemplo seguinte, retirado de *Poemas rupestres*:

> ARMÁRIO
>
> O avô despencou do alto da escada aos trambolhos. Como um armário. O armário quebrou três pernas. O avô não teve nada. Ué! armário não é só um termo de comparação? Aqui em casa comparação também quebra perna. O avô dementava as palavras. (BARROS, 2004, p. 71)

Nesse poema, surge a figura do avô diretamente relacionada com a metalinguagem. Ao apresentar essa imagem caindo da escada, comparando-o com um armário, o poeta desafia a lógica e afirma que o armário se quebrou, mas o avô, não. O poeta modernista passa a ser um experimentador que busca uma "imagem redimida e redentora". Ele cria um mundo visionário e redimido através da linguagem, num universo constantemente mutável e num processo aparentemente caótico. O sentimento que toma conta do poeta é o da modernidade. "Eu não caminho para o fim, eu caminho para as origens". Isso pode representar a procura do homem pela época em que o ser não era ainda todo fragmento. E tal unidade está onde as palavras ainda são crianças, no primórdio de tudo.

Percebemos que, ao remexer com as palavras, o poeta elege aquelas que fazem parte de sua vida, aquelas que são e servem como matéria de poesia. Para ele não é necessário a prolixidade, a palavra "justa" é o que ele procura. Sobre o estilo de Manoel de Barros, podemos dizer que sua poesia é magra, substantiva, ele come o essencial para se manter de pé.

Com um andamento trôpego e dispersivo, elabora uma espécie de miniconto, pequenas histórias narrativas, em que mistura deliciosamente impressões, memórias e casos de diferentes fases da vida. Relaciona situações díspares com a gratuidade do sonho. Nem ele mais deve saber o que é real e o que é imaginado. O poeta aponta-se como sendo diferente dos demais e diz ser um "defeito". Ele chama a atenção para si e ao mesmo tempo coloca-se como "esquisito", o que também pode lhe proporcionar louvor. Ele pode gabar-se de gostar "mais de conversar sobre restos de comida com as moscas do que com homens doutos.

O poeta pode fazer uso de palavras chulas, da gíria, bem como de vocábulos arcaicos, eruditos, ou convencionalmente poéticos. O poeta humaniza as coisas, o tempo, o vento. As coisas, como estão no mundo, de tanto vê-las nos dão tédio. Temos que arrumar novos comportamentos para as coisas. E a visão nos socorre desse mesmal (*Caros Amigos*, dez. 2006, p. 30). O olhar "torto" do poeta, as visões que só ele é capaz de ter conferem

beleza e são capazes de modificar o seu mundo. Essa é a sua fuga da mesmice, do rotina e do cotidiano. Como o próprio Barros diz em um trecho de um de seus poemas:

> Não aguento ser apenas um sujeito que abre Portas, que puxa válvulas, que olha o relógio, que Compra pão às 6 horas da tarde, que vai lá fora, Que aponta lápis, que vê a uva etc. etc. Perdoai. Mas eu preciso ser Outros. Eu penso renovar o homem usando borboletas. (BARROS, 1998, p. 79)

O poeta deseja ir além da rotina, da mesmice. Ele precisa ver-se em "outros", e escolhe para sua identidade os seres naturalmente simples. E é a partir desses seres e objetos despretensiosos que ele almeja inovar e transformar-se. Assim é a poesia de Manoel de Barros, com marcas de seus vários "eus". Uma poesia que em alguns momentos possui traços autobiográficos, mas que não deixa de ser poesia. Versos que se tornam supra-autobiográficos com as máscaras que o poeta escolhe para ser um outro. Conforme aponta Rubem Alves, ela nos deixa por não ser compatível com a "adultice", pois a inteligência adulta é grave e faz afundar; já seu oposto – a infantil – faz-nos levitar (ALVES, Rubem. O Deus Menino. Disponível em: <www.rubemalves.com.br>).

O que o poeta utiliza para compor seus versos é o desejo de redimir os trastes rotulados por nossa sociedade. Sua competência é para amar "as coisas jogadas fora", e fazer delas o material de sua poesia. Ao usar a palavra para revelar esses seres, o poeta cria mitos. O mito é a revelação da própria pluralidade de sentido, ou do próprio excedente de sentido que o conceito, por sua natureza, não pode conter. Por isso, a fala do mito não conceitua, mas revela e mostra. As personagens de Barros são seres mitificados, que o auxiliam na busca por si mesmo. No que é descartado, ele se encontra. O vivenciado pelo poeta determina a maneira de conceber os poemas. Contar a si mesmo o mito de uma vida é transitar sem limites e sem linearidade pelo presente, o passado e o futuro.

Convém salientar que o escritor também tem consciência da limitação de sua intenção de dizer a verdade sobre si mesmo – a verdade a partir dos olhos de cada um – o que faz com que as imagens e acontecimentos cheguem até nós como a história de um mito, uma miti-história: Andarilho é um ser que honra o silêncio. Essa é uma qualidade de escol. Ele não sabe se chegou. Não sabe pra onde vai. E gosta de rio, de árvore e de passarinho. Andarilho é um ser errático – igual à poesia (BARROS, M. *Caros Amigos*, 2006, p. 32).

Quanto ao conteúdo, a poesia não deseja mais entregar o real, nem tratar descritivamente a intimidade. O que predomina na poesia moderna é o ato de "transformar", tanto o mundo, quanto a língua. Dessa forma, o poema torna-se uma entidade discursiva, e falar de poesia é falar sobre o trabalho com a linguagem poética. A forma de leitura instituída pela Modernidade pode ser modificada através de como o "eu" é identificado. O autor-textual não tem de ser identificado com o autor-empírico de maneira forçada, mas o estabelecimento dessa relação parece inevitável. E nas palavras de Manoel de Barros, "(Posso fingir de outros, mas não posso fugir de mim)" (BARROS, 2000, p. 45). Diante de tal afirmação, podemos dizer que não se pode anular a identidade entre o eu lírico e o eu do poeta, mas também não seria apropriado identificar a enunciação lírica direta e restritivamente com o real, com a vivência pura. Poesia e autobiografia não se excluem; antes, aliam-se para ser a representação do "eu" que busca algo, que não está satisfeito com o que é "comum" a todos. Em Manoel de Barros: sublimação dos pequenos.

A obra de Manoel de Barros é única, pois seu trabalho com a linguagem, apresentando-a de forma fantástica, faz brotar magia e sedução por entre suas criações. Ele aboliu as fronteiras entre poesia e prosa: suas mais recentes publicações apresentam-se como breves narrativas, mas também possuem inúmeras características próprias da poesia, como as rimas, aliterações, onomatopeias, etc. Sua pontuação não desempenha uma função ortográfica, mas estética, procurando fazer a escrita se aproximar

do ritmo da fala, o que evidencia o rompimento com os padrões gramaticais tradicionais, para aderir a uma estética da liberdade.

Sobre seu trabalho, o poeta afirma em um de seus versos: "Não quero a boa razão das coisas/ Quero o feitiço das palavras" (BARROS, 1998). Seu estilo tem um poder mágico, sua linguagem é sedutora, e apresenta uma particular capacidade para reunir o natural e o homem, e trazer o divino para mais próximo dos homens. Verificamos, dessa forma, que o trabalho com as palavras dá-se de duas formas: no plano metafísico (na relação entre linguagem e vida) e no aspecto filológico (na criação da linguagem). Esse exercício com a palavra é empregado para apresentar o sentimento que ocupa o homem moderno.

Para alcançar uma linguagem inaugural é preciso retornar à infância. Com as crianças aprendemos a transgredir a gramática, a errar e a recriar a língua. Na primeira instância do ser, há fantasia, imaginação. Essa força criadora é explorada e criam-se, então, jogos sonoros, imagens exuberantes que aliam o significante ao significado. Dessa forma, instaura-se uma linguagem adâmica. O menino nos versos de Barros é capaz de reflexões e interrogações sobre o mundo, sobre o humano, questões que refletem sua existência limitada de infante, que contempla a realidade à sua volta e não a compreende. Suas crises são uma aprendizagem. O menino indaga sobre seu existir, pensa e entende o ser a partir de sua linguagem. Barros constrói (ou reconstrói) a partir da palavra uma criança nostálgica, camuflada e amparada em sua própria vivência solitária. À sua volta ela vê somente incompletude. Seu eu assume a dor e a perda da separação da unidade e da natureza (a separação ontológica). Espaço e tempo são referências perdidas do ser. "A maior riqueza do homem é a sua incompletude./ Nesse ponto sou abastado". (BARROS, 1998, p. 79).

O poeta transpõe a geografia e alcança o universal da natureza humana. É possível ver nas imagens de infância criadas pelo poeta uma aguda curiosidade e sensibilidade. Trata-se de um "ser de palavras" e que, como tal, gosta de inventar e contar estórias, e é através de sua sensibilidade que ele interpretará o mundo, auxiliado por sua inteligência e intuição, o que tornará sua leitura

visível através de sua linguagem peculiar. Na obra de Manoel de Barros a sedução se faz a partir da linguagem, que transmite os devaneios do poeta. Nessa sedução encontramos também outro ponto de partida: o desejo de sermos o outro, o desejo de nos vermos no outro.

Podemos finalizar nossas considerações a respeito dos traços autobiográficos em Manoel de Barros observando que, ao escrever suas memórias, o poeta retorna a um estado primitivo, primeiro, marcado pela beleza e pela felicidade dos devaneios iniciais. Esses momentos de alegria, o retorno à infância como lugar ideal e feliz, provocam nele um estado de iluminação a ponto de levá-lo a resumir a própria vida. Além de proporcionar a comunhão entre o poeta e o cosmos, também revela uma de suas principais características: o amor e o respeito às coisas pequenas, ao ínfimo, ao desprezível que, em estado de euforia, são vistos como belos e puros. Essa é a principal função das marcas da escrita autobiográfica em poesia: ao relatar suas memórias, o poeta exerce e tem o poder de ir além do visível. Através da imaginação, dos devaneios que encontra no menino que fora outrora, o poeta descobre-se. Ele une sua voz à voz das coisas, das plantas, dos animais. Dessa forma, sua palavra, seu verso, torna-se uma voz do mundo, em comunhão cósmica. Só aos poetas e às crianças é dada a graça de ser clarividente, de ver a verdade que as ultrapassa.

Divisão, estrutura e episódios principais de Os Lusíadas[26]

Luiz Carlos Abritta

A obra *Os Lusíadas* foi composta em dez cantos, em versos decassílabos. Tem 8.816 versos.

A divisão clássica de *Os Lusíadas* se faz em cinco partes: *proposição*, *invocação*, *dedicatória*, *narração* e *epílogo*.

I – *Proposição* (Canto I, Estrofes 1 a 3) – Apresentação da matéria a ser cantada: os feitos dos navegadores portugueses, de forma especial os da esquadra de Vasco da Gama, e a história do povo português.

II – *Invocação* (Canto I, Estrofes 4 e 5) – Camões invoca o auxílio das musas do Rio Tejo, as Tágides, que irão inspirá-lo na composição da obra. As Tágides são ninfas do Rio Tejo (*Tajo*, em espanhol), 1.006km, dos quais 275km em Portugal.

III – *Dedicatória* (Canto I, Estrofes 6 a 18) – O poema é dedicado ao Rei Dom Sebastião, visto como a esperança de propagação da fé católica e continuação das grandes conquistas portuguesas por todo o mundo.

A respeito de D. Sebastião, o poema de Fernando Pessoa:

> Louco sim, louco porque quis grandeza
> qual a sorte a não dá.

26 Tudo o que foi aqui escrito é um pálido resumo da grandiosa obra de Luís de Camões, o vate imortal.

Não soube em mim minha certeza;
por isso onde o areal está
ficou meu ser que houve, não o que há.

Minha loucura, outros que me a tomem
Com o que nela ia.
Sem a loucura que é o homem
Mais que a besta sadia,
cadáver adiado que procria?

IV – *Narração* (Canto I, Estrofe 19 a Canto X, Estrofe 144) – A matéria do poema em si. A viagem de Vasco da Gama e as glórias da história heroica portuguesa.

V – Epílogo (Canto X, Estrofes 145 a 156) – Grande lamento do poeta, que reclama o fato de sua "voz rouca" não ser ouvida com mais atenção.

Estrutura do poema – O poema foi composto na oitava rima, formada por versos decassílabos, no sistema ABA/BAB/CC.

A narrativa principal apresenta a viagem da armada de Vasco da Gama. Inicialmente, há a narração feita por Vasco da Gama ao Rei de Melinde (ou Malindi), antiga cidade portuária da África, hoje situada no Quênia, contando a história de Portugal até sua própria viagem. Na voz de Vasco, são apresentados os feitos dos heróis portugueses anteriores a ele, como Dom Nuno Álvares Pereira, o caso do amor trágico de Inês de Castro, o relato de sua própria partida, com o irado e premonitório discurso do Velho do Restelo e o episódio do Gigante Adamastor, representação mítica do Cabo da Boa Esperança.

A seguir, são apresentadas as narrativas feitas aos seus companheiros pelo marinheiro Veloso, que relata o episódio dos Doze da Inglaterra. Por fim, já na Índia, Paulo da Gama, irmão de Vasco, conta ainda outros feitos heroicos portugueses.

O poema é composto, portanto, por três narrativas remetendo à história de Portugal, interligadas pela narração da viagem de Vasco da Gama. Temos, portanto,

– o relato de Vasco da Gama;

– o relato de Veloso;

– o relato de Paulo da Gama.

O poema mescla a mitologia greco-romana a um catolicismo fervoroso.

O português é visto por Camões como representante de toda a cultura ocidental, batendo-se contra o inimigo oriental, o árabe não cristão. Esse fervor religioso não impede a utilização pelo poeta do erotismo de cunho pagão, como no episódio da Ilha dos Amores, além do fato de que os lusitanos são protegidos, ao longo de todo o poema, por uma deusa pagã, Vênus.

Episódios principais

Ilha dos Amores

Na Ilha dos Amores (Canto IX, Estrofes 68 a 95), a "Máquina do Mundo", com suas inúmeras profecias, é apresentada aos portugueses. No final do poema, o plano mítico – dos deuses – e o histórico – dos homens – encontram-se: os portugueses são elevados simbolicamente à condição de deuses, pois só aos últimos é permitido contemplar a "Máquina do Mundo".

Foi o episódio da Ilha dos Amores que inspirou os grandes poetas brasileiros Carlos Drummond de Andrade e Haroldo de Campos a compor, respectivamente, os poemas "A Máquina do Mundo" (1951) e "A Máquina do Mundo Repensada" (2000).

Gigante Adamastor

Outro episódio é o do "Gigante Adamastor" (Canto V, estrofes 37 a 60), representação figurada do Cabo da Boa Esperança (próximo à Cidade do Cabo, na África do Sul – MOSTRAR FOTOS), que simboliza os perigos e tormentas enfrentados pelos navegadores lusitanos no caminho da Índia. Adamastor é o próprio Cabo, que foi transformado em rocha pelo deus Peleu, como vingança por ter seduzido sua esposa, a ninfa Tétis. Esse episódio foi recriado por Fernando Pessoa no poema "O Monstrengo", de seu livro *Mensagem*:

O monstrengo que está no fim do mar
Na noite de breu ergueu-se a voar;
A roda da nau voou três vezes,
Voou três vezes a chiar,
E disse: "Quem é que ousou entrar
Nas minhas cavernas que não desvendo,

Meus tetos negros do fim do mundo?"
E o homem do leme disse, tremendo:
"El-Rei D. João Segundo!"

"De quem são as velas em que me roço?
De quem as quilhas que vejo e ouço?"
Disse o monstrengo, e rodou três vezes,
Três vezes rodou imundo e grosso.
"Quem vem poder o que só eu posso,
que moro onde nunca ninguém me visse
E escorro os medos do mar sem fundo?"
E o homem do leme tremeu, e disse:
"El-Rei D. João Segundo!

Três vezes do leme as mãos ergueu,
Três vezes ao leme as reprendeu,
E disse no fim de tremer três vezes:
"Aqui do leme sou mais do que eu:
Sou um povo que quer o mar que é teu;
E mais que o monstrengo, que me a alma teme
E roda nas trevas do fim do mundo,
Manda a vontade, que me ata ao leme,
De El-Rei D. João Segundo!"
[...]

Inês de Castro

É um momento de forte apelo lírico dentro do poema épico *Os Lusíadas*. No Canto III dos Lusíadas encaixa-se, segundo Lacyr Schettino, um dos mais belos e comoventes momentos da epopeia: o episódio de Inês de Castro – "O caso triste dino da memória/ que do túmulo os mortos desenterra/ aconteceu da mísera e

mesquinha/ que depois de morta foi rainha". E não interessou ao poeta narrar, embora justa, esta espécie de glória, pois, segundo Fernando Pessoa, "as glórias que vêm tarde já vêm frias".

O Rei Afonso IV (1291-1357) voltou a Portugal depois da vitória contra os mouros na batalha de Salado (1340), esperando obter tanta glória na paz quanto obtivera na guerra. Então aconteceu o triste e memorável caso da desventurada Inês de Castro, que foi rainha depois de morta, assassinada.

O poeta faz uma sutil referência ao fato de a tradição portuguesa afirmar que, após a morte de D. Afonso, o príncipe herdeiro D. Pedro teria desenterrado o cadáver de Inês – dama castelhana que acompanhara a infanta D. Constança quando esta chegou a Portugal para casar-se com D. Pedro – e a teria coroado rainha.

O amor, somente ele, foi quem causou a morte de Inês, como se ela fosse uma inimiga. Todos se lembram dos versos "Estavas linda, Inês, posta em sossego...".

Velho do Restelo

O episódio do Velho do Restelo é, segundo o Professor Alberto Bosi, o anticlímax da narrativa (p. 61/62 – copiar).

"A fala do Velho destrói ponto por ponto e mina por dentro o fim orgânico dos Lusíadas, que é cantar a façanha do Capitão, o nome de Avis, a nobreza guerreira e a máquina mercantil lusitana envolvida no projeto [...]".

A viagem e todo o desígnio que ela enfeixa aparecem como um desastre para a sociedade portuguesa: o campo despovoado, a pobreza envergonhada ou mendiga, os homens válidos dispersos ou mortos, e, por toda parte, adultérios e orfandades. "Ao cheiro desta canela/ o reino se despovoa", já dissera Sá de Miranda.

> A mudança radical de perspectiva (que dos olhos do Capitão passa para os do Velho do Restelo) dá a medida da força espiritual de um Camões ideológico e contra-ideológico, contraditório e vivo. [...]

No largar da aventura marítima e colonizadora o seu maior escritor orgânico se faria uma consciência perplexa: "Mísera sorte! Estranha condição!" (*Dialética da Colonização*. Companhia das Letras, 1992).

A Camões

Manuel Bandeira

Quando n'alma pesar de tua raça
a névoa da apagada e vil tristeza,
busque ela sempre a glória que não passa,
em teu poema de heroísmo e de beleza.

Gênio purificado na desgraça,
Tu resumiste em ti toda a grandeza:
poeta e soldado... Em ti brilhou sem jaça
o amor da grande pátria portuguesa.

E enquanto o fero canto ecoar na mente
da estirpe que em perigos sublimados
plantou a cruz em cada continente.

Não morrerá sem poetas nem soldados
a língua em que cantaste rudemente
as armas e os barões assinalados.

Trova de João Pereira da Silva
Minha língua, a portuguesa,
se acaso não existisse,
jamais Camões, com certeza,
diria tudo o que disse.

Biografia

Manoel de Barros nasceu em Cuiabá, Mato Grosso, no dia 19 de dezembro de 1916. Faleceu em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, no dia 13 de novembro de 2014, após uma cirurgia de desobstrução do intestino, à qual não resistiu. Foi um dos principais poetas contemporâneos. Autor de versos nos quais elementos regionais se conjugam a considerações existenciais e a uma espécie de surrealismo pantaneiro. Sua consagração como poeta se deu ao longo das décadas de 1980 e 1990.

Foi um poeta espontâneo, um tanto primitivo, que extraía seus versos da realidade imediata que o cercava, sobretudo a natureza. Mostrava-se distante do rótulo de "jeca tatu do Pantanal" que lhe tentaram impingir. Na verdade, ele tinha uma formação cosmopolita, pois viveu no Rio de Janeiro, viajou para a Bolívia e o Peru, conheceu Nova Iorque e era familiarizado com a poesia modernista francesa.

A partir de 1960, passou a se dedicar à sua fazenda no Pantanal, onde criava gado. Sua consagração como poeta se deu ao longo das décadas de 80 e 90. Recebeu o prêmio da crítica de Literatura concedido pela Associação Paulista de Críticos de Arte. Recebeu o prêmio Jabuti de Poesia, concedido pela Câmara Brasileira do Livro, pela obra *O guardador de* águas. Publicou mais de 20 livros, entre eles: *Face Imóvel*, *Poesias*, *Compêndio para uso dos pássaros*, *Gramática expositiva do chão*, *Matéria de poesia*, *Livro sobre nada*, *Retrato do artista quando coisa*, *O fazedor de amanhecer* e *Portas de Pedro Vieira*.

VII

Ensaios Históricos, Literários e Biografias

Maquiavel e o teatro

Duarte Bernardo Gomes

Nicolau Maquiavel nasceu em Florença, Itália, em 1469, e faleceu em 1527 na mesma cidade. Foi filósofo, historiador, poeta, dramaturgo e diplomata, autor da consagrada obra *O Príncipe*, entre outras; é também conhecido como autor que inaugurou, em sua época, escritos sobre a ciência política.

Polêmico por suas afirmações no campo da política florentina, foi o criador dos termos Fortuna e Virtù que permearam toda a sua obra.

Fortuna teve inspiração na deusa romana que representava a sorte, mas, em seu entendimento, a Fortuna era o que inevitavelmente ocorre com os homens, algo de inesperado que pode favorecê-lo ou não, pode também valer-se da sorte ou acidentalmente do azar. Tanto o bem quanto o mal lhes são ínsitos.

Já a Virtù são os caminhos e a capacidade que o homem tem de adaptação para enfrentar as adversidades do poder para mantê-lo permanente. Não podemos, assim, tratar a Virtù como uma virtude comum, pois se distancia da virtude moral ou mesmo da virtude cristã. A Virtù registra uma deliberação atenta do agir humano.

Dessa forma, Maquiavel defendeu que a Fortuna proporcionava as chaves para o êxito da ação política e constitui a metade da vida que não pode ser governada pelo indivíduo, ela proporciona a ocasião aproveitada pela Virtù do governante. Em outros termos, o homem de Virtù é aquele que sabe o momento exato criado pela Fortuna, no qual a ação poderá funcionar com êxito.

O carisma da Virtù é próprio daquele que se conforma à natureza de seu tempo, aprende-lhe o sentido e se habilita a realizar praticamente a necessidade latente nas circunstâncias.

No uso do instrumental dos mecanismos de poder, a neutralidade moral decorreria da adequação do agir à realidade. O homem político deve estar sempre atento aos sinais da Fortuna, pois conhecerá a ruína se, mudando o tempo e as coisas, não alterar o seu comportamento.

A dessacralização do político, a independência do poder temporal frente à igreja, o primado do Estado face à religião, constituíam um conjunto de circunstâncias que se expressavam no desenvolvimento dos Estados nacionais e conferiam a seu pensamento imensa contemporaneidade.

Alinhadas essas ideias gerais sobre o pensamento político de Maquiavel, temos que, além de ser um autor de escol nessa referência, foi um conceituado dramaturgo renascentista, tendo escrito, em 1514, a clássica peça teatral "A Mandrágora", publicada em 1524 (estudos recentes). Tal peça levou ao entretenimento a essência de sua experiência diplomática junto aos governos em que deu a sua contribuição laboral.

O enredo apresenta sete personagens distintos, a saber: Calímaco, Lucrécia, Messer Nicia, Siro, Ligúrio, Sóstrata e Frei Timóteo, com papéis carregados de vários aspectos sociais negativos, em especial a corrupção, o engano e a inverdade, marcas constantes da sociedade florentina da época.

Esse texto teatral foi considerado uma obra prima do Renascimento italiano, composta por um prólogo e cinco atos, a peça retrata, com firmeza, a corrupção existente na sociedade italiana quinhentista.

Um amante infeliz,
um doutor pouco astuto,
um frade de má vida,
um parasita fértil em malícia,

hoje serão o vosso passatempo
(Maquiavel. *A Mandrágora)*

Com essas palavras de curiosa lucidez, Maquiavel iniciou seu texto que serviu de reflexão não só para uma sociedade cambaleante ainda atávica da cultura medieval, mas também para a Igreja, sem que esta tenha aferido o real impacto para a moralidade e os costumes.

A Itália do décimo quinto século da era cristã assistia a uma pública e deslavada corrupção da Igreja, que, de algum modo, deu azo à Reforma Protestante encabeçada por Lutero.

O ambiente decomposto e devasso pelo qual passava a sociedade italiana serviu de forte inspiração ao autor para construir os seus personagens.

A trama foi desenvolvida em ambiente da cidade de Florença na era medieval, em que os personagens retratam, com fidelidade, os aspectos morais viciosos então reinantes na sociedade, em que o notório exercício do poder apresenta-se como um jogo de aparências e artimanhas, descaracterizando alguns valores, pois, além das aparências, o poder sempre almeja a glória da vitória.

Chegando de terras francesas, Calímaco, personagem central, natural de Florença (que tinha Siro como seu servo), saiu em busca de seu objeto de desejo, isto é, da bela mulher chamada Lucrécia de quem teve notícias, mas ela infelizmente era casada e com o nobre doutor das leis, Messer Nícia.

Calímaco, sem saber o que fazer, recorre ao desocupado Ligúrio, um aproveitador de ocasião, *expert* em enganações de várias modalidades, para ajudá-lo a conquistar Lucrécia, esposa de Messer Nícia.

Um ideal adúltero teria que ser posto em prática a qualquer custo, por isso, Calímaco e Ligúrio, cercados do silêncio de Siro, arquitetaram uma trama que envolveria, num mesmo plano, o recato religioso de Lucrécia e a ingenuidade desatenta de seu afortunado marido.

O primeiro ponto a ser trazido em favor de Calímaco seria o fato desejoso que possuía o casal Lucrécia e Messer Nícia em conceber um filho, entretanto, em razão da impossibilidade do esposo, o casal vivia um enorme descontentamento.

Calímaco, de confortável situação financeira, forte nas promessas de pagamento e de prestígio social, conluiou-se a Ligúrio para tecer o artificioso plano por completo que o levaria a conseguir o seu sonho, que era ter Lucrécia.

Após a primeira tentativa de abordagem armada por Ligúrio e negada por Nícia, fez o ocioso Ligúrio refletir e elaborar um "plano infalível" que faria de Calímaco um famoso médico com experiência na França, em que toda a nobreza daquela terra havia sido posta em consultas especializadas em fertilidade.

Ligúrio apresenta o "médico" a Nícia e este, pelo trabalho exercido na França, julgou-o digno de confiança, passando a acreditar que Calímaco teria mesmo a solução para ele conseguir um filho com sua esposa.

Assim ocorreu. Calímaco submeteu Lucrécia a um exame de urina e fingindo conhecer do assunto, conclui que a solução para a situação estaria na ingestão, por Lucrécia, de uma poção mágica extraída de uma planta chamada Mandrágora, rica em substâncias para a fertilidade.

Dando sequência à trama, o falso médico esclareceu que, após Lucrécia ingerir a poção para habilitá-la a conceber um filho, o primeiro homem que com ela se deitasse morreria em oito dias.

Com medo de morrer, Nícia exige outra solução que foi prontamente apresentada por Ligúrio, isto é, Lucrécia poderia se deitar com qualquer homem desconhecido e, em seguida morreria, além do que, sobre o adultério, somente o casal haveria de ficar sabendo, em compensação o filho chegaria a eles.

Nícia aprova a ideia, mas duvida da aceitação de Lucrécia em manter relações sexuais com um estranho, ela que era um exemplo de recato e religiosidade.

Ligúrio então leva o plano adiante. Agora era conversar com Sóstrata, mãe de Lucrécia, e com frei Timóteo, para convencerem

a futura mãe a praticar o ato com alguém qualquer, e que seria recrutado nas praças de Florença, devendo ser uma figura pálida e desimportante.

O papel de Sóstrata foi fundamental no convencimento último de sua filha, pois o nascimento de uma criança aos olhos da sociedade seria perfeitamente legítimo e compensaria o sortilégio imoral a que o casal se submeteria circunstancialmente.

Ligúrio parte para a finalização da curiosa emboscada, sabedor que era da venalidade do frei, ofereceu-lhe vultosa recompensa em dinheiro para ajudar "moralmente" e "religiosamente" Lucrécia a trair o marido na intenção de conquistar algo muito superior que, vez por todas, afastaria a angústia há anos vivida pelo casal.

Frei Timóteo defendeu a tese de que Lucrécia era uma mulher bela, inexperiente e boa, e a sua bondade seria o melhor caminho para "passar-lhe a perna". Para o perfil político de Maquiavel, a sociedade, diante do discurso político, torna-se ingênua e presa fácil para os articuladores da palavra.

Depois de convencida, Lucrécia pratica o adultério consentido pelo marido, Nícia, com um desconhecido retirado das praças florentinas e que, planejadamente, era o próprio Calímaco, que se utilizou de um disfarce.

Caindo-lhe nas graças, o alcoveto revelou à Lucrécia a sua identidade original, obtendo dela a afirmação de que jamais poderia contrariar a vontade divina em dar-lhe um filho, e, por isso, deitou-se com ele sem carregar nenhum resquício de culpa.

Disse Lucrécia: "Quem sou eu para recusar o que o céu quer que eu aceite?" [...] "e o que o meu marido quis por uma noite, quero que dure para sempre".

Aventa-se, portanto, a possibilidade de que, na visão de Maquiavel, a personagem Lucrécia representava a Itália, necessitada de carinho e abrigo, proteção e comando, e que o seu sedutor Calímaco, surgindo como seu dono, senhor e guia, não mais poderia ser que a figura do Príncipe, o único capaz de ordenar-lhe a vida e ainda dar-lhe um bom futuro.

A peça *A Mandrágora* é um retrato fiel da degeneração social, do poder da corrupção em favor de espúrios interesses, do engano, do engodo e do uso do mercenarismo como ferramenta aterradora de princípios morais; de indiferença aos acontecimentos e do desejo desmensurável levado até as últimas consequências.

Disse Maquiavel: "Se todos os homens fossem bons, tudo o que eu disse seria mau".

Maquiavel escreveu essa obra falando de política e de enganos muito próprios dos tempos atuais. Há a constatação de descaminhos entre o ideal no campo das virtudes e uma simples disputa entre o poder e o que nos leva a obedecê-lo como condescendentes do comando estatal.

Ao ato de enganarem-se, governantes e governados utilizam-se dele com uma ferramenta porque estão enleados num conjunto de crenças e de valores, de expectativas, de sonhos e de desejos, e em torno disso não muitas vezes os realizamos; outras, deixamos de realizar.

Nós vivemos em sociedade e, se a política não consegue nos dar as respostas que esperamos dela, cabe então formularmos as indagações que devemos fazer para a busca do referente, o bem comum. Este vale a pena ser buscado para não ficarmos somente em lutas de grupos pelo poder.

O jogo da política é o das aparências, que são os artifícios que surpreendem alguns valores. Além das aparências, a política busca o brilho, o esplendor, o prestígio, e os homens buscam ser reconhecidos dignos pela glória, pois ela faz com que nós tenhamos uma aproximação de aparentar muito mais do que somos.

Para manter o Estado, o governante busca a honra, a glória e a fama. As glórias habitam no imaginário da sociedade.

A peça *A Mandrágora* representa uma sátira às regras morais da época. Maquiavel cria um romance novelesco como pano de fundo para tratar da arte de envolver, manipular e conquistar um objetivo, tudo por trás de uma empreitada amorosa. Assim, ele desenvolve um tratado de política sem falar diretamente de política.

Nessa trama, a única coisa que não saiu sorridente foi a moral. Todos os envolvidos foram capazes de experimentar algum benefício. O que faz essa obra ser um clássico quinhentista é a possibilidade que ela nos oferece de termos dúvidas e não certezas nos comportamentos.

Regras apresentam-se numa sociedade como obstáculos, que não são, por sua vez, intransponíveis. A mera obediência a uma regra não produz benefícios. A sociedade tem de observar e pensar em qual circunstância ela terá o benefício.

Maquiavel traz uma série de jogos, como o da sedução, por exemplo. O sedutor apresenta um plano (mesmo que não informe todos os elementos nele contidos) e esse plano tem de convencer o seduzido que é o melhor modo para que se obtenha um benefício.

Assim é na política da vida pública como também na vida privada. Nós partimos para o exercício de ações que nos levam a uma aceitação de regras burladas, mesmo que a sociedade não admita que essas regras devam ser corrompidas.

Maquiavel entende que existe uma vontade potente que desestabiliza as demais regras dentro da política ou da vida privada. Toda a escrita de Maquiavel é ousada, e toda ousadia é passível de riscos. É claro que esses riscos sempre devem ser avaliados, levando-se em consideração que aqueles que não ousam não vencem.

Ser livre, segundo Maquiavel, é não ser refém de nenhum governante externo. Nesse sentido, há a regra e se nós não a transgredirmos para quebrar a ordem política, não alcançaremos o ideal descrito pelo autor.

Calímaco, se não tivesse burlado a regra do matrimônio e a da fidelidade dentro do matrimônio, não teria encontrado a felicidade dele próprio, nem a desejada Lucrécia teria alcançado essa mesma virtude.

Assim, por mais que as regras possam ser quebradas (que fique bem claro que Maquiavel não defende um vale tudo), o importante é perceber que a sociedade observa e valoriza certas

qualidades e nessas qualidades o autor não está a sustentar uma má ação para destruir princípios éticos.

O que Maquiavel traz é que esses princípios são postos em perspectivas específicas, porque é necessário observar cada ação, concluindo que não há uma regra imutável.

Para finalizar, sabemos que somos sempre partícipes do jogo político, em nada alterando os nossos humores as reclamações ou os sacrifícios que geralmente nos colocamos. Dessa forma, provocadas as nossas convicções, isso será de bom alvitre, pois aparecerão alternativas mais úteis do que a repetição dos mofados chavões de que nada presta, de que nada vale e de que estamos em lugar errado.

Então, conferimos a Maquiavel as lições de dizer e abalar as nossas certezas para que busquemos autonomia diante das regras, sejam elas morais, culturais, sociais e assim por diante, pois todas as vezes que podemos refletir em torno de nossas escolhas, fazemos muito melhor do que quando simplesmente somos obrigados a obedecer às regras de uma forma estreita e limitada.

Uma vida emocionante [27]
Padre Júlio Maria de Lombaerde

J. Cabral Netto

O local para uma Congregação

O Padre Júlio Maria De Lombaerde foi o fundador da Congregação dos Missionários Sacramentinos de Nossa Senhora. Essa foi a primeira Congregação religiosa masculina de origem brasileira, e se constitui num dos legados mais importantes na história eclesiástica de nosso país. Mas a história de seu criador e da sua obra ainda não é bem conhecida.

Tudo começou numa tarde solarenga dos meados de 1927.

As palavras lhe saíram como num burburinho:

– Mas aqui? O senhor tem certeza disso?

– Não tenho dúvidas. Será aqui mesmo!

Caratinga, cidade do leste de Minas Gerais, tinha no primeiro quartel do século vinte um Bispo que sonhava criar, em sua diocese, uma Congregação de Padres autóctones, o que não havia no Brasil.

Do Ceará, de onde viera, soubera, por meio de um amigo de juventude, que um padre da Congregação dos "Missionários da Sagrada Família", que já estava há algum tempo no Norte e Nordeste do Brasil, estava com o mesmo pensamento. Soube mais: que ele fundara uma congregação feminina no Acre, mas, devido a problemas com os Bispos locais, pensava em mudar de região.

27 Este trabalho assenta-se, fundamentalmente, nos livros escritos sobre o Padre Júlio Maria, de autoria do Padre Demerval Alves Botelho, SDN.

Quando aquele padre Júlio Maria teve contato com o Bispo Dom Carloto, este não teve dúvidas.

Foi por isso que Dom Carloto levou pessoalmente aquele padre para conhecer as melhores localidades da área de sua diocese, a fim de que ele mesmo pudesse escolher aquela onde iria fundar a sua Congregação. Sua surpresa é que fora a menor delas que teve sua preferência.

– Mas, por que aqui, uma pequena localidade que é apenas um curato, e não uma Paróquia?[28]

O padre fixou-o com os seus olhos azuis e, numa voz carregada de emoção, emendou:

– Aqui me lembra, na distante Bélgica, o povoado de Waregen, a terra de minha infância, pequenina como este local. É verdade que lá não havia as montanhas daqui, que nos dias frios parecem escolher este local, e envolvê-lo nas brumas de suas madrugadas. Mas os que aqui vivem têm o mesmo olhar de piedade e de carência de amor que eu conheci naquela terra.

Pe. Júlio e Dom Carloto

Os caprichos da vida, pela vontade de Deus, reuniram duas pessoas de origem e formação muito diferentes.

Carloto Fernandes da Silva Távora vinha de importante família do Estado do Ceará. De fato, sua família viera de uma das mais ilustres casas nobiliárquicas portuguesa. Seu irmão mais velho, Antônio, foi monsenhor, Deputado Provincial e Senador pelo Ceará; outro era Desembargador do Estado do Ceará e, por outro lado, D. Carloto era tio do militar Juarez Távora. Ordenado Padre em 1888, em Minas Gerais exerceu seu ministério em Além Paraíba e Juiz de Fora, antes de se tornar bispo da diocese de Caratinga, em 1920.

28 Curato era também uma freguesia, porém, de menor importância, como um estágio entre capela e paróquia. O Curato do Senhor Bom Jesus de Pirapetinga foi criado por D. Silvério Gomes Pimenta em 05.06.1912. (Cf. BOTELHO, Pe. Dermeval Alves. *História de Manhumirim*. v. I, p. 44, 2011.

De uma família muito pobre, o então Júlio Emílio Alberto De Lombaerde nasceu no dia 07 de janeiro de 1878, na aldeia belga de Beveren.[29] Ainda pequeno, seus pais mudaram-se para Waregen, onde conseguiram alguns hectares de terra, dos quais tiravam o sustento da família.

Com profunda formação religiosa católica, aos 17 anos, quando estudante do Colégio "São José", de Torhout, vivenciou uma ocorrência que lhe mudaria a vida. Um bispo missionário iria falar sobre as missões no continente africano. "O velho prelado subiu ao púlpito e, com incontida emoção, disse: "Meus irmãos, eu venho de muito longe com a finalidade de vos pedir uma pequena esmola para os meus pobres africanos que morrem de fome, enquanto vós viveis no luxo e na abastança. Dai aos míseros pagãos uma esmola pelo amor de Deus, vós que, além do conforto material, tendes a felicidade de serdes cristãos! Dai-lhes uma esmola pelo amor de Deus".

Ao contínuo desatou a murça, que lhe cobria os ombros e a lançou ao pavimento da igreja. Muitos choraram de emoção. Senhoras da alta sociedade tiraram suas joias e as lançaram na salva improvisada do missionário. Homens ricos nela depuseram seus relógios e correntes de ouro".[30] "As palavras do santo bispo africano tocaram profundamente o jovem belga".[31]

Na África – Irmão Optato Maria

Na época, no meio em que vivia era grande o entusiasmo pelas missões religiosas. Parece que naquele momento Júlio Emílio, como então era chamado, sentiu-se tocado pelo ocorrido e explodiu nele um desejo, que iria transformar-se num ideal e modificar sua vida: a vontade de "ir aos pobres africanos" levar-lhes como doação a "esmola de sua presença e de sua ajuda".

29 O sobrenome **De Lombaerde** "está ligado ao fato de, no século XIII, lombardos, provenientes da Lombardia, Província do Norte da Itália, terem emigrado para a Bélgica" (Cf. BOTELHO, Pe. Demerval Alves, SDN. *História dos missionários sacramentinos*. v. I, p. 31, 1994).

30 Cf. BOTELHO, *História dos missionários sacramentinos*. v. I, p. 28.

31 Cf. BOTELHO, *Redescobrindo o fundador*, p. 13.

No fulgor de sua juventude ele procurou na Holanda a Congregação dos Padres Brancos e, nela, tornou-se um "Irmão Leigo, adotando o nome de Irmão Optato Maria". Em 18.04.1897, foi enviado em Missão para a África, Algéria, como Irmão Coadjutor, onde ficou até 1901.

Naquela Missão usava um hábito todo branco e foi certamente em razão de sua pouca idade que ele optou por deixar crescer sua barba, com o que esperava conferir-lhe maior respeitabilidade.

Ali ele exerceu humildes atribuições como jardineiro, cozinheiro, enfermeiro e marceneiro. Acometido por febres malignas foi enviado à Escola Normal da Ordem dos Padres Brancos na localidade de Ouarzen, onde, como conhecia e falava bem o árabe, foram-lhe confiadas as aulas desse idioma, exercendo ainda as funções de ferreiro.[32]

Julgando que iria morrer, em decorrência de uma febre, fez em oração um voto para Maria. Jurou para si mesmo que, se sarasse, iria dedicar sua vida ao apostolado religioso como padre.[33]

Aquela aspiração ao sacerdócio começou a amadurecer em seu espírito e despertou nele um ideal missionário que iria mudar sua vida. Mas, nos Irmãos Brancos, disposições regulamentares não permitiam que um Irmão Coadjutor se ordenasse presbítero e, como já tinha 23 anos, não sabia onde encontrar um seminário que o aceitasse.

Assim, antes de fazer seus votos definitivos nos Padres Brancos foi, a pedido, desligado de seus compromissos religiosos e voltou para a Europa.

No Seminário de Grave

Voltando à Europa, foi para a Bélgica e, de lá, para a cidadezinha de Grave, uma localidade pequena e pobre da Holanda, onde entrou para o Instituto da Sagrada Família, em dezembro de

32 BOTELHO, *História dos missionários sacramentinos*, p. 33.

33 BOTELHO, *História dos missionários sacramentinos*, p. 35.

1901. O local era paupérrimo, "não havia luz elétrica, nem serviço de água, nem estufa para a calefação, e nem mesmo cozinha, as refeições eram preparadas em uma casa fora". Ali viveu e estudou por seis anos, sendo ordenado Padre em 1908.[34]

Na verdade, essa formação para a pobreza evangélica iniciada na África marcou-lhe a vida toda. Júlio Maria foi sempre, lá e pela vida afora, um religioso de uma vivência de pobreza edificante.[35]

Em 1910, o Pe. De Lombaerde, como então passou a ser conhecido, foi enviado para o novo seminário da Congregação da Sagrada Família, na cidade belga de Wakken, vizinha da França. "Graças à sua atuação e extrema dedicação, o seminário prosperava a olhos vistos".

"Passava o dia todo absorvido nos cuidados e nos trabalhos, deitava-se a uma ou duas horas da madrugada, aproveitando-se da calma da noite para rezar o breviário e escrever. Muito cedo já estava de pé".[36]

Pe. De Lombaerde era "de uma inteligência superior, tinha um sorriso largo e espontâneo. Rigoroso na disciplina e na obediência, era de fisionomia aberta, agradável e de acolhimento afável, facilitando a abordagem e o relacionamento. Emanava de sua pessoa um magnetismo atraente, com um carisma que o levava a transformar rapidamente os novatos rudes e grosseiros em cordeiros dóceis e corteses, entrosando-os, sem choque, com os outros membros do seminário. Possuía um tino administrativo pouco comum".[37]

Mas a volta para a Europa não tirou dele a sua "ardente devoção à Santíssima Virgem",[38] e nem a sua experiência missionária. Seus discípulos de Wakken nunca se esqueceram de que

34 .BOTELHO, *História dos missionários sacramentinos*, p. 58.

35 BOTELHO, *História dos missionários sacramentinos*, p. 58.

36 PEYRON, Joanes. In: BOTELHO, *História dos missionários sacramentinos*, p. 65.

37 PEYRON, Joanes, ex-seminarista daquela escola. In: BOTELHO, *História dos missionários sacramentinos*, p. 64.

38 BOTELHO, *Pe. De Lombaerde em Wakken*, p. 35.

ele, nas suas exortações, falava de seu grande desejo de partir para as missões, o que ocorreria um dia, e coroaria a sua vida. Seus exemplos de sacrifício se disseminavam entre os seminaristas, de modo que "outros queriam imitar o Padre De Lombaerde, dormindo no chão".

O Padre De Lombaerde esteve em Wakken por três anos e, durante o Período Pascal, pregava missões em paróquias do Alto Loire, na França, quando então o seu talento oratório tornou-se conhecido por onde passava. O seu ardor missionário persistiu, e sobre isso manifestava sempre a aspiração de partir para as missões de além-mar. Aliás, ele "falava amiúde de seu grande desejo de ir para as missões".[39]

Na Páscoa de 1912, seu Superior, numa carta, perguntou-lhe se ainda desejava ir para as missões estrangeiras, tendo dado resposta positiva à consulta. Algum tempo depois, numa nova carta foi ele questionado "se aceitaria trabalhar nas missões do Brasil e se ele se oporia a essa proposta". Uma vez mais anuiu à consulta. Lá pelos meados de agosto daquele ano, em plena atividade missionária na França, foi-lhe comunicado que se preparasse, a fim de seguir para as missões no Brasil, o que deveria ocorrer dentro de um mês e meio.

A Missão de difundir o Evangelho e proteger os pobres ocupava o centro da existência da Congregação dos Missionários da Sagrada Família. Em razão disso, o Pe. Júlio foi, um dia, designado para essa Missão no Brasil. No dia 23 de setembro de 1912, ele, "no caminho da obediência", depois da missa solene, reuniu-se com sua família e seus amigos em Deerlijk para sua despedida e depois fez o mesmo com seus coirmãos. No dia 25, do porto de Antuérpia, por volta do meio-dia, tomou o vapor que o traria para o Brasil. Nunca mais voltaria a rever sua terra natal!

Em Manhumirim

Às 6h30 do dia 24 de março de 1928, o frio e a cerração ainda tomavam conta da baixada da Estação da Estrada de Ferro

39 BOTELHO, *História dos missionários sacramentinos*, p. 77.

Leopoldina. As poucas pessoas que ali estavam puderam ver um Padre alto, de batina preta, saltando com sua maleta, procedente de Manhuaçu.

Ele chegou quatro anos depois de a Manhumirim ter sido elevada da categoria de distrito à de cidade.[40] Suas ruas eram poucas, malfeitas e a maioria sem calçamento. Se de um lado o lugarejo mostrava ladeiras esbarrancadas, de outro ele estava economicamente bem, com bom comércio de madeira e como centro de produção e comercialização de café.

Diferentemente dos padres que até então passaram por ali, o que nele chamava atenção era a sua longa barba negra. Tão logo saltou do trem, com sua pasta na mão, ele passou perto do Bar Guarani, virou ao lado da "Casa do Caboclo", caminhou pela rua ao longo de armazéns de café, transpôs a ponte de cimento armado há pouco construída para ligar Pirapetinga a Manhumirim, e seguiu para a casa do "velho e cansado"[41] Cura da Freguesia, Pe. Dr. Frederico de La Barrera y Morato, que ali se achava há quatro anos e onde ficou hospedado por quinze dias. Somente no dia oito de abril de 1928 ele tomou posse no Curato, ocasião em que, na missa dominical, foi-lhe transferida a estola pelo Pe. La Barrera.

Certo dia, pouco depois de sua chegada, a Comissão Construtora da Igreja entendeu que as celebrações litúrgicas deveriam ser feitas no velho e sujo barracão, onde estava a Igreja, e Padre Júlio não concordou.

– Isso é um costume, uma tradição. O vigário sempre atendeu às ponderações da Comissão!

– O senhor disse bem: o vigário sempre atendeu. Mas fique certo: o novo vigário de Manhumirim agora faz questão de mandar na Igreja![42]

40 O que ocorreu no dia 16 de março de 1924.

41 MIRANDA, Dom Antônio Afonso. *Pe. Júlio Maria, sua vida e sua missão*, 2010, p. 269.

42 Cf. BOTELHO, *História dos missionários sacramentinos*, p. 279.

Poucos dias depois, aquela Comissão foi dissolvida e o Padre Júlio tomou sob sua responsabilidade a direção dos trabalhos.

O Seminário instalou-se primitivamente na mais extrema pobreza, nas dependências de um barracão anexo à casa paroquial, e o noviciado, em casa separada, no local onde posteriormente seria construído um prédio.[43]

> Era uma casa pequenina e acanhada, com apenas três quartos e duas salas, um barracão sórdido, esburacado e varrido pelas rajadas do vento que lhe entrava pelas frestas numerosas; um matagal pelos fundos e em torno, com um Sacerdote de seus 50 e poucos anos, alto e afilado pelas febres e pelos trabalhos da missão entre indígenas; quatro ou cinco moços mal vestidos, de pés descalços e que mais pareciam grotões. Ausência total de recursos humanos. Eis o quadro simples que se delineava aos olhos de quem subisse ao topo da colinazinha, aos pés do cruzeiro, onde hoje estão a matriz e o seminário.[44]

A vida religiosa da Congregação estava começando: eram apenas dois noviços mas, dentro em pouco, os jovens reunidos seriam mais de vinte. Foi aí que Padre Júlio Maria pediu licença para dar novos hábitos[45] à sua Instituição.

Em busca dos "Padres da Terra"

Uma encíclica do Papa Bento XV, de 1919, procurou despertar as vocações missionárias nas próprias terras em que ocorriam as Missões.

43 MIRANDA, *Pe. Júlio Maria, sua vida e sua missão*, p. 286.

44 MIRANDA, *Pe. Júlio Maria, sua vida e sua missão*, p. 277.

45 Batina romana com escapulário e capinha de cor cinza – cíngulo com rosário e um pequeno crucifixo no pescoço.

Ele fez um forte apelo aos Bispos, mostrando-lhes "a necessidade premente da formação e organização de um clero indígena",[46] e a necessidade urgente da formação de um clero autóctone, destacando a importância e as vantagens do "padre da terra" sobre o padre estrangeiro na evangelização.

Essa posição papal deu ao Padre Júlio disposição para criar uma Congregação masculina no Brasil. No Norte e Nordeste do Brasil ele não encontrou terreno fértil para realizar sua ideia. "Só encontrou desestímulo dificuldades e oposição" de parte da hierarquia católica, e desinteresse de parte de sua Congregação no Brasil, eis que seus membros se opunham à sua ideia, alegando que "era perda de tempo em face da ausência de vocações na região. "Nem os Bispos e nem os seus confrades tomaram a sério as palavras de Bento XV".

Em 1923 problemas com o seu bispo diocesano, ligados à criação da Congregação das Irmãs Cordimarianas, criada pelo padre Júlio, fizeram com que ele fosse transferido de Macapá para Pinheiro,[47] a trinta quilômetros de Belém, onde passou três anos. Foi nessa época que ele começou a pensar na "criação de uma Congregação de Padres, formados por ele desde os primórdios de um Seminário Menor".[48]

Mas como fazer? Seus irmãos missionários da Sagrada Família na Amazônia opunham-se à fundação, "dizendo que na Amazônia, não havia vocações", e os próprios Bispos da região não se entusiasmavam com essa ideia! Parecia que eles não haviam tomado conhecimento sério dos fortes apelos de Bento XV sobre a necessidade urgente da formação de um clero autóctone!

Quando, no início de 1925, o Pe. Hipólito De Poorter, belga e primo do Pe. Júlio, veio para o Brasil esteve com ele em Pinheiro, no Pará, e recebeu o convite para ajudá-lo na fundação de uma congregação de padres. No segundo semestre daquele ano, o Pe. Hipólito foi ao Rio de Janeiro, onde "presumivelmente fora para

46 Cf. Encíclica *Maximum Illud*, de 30 de novembro de 1919, n. 14.

47 Hoje, Icordaci.

48 MIRANDA, *Pe. Júlio Maria, sua vida e sua missão*, p. 255.

tentar encontrar um bispo que aceitasse assumir o projeto do Pe. Júlio, e abrisse as portas de sua Diocese para a viabilização" de criação daquela Congregação.[49]

Entrementes, novos desentendimentos do Pe. Júlio com o arcebispo do Pará terminaram por causar sua transferência para o Rio Grande do Norte.

Foi então que Pe. Hipólito, no Rio de Janeiro, conheceu Dom Carloto Fernandes da Silva Távora, nascido no Ceará e Bispo da recém-criada Diocese de Caratinga, em Minas Gerais. Ele havia assumido sua diocese recém-criada, onde começou a lutar com as dificuldades materiais e de clero. Em conversa com D. Carloto, Pe. Hipólito falou-lhe da ideia de seu primo Pe. Júlio, de criar uma Congregação de padres.

Expôs-lhe os planos dele e as dificuldades que estava enfrentando no Norte.

Dom Carloto também ouvira falar, através de amigos e de seus parentes do Ceará, que um missionário da Sagrada Família daquela região pretendia fundar uma congregação de sacerdotes para cuidar de paróquias, mas que estava encontrando dificuldades nas próprias autoridades eclesiásticas de lá.

Uma congregação de sacerdotes para cuidar de paróquias, numa diocese com pouquíssimos padres, era o que mais desejava aquele Bispo. O Prelado, depois de analisar e ponderar tudo, entusiasmou-se com a ideia e se prontificou a ajudá-lo, desde que ele viesse fazer a fundação em sua Diocese.

Dom Carloto convidou-o a ir a Caratinga, onde poderia fundar a Congregação desejada. A ida do Pe. Júlio foi, apenas, uma questão de tempo.

A nova Congregação

A autorização do Vaticano para a Instalação da nova Congregação ocorreu em 29 de dezembro de 1928.[50] Pe. Júlio tinha

49 Cf. BOTELHO, *História dos missionários sacramentinos*, v. I, p. 153.

50 BOTELHO, *História dos missionários sacramentinos*, v. I, p. 259- 260.

então 51 anos de idade. Mas da vontade de criar uma Congregação de homens à autorização de sua instalação mediou razoável tempo, para a superação de algumas situações. Não se pode esquecer que Pe. Júlio era da Congregação da Sagrada Família, e necessitava de autorização de seu Superior para dela desligar-se. Ademais, Dom Carloto, por outro lado, teria de receber permissão do Papa para a fundação daquela Congregação.

A Congregação da Sagrada Família concedeu permissão ao Padre Júlio para dedicar-se ao projeto de criação daquela Congregação de Padres, "com a condição de que a obra não trouxesse à Sagrada Família nenhum prejuízo moral e financeiro", deixando claro que aquela Congregação não tinha responsabilidades com a nova Congregação. D. Carloto manifestou em momentos diversos, e de várias maneiras, a sua alegria pela instalação da Congregação em sua Diocese.

Ele entendia que o Curato de Manhumirim, sendo sede de fundação de um Instituto Religioso, deveria ser elevado a Paróquia. Em face disso, erigiu o Curato do Bom Jesus de Manhumirim em Paróquia, o que ocorreu na cidade de Manhuaçu, em 23.09.1928.

D. Carloto sempre se fez presente, ajudando na edificação da Construção do Seminário que o Padre Júlio criara. Ele costumava passar uma boa parte do ano em Manhuaçu, de onde seria mais fácil atender às paróquias do Leste da sua Diocese e visitar regularmente o Seminário que o Padre Júlio estava desenvolvendo e "onde se sentia em casa de irmão entre irmãos".[51]

A presença de alguns jovens cearenses no noviciado do Seminário de Padre Júlio é digna de destaque. Isso ocorria porque um amigo do Padre Júlio, a saber, Gabriel Leônidas Jardim, dono de uma loja de miudezas e artigos religiosos em Fortaleza, estimulava e encaminhava jovens de lá, às vezes às suas expensas, para o Seminário de Manhumirim.[52]

51 BOTELHO, *História dos missionários sacramentinos*, v. I, p. 242.

52 BOTELHO, *História dos missionários sacramentinos*, v. I, p. 240.

Quando D. Carloto morreu, em 1934, cerca de quatro anos depois do início da Congregação, estava inaugurado o prédio completo do Seminário, com 60 seminaristas, mais de uma dezena de maiores, seis Irmãos Coadjutores e três Sacerdotes.[53]

Por outro lado, a Congregação dos Padres da Sagrada Família, da qual viera o Padre Júlio Maria, ajudou-o na edificação do seu Instituto Religioso, atendendo seus pedidos de ajuda e até mesmo enviando-lhe padres teólogos e noviços.

O Homem e sua obra

Padre Júlio Maria era um homem de estatura alta, de postura nobre sem rijeza e de acolhimento afável. Emanava de sua pessoa um magnetismo atraente. Era ainda dotado de qualidades notáveis: inteligência superior, orador brilhante, espírito de organização, senso prático, rigor ascético, grande sensibilidade. Era uma força da natureza que não levava à fadiga.[54]

Além de escrever inúmeros livros, usava sua pena para escrever centenas de cartas. Elas funcionavam como meio de divulgação da Congregação e atualização do seu desenvolvimento, contribuindo para manter a união de todos. E escrevia tudo a mão porque não possuía máquina de escrever.[55]

Lendo-as sobretudo aos seus Religiosos e às Irmãs, que considerava como filhos e filhas, vai-se percebendo a ternura de seu coração. Porém, atrás dessa ternura, estão a solicitude por eles e elas, sua preocupação com o bem-estar espiritual e com a saúde de cada um deles e de cada uma delas, as exortações, parabéns, o estímulo e o incentivo constante e as recomendações que lhes fazia, sua alegria com suas realizações e outras coisas mais de seu coração paterno.[56]

53 Cf. MIRANDA, Dom Antônio Afonso de. In: BOTELHO, *História dos missionários sacramentinos*, v. I, p. 305.

54 PEYRON, Joannés. In: *Pe. De Lombaerde em Wakken*. Pe. BOTELHO, p. 51.

55 BOTELHO, *Redescobrindo o fundador*, p. 28.

56 BOTELHO, *Redescobrindo o fundador*, p. 27.

Ademais, mantinha vasta correspondência com diversas autoridades eclesiásticas e muitos assinantes do *O Lutador*, jornal fundado por ele. Coragem era a palavra mais usada por ele em suas correspondências. Era uma palavra que dizia sempre aos seus religiosos e religiosas, quando estavam enfrentando uma situação difícil e desafiante, ou quando queria alertá-los ou estimulá-los à luta e ao trabalho.[57]

Valorizava o tudo que os seus religiosos e religiosas faziam e realizavam, incentivava-os e os felicitava; preocupação com a saúde e bem-estar de todos e todas de suas Congregações. Estimulava todos à luta e a enfrentar com otimismo e boa disposição de ânimo as dificuldades da vida, com a palavra coragem, que repetia com frequência; não ficava acentuando as falhas e os erros de seus formandos, salientava mais as suas qualidades. Nas suas cartas, sempre dava boas notícias da Congregação e dos religiosos e não falava de seus erros e falhas.[58]

Como disse o Pe. Demerval Botelho, ele vivia religiosamente a pobreza evangélica. Não desperdiçava nada, não jogava nada fora e aproveitava tudo, mas sem espírito de mesquinhez. Não tinha nada de supérfluo. Pouca roupa. Apenas duas batinas e dois pares de sapatos para o dia a dia e os domingos e dias festivos. Não tinha guarda-roupa, nem mala de viagem.

Quando viajava, levava uma pequena maleta (que qualquer criança podia carregar) com o estritamente necessário. E nada mais.

Religioso fervoroso e missionário ardoroso, era um homem de personalidade forte, firme e determinado; de coração amável, afetuoso, grato. Visceralmente marcado de amor à Eucaristia e a Maria, fiel defensor da fé cristã e da Igreja. Homem de coragem. Era bondoso, porém, firme. Não guardava indisposição contra ninguém; era capaz de acolher e apertar contra o peito a quem o ofendia e viesse para uma reconciliação.[59]

57 SILVA, Pe. Heleno Raimundo da Silva, SDN. In: *Redescobrindo o fundador*, p. 9.

58 BOTELHO, *Redescobrindo o fundador*, p. 30.

59 BOTELHO, *Redescobrindo o fundador*, p. 13 e 27.

Perdoava e esquecia muito facilmente, com o coração, as ofensas recebidas. Estava sempre disposto a reconciliar-se com o seu maior inimigo. Era capaz de estender a mão aos que o maltrataram e apertá-los contra o peito numa atitude de perdão e reconciliação. Não guardava rancor de quem quer que fosse, não ficava ruminando ressentimentos e tampouco planejando revanche ou desejando mal ao ofensor.[60]

Quando os primeiros padres sacramentinos foram ordenados,[61] para eles enviou-lhes uma carta na qual dizia:

> Somos religiosos para nós, mas somos Padres para as almas. Um religioso pode entrar no Céu sozinho, mas um Padre, nunca. Tem de levar diante de si um cortejo de almas que tenha arrancado ao inferno. (Carta enviada a quatro Fratres que se ordenaram em Belo Horizonte em 1943)

> Sois Sacramentinos e cada um sabe o que sua formação me custou de suores, de trabalhos, de sofrimentos. Minha barba branca vai me avisando que o meu fim se aproxima e devo dizer a vós que deveis ser meus sucessores, os meus continuadores na obra sacramentina.[62]

Sua experiência, quando ainda jovem, como diretor de casa de formação de religiosos em Wakken, modelou a disciplina e o espírito formador de religiosos e marcou a formação emprestada à sua Congregação. Muitos dos que com ele conviveram em Wakken relembram-se de que "ele exigia uma disciplina e obediência perfeitas, que todos aceitavam com prazer. Queria que a comunidade fosse alegre. Todas as vezes que percebia alguém triste ou aborrecido, aproximava-se dele e o reconfortava".[63]

60 BOTELHO, *História dos missionários sacramentinos*, p. 211.

61 Alberto Perilo, Elpides Franklin, Alair Spindola e Aristeu Resende.

62 BOTELHO, *Redescobrindo o fundador*, p. 53.

63 Joannés Peyron, In: *Pe. De Lombaerde em Wakken*, p. 51.

"Homem que inspirava fé, confiança, retidão à simples vista. Corajoso no falar, passo firme, porte ereto, olhos vivos, caminhar vagaroso, olha sempre voltado para frente. Austero consigo mesmo e com os outros. Não suportava leviandades, nem hipocrisia. Sua confiança em Deus era incondicional. Apaixonado por Nossa Senhora...".[64]

"Nunca desanimava diante dos fracassos, dificuldades e lutas. Ele vivia o que pregava. Era rigoroso, porém, paternal. Não admitia concessões nem privilégios para ele".[65] "Viveu com honestidade e coerência o seu tempo e a Igreja de seu tempo. Uma coisa sempre me impressionou no Pe. Júlio Maria: nunca foi um homem de dar gritos, perder a linha e a calma".[66]

Na África, como já se disse, quando ainda era muito novo, passou a usar barba. Certamente porque isso poderia dar-lhe um cunho de maior respeitabilidade. Ao retornar à Europa (1901), ingressando na Congregação da Sagrada Família ele já não usava barba. E quando chegou ao Brasil (1912) como Missionário também não a usava.

Por mais de uma década exerceu sua missão entre os silvícolas do Norte do Brasil, tendo então voltado a ter longa barba. Anos depois, em Manhumirim, certa feita lhe perguntaram o porquê de sua barba, e ele foi objetivo na resposta: "Para o índio e o caboclo do Norte, a barba é a metade do missionário. Eles não entendem missionário sem barba".[67]

Pela manhã do dia 24 de dezembro de 1944, Padre Júlio saiu de carro de Manhumirim, e dirigiu-se à Fazenda São José, em Vargem Grande, localidade próxima da cidade de Espera Feliz, para um trabalho pastoral. Aquela região está incrustada no

64 Frei Pio Feliciano Teixeira, que com ele conviveu doze anos. In: *História dos missionários sacramentinos*, p. 207.

65 Mons. Pedro Paulo Michla, Sto. Antonio do Monte, MG. In: *História dos missionários sacramentinos*, p. 209.

66 Mons. Paulo de Tarso Rautenstrauch, Afonso Cláudio, ES. In: *História dos missionários sacramentinos*, p. 209.

67 BOTELHO, *Redescobrindo o fundador*, p. 22.

maciço do Caparaó, e sua ligação com Manhumirim era feita por uma pequena e estreita estrada de terra, serpeando uma encosta íngreme.

"Além do chofer, aluno do Seminário, viajaram com ele três Irmãs Sacramentinas, que iam conhecer o local de uma futura residência e escola da mesma Congregação, a inaugurar-se nas imediações daquela Fazenda".[68]

Por volta das 14h30 empreendeu seu regresso. O tempo era chuvoso e o chover observou que a descida da serra era perigosa, mas ele instou que saíssem.

Pouco além, menos de um quilômetro, numa curva da descida, "para se desviar de uns tocos no caminho", o carro adernou para a direita e uma das rodas saiu da margem da estrada pairando sobre um abismo. "Deveria rolar pelo fundo declive, se não o impedisse uma possante árvore. Uma das três religiosas que viajam no banco traseiro foi, pelo baque, lançada fora, tendo-se ferido; as outras duas, presas por alguns instantes, conseguiram com esforço libertar-se e ajudaram o chofer a sair também".

Comprimido de cabeça para baixo entre o encosto do banco da frente e uma raiz da árvore, que sustinha o carro, foram em vão todos os esforços para sua salvação. Chovia torrencialmente quando, já morto, conseguiram tirá-lo daquele local.

Na vigília de Natal de 1944, suas últimas palavras foram: "Missão cumprida!".[69]

Para julgá-lo hoje, não se pode esquecer que "a Pastoral da Igreja daquele tempo não tinha essa dimensão ecumênica que tem hoje, e era baseada numa linha de defesa apologética e, de certo modo, de mentalidade triunfalista.

Cometeríamos um grave erro, se julgássemos uma época com os critérios de outra. Não podemos querer que cristãos e missionários que viveram em outra cultura, em outra forma de sociedade, em outro modelo de Igreja e que receberam outro tipo

68 MIRANDA, *Pe. Júlio Maria, sua vida e sua missão*, p. 367.

69 BOTELHO, *História dos missionários sacramentinos*, v. I, p. 407.

de formação, que tenham as nossas inquietações de hoje, nossa síntese teológica ou as categorias sociológicas, culturais e antropológicas que temos hoje".[70]

A Congregação dos Sacramentinos hoje

Logo após a morte do Pe. Júlio Maria, o então Bispo Diocesano de Caratinga[71] nomeou um Triunvirato, tendo o Padre Thiago Maria José Eussen como Superior-Geral, assessorado pelos Padres José Batista de Lima e Antônio Júlio Filizola, para a direção da Congregação, até a realização de um Capítulo Canônico. Aquele Triunvirato conduziu a Congregação por oito anos e, em novembro de 1952, foi eleito o primeiro Superior-Geral, Pe. Antônio Afonso de Miranda.

O Governo da Congregação, em nossos dias, é eleito num Capítulo Geral Ordinário, estabelecido nas Constituições da Congregação, para um mandato de quatro anos, permitida uma recondução. É integrado pelo Superior-Geral e um Conselho de quatro membros, formando, assim, um colegiado. O êxito de sua governança depende dessa equipe de Governo.

De seus quadros, três padres foram eleitos Bispos: Antonio Afonso de Miranda, em 1971; José Martins da Silva, em 1978; e Antonio Felipe da Cunha, 1985.

Hoje a família Julimariana,[72] as três congregações por ele fundadas, Irmãs Cordimarianas de Nossa Senhora (Macapá), Missionários Sacramentinos de Nossa Senhora (Manhumirim), Irmãs Sacramentinas de Nossa Senhora (Manhumirim), em decorrência da "abertura de Frentes Missionárias", está presente em várias regiões de Minas Gerais, de Estados do Brasil[73] e na África

70 BOTELHO, *História de Manhumirim*, v. I, p. 118.

71 Dom João Batista Cavatti.

72 Nome proposto pelo Pe. Demerval Alves Botelho em 1977, no Congresso Marial, realizado em Caucaia, CE.

73 Espírito Santo, Mato Grosso, Ceará, Amapá, Amazonas.

subsaariana (Moçambique e Angola), "através da evangelização em paróquias, educação, hospital, comunicação e meios populares".[74]

Observa-se, assim, que os Sacramentinos de Nossa Senhora, dentro de uma visão de *adgiornamento*, caminharam para a abertura de "frentes missionárias" com "projetos de arrancadas missionárias para outras terras". Em decorrência disso, "até o nosso vocabulário está sofrendo modificação. Não falamos mais "Padre Sacramentino", porém "Missionário Sacramentino". Não fazemos mais distinção entre "Irmão e Padre". Dizemos simplesmente "Missionário Sacramentino".[75]

O jornal por ele fundado em Manhumirim, no final de 1929, *O Lutador*, que originariamente seria um hebdomadário, teve o apoio de D. Carloto, que também lhe doou a tipografia meio desativada da Diocese, mas que dava para imprimir o jornal idealizado pelo Pe. Júlio. Aquela tipografia cresceu e se modernizou e, em 1972, foi transferida para Belo Horizonte, transformando-se numa das mais modernas editoras do Estado de Minas Gerais. Ela acabou por transformar aquele pequeno jornal da década dos anos vinte, em uma excelente revista, com o mesmo nome, mantendo a sua sequência numeral primitiva.

Uma decida posição tomada no seio da Congregação em 2005 foi contra a participação dos Religiosos na política partidária. Não se tratou de decisão pessoal de um Superior-Geral, mas dos integrantes do Conselho Geral, que elege o Governo Congregacional (Superior-Geral e seu Conselho). Dos seus 28 integrantes, 24 foram contra a filiação político-partidária, com duas abstenções.

Sempre estamos a nos surpreender com novas ideias, novas colocações suas, ou depoimentos seus que nos eram desconhecidos. Até hoje, os seus seguidores se esforçam por viver as suas propostas, seu carisma, sua espiritualidade, seu espírito através da criatividade que não perdem a atualidade. Um homem assim não morre e não fica no passado.[76]

74 SILVA, Pe. Heleno Raimundo da, SDN, *O Lutador*, v. 3888, p. 6, maio 2017.

75 BOTELHO, *História dos missionários sacramentinos*, v. III, p. 267.

76 BOTELHO, *Redescobrindo o fundador*, p. 18 e 26.

Apêndice

Os caminhos de uma vida[77]
Padre Júlio Maria De Lombaerde

Nascimento – 07 jan. 1878
No Colégio S. José – Torhout – 1894
Ida para a África – 18 abr. 1897
Volta para a Europa – 16 dez. 1901
Ingresso na Congregação Sagrada Família – 02 fev. 1902
Ordenado Padre – 13 jun. 1908
Ida para Wakken – 28 abr. 1910
Saída de Antuérpia para o Brasil – 23 set. 1912
Chegada ao Brasil – Recife – 15 out. 1912
Chegada a Natal – 23 out. 1912
Chegada a Belém – 19 jan. 1913
Chegada a Macapá – 27 fev. 1913
Fundação das Irmãs Cordimarianas – 21 nov. 1916
Transferido para Pinheiro, bairro de Belém – 23 set. 1923
Pedido para fundação da Congregação – 28 fev. 1926
Autorização para criar um Pio Sodalício – 04 ago. 1926
Ida para Natal – 28 set. 1926
Embarque para o Rio de Janeiro – 29 fev. 1928
Chegada ao Rio de Janeiro – 07 mar. 1928
Chegada a Manhumirim – 24 mar. 1928
Posse no Curato de Manhumirim – 08 abr. 1928

77 As datas indicadas procuraram se aproximar o mais exatamente possível dos fatos indicados.

A Paróquia do Bom Jesus do Piratininga – 23 set. 1928
Reinício da construção da igreja – 1928
1º Número do jornal *O Lutador* – 25 nov. 1928
Nascimento da Congregação – 25 mar. 1929
Abertura do noviciado da Congregação – 04 mar. 1929
Os primeiros a receber a batina cinza[78] – 16 jul. 1929
O primeiro noviciado – 08 dez. 1929
Fundação das Irmãs Sacramentinas – 11 out. 1929
Criação do Colégio Santa Teresinha – fev. 1930
Início da construção do Seminário – 19 mar. 1931
Seminário Apostólico (inauguração – 1ª parte) – 22 jan. 1933
Seminário Apostólico (inauguração – 2ª parte) – 1936
Seminário e Ginásio Pio XI – 1943
A Sigla da Congregação[79] – maio 1937
Inauguração Hospital São José – 1939
Morte do Pe. Júlio Maria – 24 dez. 1944

Chegando ao Brasil, Padre Júlio Maria foi para o Norte/Nordeste (Macapá, Pará, Rio Grande do Norte) e, 18 anos depois, foi para Manhumirim, no Estado de Minas Gerais, onde viveu por 16 anos.

À época de suas atividades em Manhumirim, poucos tiveram uma visão sociológica de sua atividade de evangelização. "*Evangelizar*, para ele, era também promover o social. Sempre arranjava tempo para as atividades sociais, criando escolas, far-

78 Os quatro primeiros a receberem a batina cinza dos sacramentinos foram Pe. Júlio Maria, Pe. Hipólito, Frt. Antônio Carvalho e Frei José Siqueira. (BOTELHO, *Redescobrindo o fundador*, p. 6. Foi D. Carloto quem programou, com o Padre Júlio Maria, a primeira vestição dos hábitos sacerdotais da nova Congregação, sendo que as batinas e os barretes ele os mandou confeccionar às suas expensas, no Rio de Janeiro, ocorrendo a primeira vestição na manhã do dia 01.07.1929.

79 A partir de maio de 1937 ele passou a usar a sigla PM SDN (Pater Mariae – Padre de Maria; Sacramentinus Dominus Nostrae – Sacramentino de Nossa Senhora).

mácias, hospitais, orfanatos, patronatos, abrigos para a velhice desamparada, fundando bandas de música e outras, mas sem secundarizar o espiritual".[80]

A par de sua luta pela instalação da Nova Congregação, ele se empenhou pela melhoria das condições de sua paróquia e de seus paroquianos. Ninguém pode negar que, naqueles apenas 16 anos, suas ações produziram profundas mudanças materiais e espirituais em Manhumirim.

Ali ainda estão a marcar a sua presença naquela cidade, mais de setenta anos depois de sua morte, a imponência de sua igreja, do seu Seminário, da Escola Normal Santa Teresinha, do Hospital São José, do Patronato e do Asilo. Sua Congregação, os Sacramentinos de Nossa Senhora (SDN), espraia-se hoje por diversos Estados do Brasil, e finca pé no continente Africano (Angola e Moçambique).

No processo de santificação do Padre Júlio Maria, já instaurado e em andamento, foi o presbítero levado à condição de Servo de Deus.

A ligação dos integrantes dos Sacramentinos, como não poderia deixar de ser, é grande e constante com a cidade de Manhumirim. O Pe. Demerval Alves Botelho traduziu esse sentimento num dos volumes de sua *História de Manhumirim*:

> Para os Sacramentinos não se pode separar a Congregação de seu berço de nascimento. Pensando na Congregação pensam logo em Manhumirim. E pensando em Manhumirim, pensam logo na Congregação. Parecem até um binômio inseparável.[81]

O Padre Júlio Maria De Lombaerde nasceu pobre, viveu pobre e morreu pobre. Meu pai, Dr. Joaquim Cabral, um dia, disse sobre ele:

80 BOTELHO, História dos missionários sacramentinos, v. III, p. 280.

81 BOTELHO, *História de Manhumirim*, v. IV, p. 118.

> Posso dizer que ele não foi um homem de um instante histórico, de apenas catorze a dezesseis anos em Manhumirim, mas um desses homens que não deveriam viver apenas numa época.[82]

Uma reminiscência da infância

Não sei por que, mas eu não fui batizado pouco depois do nascimento, como os meninos de então. Minha mãe me dizia que o fui com um ano de idade e que fora para a Igreja andando, com um bando de crianças cheio de garrulice a me acompanhar.

Aquelas crianças não formaram um grupo em razão do meu batizado, mas porque sabiam que, após, todos iriam receber balas, costume que existia à época.

Disse-me ela, mais, que após o batizado o Pe. Júlio Maria colocou-me no colo e, em determinado momento, eu comecei a puxar a sua barba. Ela ficou nervosa e quis tirar-me do colo dele. Padre Júlio, sorrindo, redarguiu: "Deixe o menino, D. Alice. Ele é muito vivo e está apenas brincando comigo. Um dia ele será um grande homem".

Referências

BOTELHO, Pe. Demerval Alves, SDN. *História de Manhumirim*, v. I. O Lutador 2011.

BOTELHO, Pe. Demerval Alves, SDN. *História dos missionários sacramentinos*. v. I. O Lutador, 1994.

BOTELHO, Pe. Demerval Alves, SDN. *História dos missionários sacramentinos*. v. II. O Lutador, 1996.

BOTELHO, Pe. Demerval Alves, SDN. *História dos missionários sacramentinos*. v. III. O Lutador, 2013.

BOTELHO, Pe. Demerval Alves, SDN. *O Pe. De Lombaerde em Wakken*. O Lutador, 2017.

BOTELHO, Pe. Demerval Alves, SDN. *Redescobrindo o fundador*. O Lutador, 2012.

82 Cf. CABRAL NETTO, Joaquim, *Caminhos. Retrato de um tempo e sua época*. Speed Editora: Belo Horizonte, 2004, p. 146.

CABRAL NETTO, Joaquim, *Caminhos. Retrato de um tempo e sua época*. Belo Horizonte: Speed Editora, 2004.
MIRANDA, Dom Antônio Affonso de, SDN. *Pe. Júlio Maria, sua vida e sua missão*. Palavra de Prece, 2010.
SILVA, Pe. Heleno Raimundo da, SDN. Quem é o Servo de Deus Pe. Júlio Maria De Lombaerde?. *Revista o Lutador*, n. 3888, p. 6-8, maio 2017.

A batalha de Santa Luzia

Marcos Paulo de Souza Miranda

Quando Minas revê seus melhores títulos com que se honra entre seus irmãos na Federação Brasileira o nome da risonha cidade que se debruça às *margens do Rio das Velhas, entre o arvoredo dos seus quintais e as palmeiras macaúbas, vem a todos os corações a memória do embate de 1842, nas ruas e barrancas de Santa Luzia*. (Augusto de Lima Júnior)

A cidade nasceu do rio: Santa Luzia do Rio das Velhas. Em seu solo travar-se-ia a suprema batalha de 1842. Ela será um marco no ementário das lutas nacionais pela liberdade. E Santa Luzia ficará como um divisor de águas, *na evolução política do Império, identificando com o seu nome a velha guarda democrática, a legítima, a pura, a ortodoxa, sem contrafação e sem artifícios*.
(Paulo Pinheiro Chagas)

1 Introdução

Para além da revolta da Cabanada, iniciada em 1832 e que tomou as Províncias de Alagoas, Pará e Pernambuco; da Guerra dos Farrapos, que se originou em 1835 no Rio Grande do Sul; da Sabinada, iniciada em 1837 na Bahia, e da Balaiada, surgida em 1838 na Província do Maranhão, em 1842, inserido nesse quadro de rebeliões liberais que marcaram o período das Regências e o

início do Segundo Reinado, um novo movimento revolucionário estourava, mas desta vez em terras de São Paulo e das Minas Gerais.

Em 1º de maio de 1842, um Decreto extinguia a Câmara dos Deputados dois dias antes da posse dos Deputados eleitos (a maioria do Partido Liberal) e, em Minas Gerais, Bernardo Jacinto da Veiga, o novo Presidente da Província, de igual sorte baixava Decreto adiando o funcionamento da Assembleia Legislativa.

Vereadores das Câmaras Municipais de Barbacena, São João del-Rei e São João Batista do Presídio (atual cidade de Visconde do Rio Branco) e integrantes do Partido Liberal (que pregava ideias renovadoras e pleiteava maior autonomia das Províncias), por terem se manifestado pugnando pela suspensão dessas normas consideradas inconstitucionais e contrárias aos interesses do povo, foram sumariamente suspensos de suas funções por influência de membros da oligarquia conservadora.

Na Província de São Paulo, em 17 de maio de 1842, a Câmara de Sorocaba decretou a cidade como capital, convocou o povo às armas e também determinou que o presidente interino da Província de São Paulo passava a ser o sorocabano Rafael Tobias de Aguiar. Começava assim a Revolução Liberal de 1842.

Seguindo o mesmo exemplo, em 10 de junho de 1842, a Câmara Municipal de Barbacena e sua Guarda Nacional aclamaram o chefe político José Feliciano Pinto Coelho da Cunha (1792-1789) – futuro Barão de Cocais – como Presidente Interino da Província de Minas Gerais, com a missão de "sustentar e defender a Constituição, o Estado e o Trono, libertando o Imperador da influência perniciosa de uma oligarquia cega de ambição e capricho, que oprime o povo e desdoura o Trono".

O movimento ganhou força rapidamente e logo as Câmaras e Corpos da Guarda Nacional das principais cidades mineiras – tais como Queluz (atual Conselheiro Lafaiete), Lavras, Oliveira, Santa Bárbara, São José del-Rei (atual Tiradentes), Bonfim, Curvelo, Baependi, Aiuruoca, Sabará, Caeté, Paracatu – e as lideranças dos mais importantes arraiais – como Turvo (atual Andrelândia), Bom Sucesso, Cláudio, Dores do Indaiá, Tiros, Santa Luzia do

Rio das Velhas, Santo Antônio do Amparo, São Tomé das Letras e muitos outros – proclamaram adesão à revolta dos liberais, e os combates com as forças legalistas, que tentavam resgatar o controle da situação em Minas, logo começaram a ocorrer.

O Exército Imperial, com a missão de sufocar o movimento rebelde, era comandado pelo Barão de Caxias (1803-1880), que depois de pacificar a Província de São Paulo, rumou para Minas Gerais, fazendo com que os insurrectos fossem retrocedendo da região de São João del-Rei para Conselheiro Lafaiete, antiga Vila de Queluz, onde foi travada renhida batalha entre os legalistas e revolucionários no dia 26 de julho, com cerca de 50 baixas entre os soldados legalistas, que foram flagrantemente derrotados.

Em 12 de agosto houve duro combate na cidade de Sabará, saindo novamente vitoriosos os revolucionários.

2 O conflito em Santa Luzia

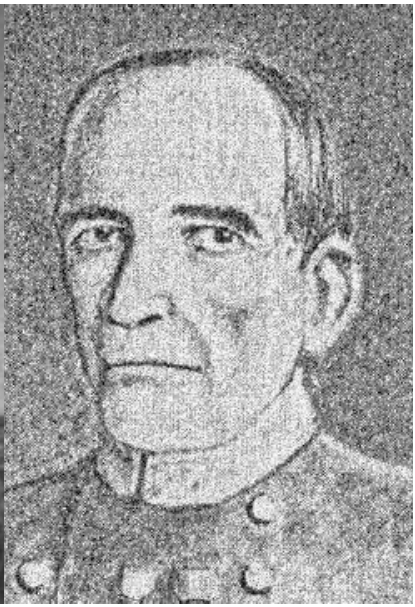
No dia 14, a tropa rebelde, com cerca de 3.300 homens, retirou-se para o Arraial de Santa Luzia do Rio das Velhas, que passou a ser preparado como palco para um novo enfrentamento bélico, que viria a ser o último da Revolução. O engenheiro militar húngaro Franz Wisner von Morgenstern (1804-1878) foi deslocado para Santa Luzia com a responsabilidade de estabelecer os locais das trincheiras que seriam cavadas para o combate, bem como para escolher os locais de posicionamento da peça de artilharia calibre 03 de que passaram a dispor os rebeldes.

O Quartel General dos revolucionários foi instalado na casa do Padre Manuel Pires de Miranda (1764-1851), atual sede do Museu Aurélio Dolabella, onde os líderes do movimento, entre os quais José Feliciano e Teófilo Benedito Ottoni (1807-1869), discutiam as estratégias para os enfrentamentos.

No dia 17 de agosto, José Feliciano Pinto Coelho reuniu os chefes principais comunicando-lhes a intenção de enviar emissário ao Barão de Caxias, Comandante em Chefe do Exército Pacificador, com a proposta de deposição de armas, mediante uma anistia geral. Entretanto, opuseram-se os consultados, que

preferiram a luta. Lamentavelmente, Feliciano Pinto Coelho fugiu e abandonou os revolucionários na madrugada do dia 20, causando enorme baque moral na tropa, sendo necessárias duras instâncias por parte de Teófilo Ottoni, que assumiu o comando, para que os rebeldes não se dispersassem.

José Feliciano Pinto Coelho da Cunha – aclamado Presidente Interino da Província de Minas Gerais



Franz Wisner von Morgenstern – engenheiro responsável pela abertura de trincheiras e pela artilharia em Santa Luzia

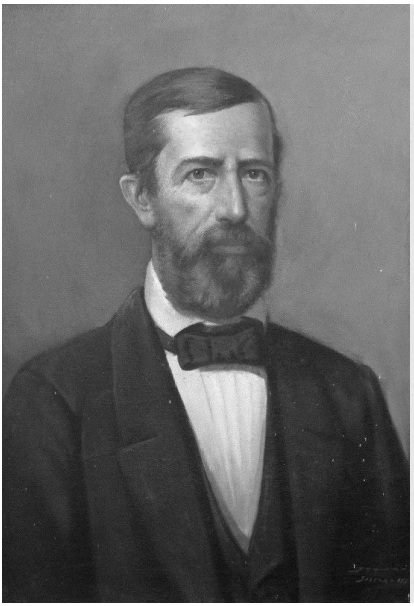
Sabendo do deslocamento de Caxias para Santa Luzia, o Estado Maior dos rebeldes deliberou que Antônio Nunes Galvão ocuparia a região do alto do Tamanduá com a sua tropa. Manoel Joaquim de Lemos, Joaquim Martins de Oliveira e Francisco José de Alvarenga guarneceriam a estrada que ligava Lapa (atual Ravena) a Santa Luzia. O batalhão de Santa Quitéria (atual Esmeraldas) foi posicionado acima da Ponte Grande sobre o Rio das Velhas e os Batalhões de Santa Bárbara e Santa Luzia

ficaram encarregados de proteger o arraial, em torno do qual, sob as ordens do engenheiro austríaco Wiesner von Morgenstern, foram cavadas diversas trincheiras. Atiradores rebeldes foram posicionados estrategicamente pelo arraial, inclusive nas torres da Igreja Matriz, que se transformou em um dos principais redutos de resistência dos liberais.

Caxias dividiu sua tropa em três colunas e marcou o ataque contra Santa Luzia para ocorrer na manhã do dia 21 de agosto.

A primeira coluna, com 460 Guardas Nacionais do Presídio de Rio Preto, sob o Comando do Tenente-Coronel Francisco de Assis Ataíde e direção do Major José da Vitória Soares de Andrea, partiu de Sabará no dia 19, margeando o Rio das Velhas, com o intuito de tomar a Ponte Grande de Santa Luzia. A terceira coluna partiu de Caeté no dia 18 rumo à estrada que ligava o Arraial da Lapa a Santa Luzia. Era comandada por José Joaquim de Lima e Silva, irmão de Caxias. Na madrugada do dia 20, a segunda coluna, comandada por Caxias, partiu de Sabará rumo a Santa Luzia, pretendendo se estabelecer a cerca de uma légua e meia para iniciar o ataque no dia seguinte. Ao todo, eram mais de dois mil militares legalistas.

Ocorreu que um desertor do Exército Imperial havia comunicado a data prevista para o combate aos rebeldes, que tomaram a iniciativa de surpreender o inimigo na manhã do dia 20, quando o destemido Antônio Nunes Galvão, que estava na região do Tamanduá, abriu fogo contra a coluna de 800 homens comandada pessoalmente pelo Barão de Caxias por volta das 8h30. Essa coluna contava com artilharia e era composta pelo 1º Batalhão de Linha do Exército, pelo 2º Batalhão da Guarda Nacional de Magé, pelo 8º Batalhão de Caçadores de Montanha, pela Cavalaria e Guarda Nacional de Sabará.



Teófilo Benedito Ottoni
Líder dos Rebeldes Liberais

Barão de Caxias – Comandante do
Exército Pacificador

Os rebeldes contavam com número superior de soldados e se valiam, inclusive, de uma peça de artilharia de calibre 03 (tomada do Exército no combate de Queluz) posicionada no alto de um morro, ou seja, em local privilegiado, o que fez com que Caxias tivesse que recuar sua posição, por estar em condições de inferioridade. A batalha parecia estar ganha pelos liberais.

Entretanto, o Coronel José Joaquim de Lima e Silva, irmão de Caxias, que estava com sua coluna posicionada na estrada da Lapa, ao ouvir o barulho da artilharia, percebeu que os planos haviam sido alterados e resolveu flanquear a tropa liberal que avançava contra o seu irmão, não encontrando maiores resistências. José Joaquim de Lima e Silva comandava a coluna integrada pelo 2º Batalhão de Linha do Exército, bem como Batalhões do Rio de Janeiro, Serro, Caeté e da Guarda Nacional do Rio Preto.

A manobra do irmão do Barão de Caxias colocou os revolucionários entre fogo cruzado, e o Barão, então, em pessoa, comandou uma carga de baioneta contra os inimigos, que entraram

em posição de desvantagem e começaram a retroceder rumo ao Arraial, passando pela região do Córrego das Calçadas.

Taticamente, no combate de Santa Luzia verificou-se, da parte do Exército, uma ação frontal (Coluna de Caxias), combinada com uma ação de flanco (Coluna Lima e Silva), completada por uma ação de cerco (Coluna Ataíde). Os insurgentes promoveram ações de ataque, defesa, retraimento, contra-ataque, flanqueamento e retirada.[83]

O combate foi renhido e o palco da batalha, segundo o próprio Caxias, "ficou juncado de cadáveres e correu o sangue como água".

Segundo o Dicionário das Batalhas Brasileiras,[84] os liberais tiveram 60 mortos, 100 feridos e 300 prisioneiros, incluindo dez dos líderes. A seu turno, os legalistas teriam tido 72 baixas, entre mortos e feridos.

Aluísio de Almeida,[85] entretanto, afirma que os liberais tiveram 59 combatentes mortos e grande número de feridos. Já os legalistas teriam perdido seis oficiais, dois cabos e 16 soldados, totalizando 24 mortos. Entre os feridos da legalidade, estariam 04 oficiais e 64 soldados.

Em Ofício de 20 de agosto, Caxias avisa ao Presidente da Província que a batalha havia durado mais de oito horas e que, entre os legalistas, 20 soldados haviam morrido e 70 ficaram feridos. Entre os oficiais, 10 ficaram feridos. Ainda segundo o Barão, o número de mortos entre os rebeldes ainda era incerto, pois a batalha acabou já de noite e muitos corpos estavam espalhados pelo campo.

Em 22 de agosto, foram sepultados sete corpos de combatentes do Exército Imperial no interior da Igreja Matriz de Santa Luzia. Dos liberais, no cemitério da cidade foram sepultados os corpos do Capitão Antônio Torquato (crioulo forro de 52 anos de idade), de Josefa Parda (atingida por uma bala perdida) e de

83 CARDOSO, Álvaro. *Caxias e a Revolução Liberal em 1842 em Minas*. p. 164 e 166.

84 DONATO, Hernani. *Dicionário das Batalhas Brasileiras*. p. 502.

85 ALMEIDA, Aluísio de. *A Revolução Liberal de 1842*. p. 168.

Francisco Pardo, de 24 anos de idade. No cemitério da Fazenda das Bicas, no dia 25, foi sepultado um escravo de quatorze anos, de propriedade do Capitão José da Rocha de Souza, que fora baleado durante a guerra. Esses foram os sepultamentos oficialmente registrados, mas como os legalistas tiveram cerca de 30 mortos e os rebeldes cerca de 60, há indícios de que os corpos desses combatentes tenham sido sepultados em um cemitério improvisado no próprio campo de batalha, na região do Córrego das Calçadas, conforme registro feito no mapa elaborado pelo engenheiro Guilherme Henrique Fernando Halfeld (1797-1893), integrante da tropa legalista.

Pesquisas arqueológicas poderão encontrar a exata localização do campo santo, bem como das trincheiras escavadas por Von Morgenstern e outros vestígios da batalha.

Victor Silveira,[86] em 1925, registrava que: "No valle onde se feriu a batalha decisiva, que está a 2 quilômetros da cidade, até hoje se encontram balas enterradas no solo, quando se procede a escavações ligeiras. Destas balas, que partiram das armas dos republicanos brasileiros, ainda se encontram algumas no museu da cidade, bem como uma que serviu à única peça de artilharia de que dispunham".

3 Bravura luziense

Aos poucos o Exército Imperial foi avançando e tomando as posições dos revolucionários em Santa Luzia, o que não se conseguiu sem resistência. O arraial estava guarnecido e havia muitos liberais bravos, dispostos ao último combate.

Paulo Pinheiro Chagas assinala que quando Caxias já começava a se dirigir ao arraial, a artilharia rebelde foi transportada, sob aclamações, para a Calçada, e Teófilo Otoni fez-se comandante dos disparos mortíferos executados pelos engenheiros Arieira e Morgenster.[87]

86 SILVEIRA, Victor. *Minas Geraes em 1925*. p. 722.

87 CHAGAS, Paulo Pinheiro. *Teófilo Otoni*. Ministro do Povo. p. 111.

Quartel General dos Revolucionários em Santa Luzia

Há registros históricos que confirmam que a Igreja Matriz e outros prédios utilizados pelos revolucionários ficaram cravejados de balas após o combate. Segundo Edelweiss Teixeira, na porta da Igreja Matriz – posteriormente utilizada como prisão para os rebeldes – onze luzienses resistiram até o último cartucho.[88]

O enfrentamento findou-se nas últimas horas do sol, quando os legalistas tomaram o Quartel General dos Liberais, após renhido combate. As perfurações nas janelas laterais da edificação são testemunhos da chegada do Batalhão comandado pelo irmão de Caxias.

88 TEIXEIRA, Edelweiss. *Comemorações do 1º Centenário da Revolução Liberal e da Ação pacificadora de Caxias*. p. 36.

Tomado o Arraial de Santa Luzia, cerca de 300 prisioneiros foram feitos por Caxias, entre eles os principais líderes revolucionários (Teófilo Ottoni, José Pedro Dias de Carvalho, João Gualberto Teixeira de Carvalho, Vigário Joaquim Camilo de Brito, Pedro Teixeira de Carvalho, Francisco Ferreira Paes e Padre Manoel Dias do Couto Magalhães), que decidiram não empreender fuga. Duas centenas de rebeldes teriam dormido na Igreja Matriz e conduzidos amarrados em corda como recrutas do Exército.

As janelas do Quartel ainda hoje apresentam as perfurações das balas disparadas pelo Exército de Caxias.

No dia seguinte, os chefes foram enviados a Ouro Preto para posterior julgamento. Acorrentados dois a dois, os cabeças dos rebeldes passaram por Sabará, Congonhas do Sabará (Nova Lima), Rio das Pedras (Acuruí), Casa Branca (Glaura), sendo encarcerados na cadeia da então Capital.

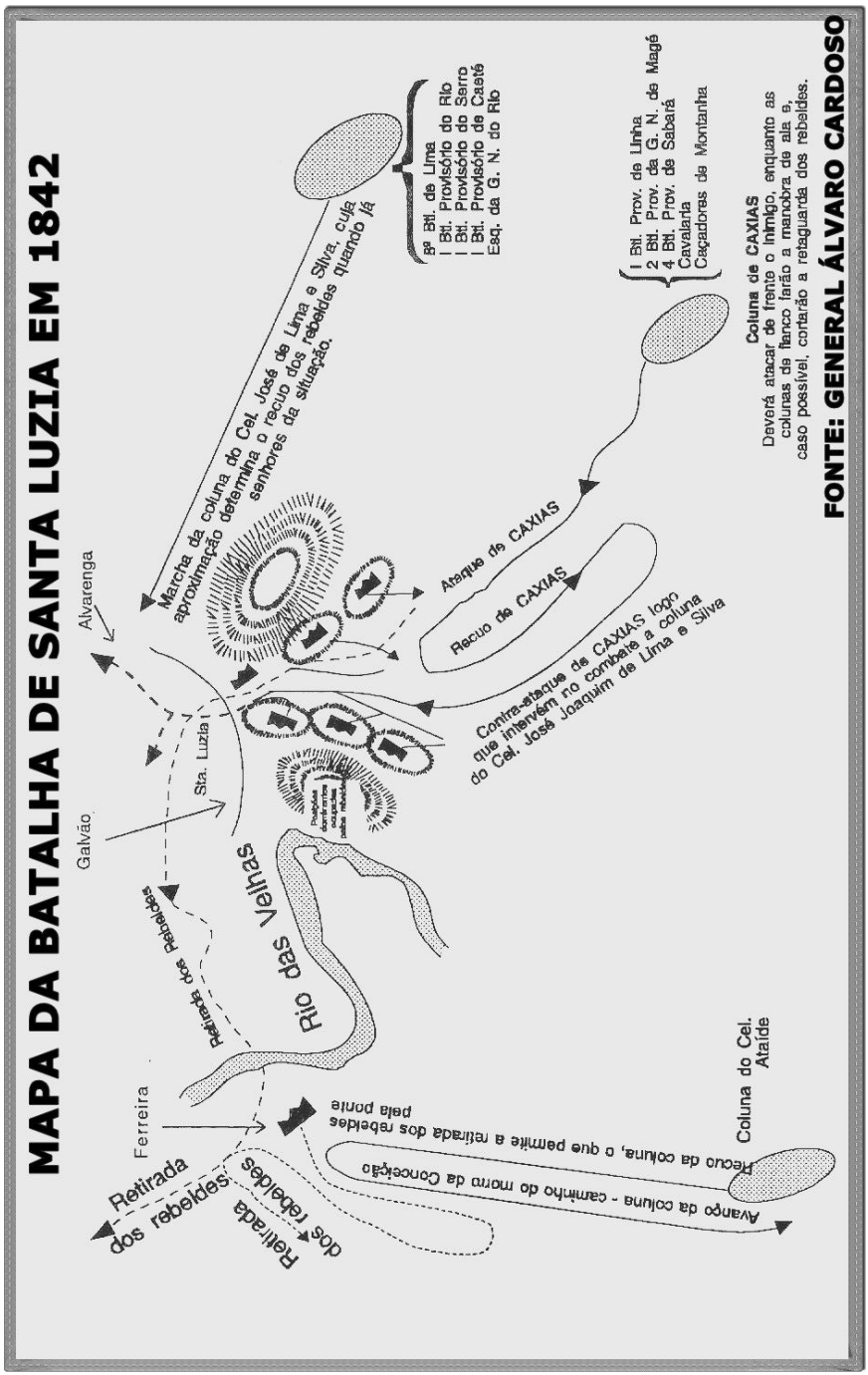
Pela coragem e tenacidade com que lutaram os rebeldes no palco derradeiro da Revolução Liberal de 1842, os integrantes do movimento insurgente, comparados a verdadeiros leões feridos, passaram a ser chamados de "Luzias", expressão que se transformou, desde então, em sinônimo de destemor e bravura.

Nas palavras do historiador Augusto de Lima Júnior:

> A batalha foi perdida sob o aspecto militar e político. Mas foi ganha para a História. Wellington derrotou Napoleão em Waterloo, mas Napoleão continuou maior do que Wellington. Nem sempre ganha quem é o maior. Ainda hoje no Brasil, os que lutam pela liberdade e pelos bons costumes tem o apelido de "luzias". É a memória da batalha de 20 de agosto de 1842, no Arraial de Santa Luzia do Rio das Velhas. Santa Luzia sempre guardou com orgulho as cicatrizes dessa luta.[89]

Por Decreto de 14 de março de 1844 o Imperador concedeu anistia a todos os insurgentes, que recobraram a liberdade.

89 LIMA JÚNIOR, Augusto de. *Santa Luzia do Rio das Velhas*. p. 289.


MAPA DA BATALHA DE SANTA LUZIA EM 1842
Alvarenga
Galvão
Sta. Luzia
Ferreira
Rio das Velhas
Retirada dos rebeldes
Retirada dos rebeldes pela ponte
Marcha da coluna do Cel. José de Lima e Silva, cuja aproximação determina o recuo dos rebeldes quando já
8º Btl. de Lima
1 Btl. Provisório do Rio
1 Btl. Provisório do Serro
1 Btl. Provisório de Caeté
Esq. da G. N. do Rio
Ataque de CAXIAS
Recuo de CAXIAS
Contra-ataque de CAXIAS logo que intervém no combate a coluna do Cel. José Joaquim de Lima e Silva
1 Btl. Prov. de Linha
2 Btl. Prov. da G. N. de Magé
4 Btl. Prov. de Sabará
Cavalaria
Caçadores de Montanha
Coluna de CAXIAS
Deverá atacar de frente o inimigo, enquanto as colunas de flanco farão a manobra de ala e, caso possível, cortarão a retaguarda dos rebeldes.
FONTE: GENERAL ÁLVARO CARDOSO
Avanço da coluna - caminho do morro da Conceição
Recua da coluna, o que permite a retirada dos rebeldes pela ponte
Coluna do Cel. Ataíde

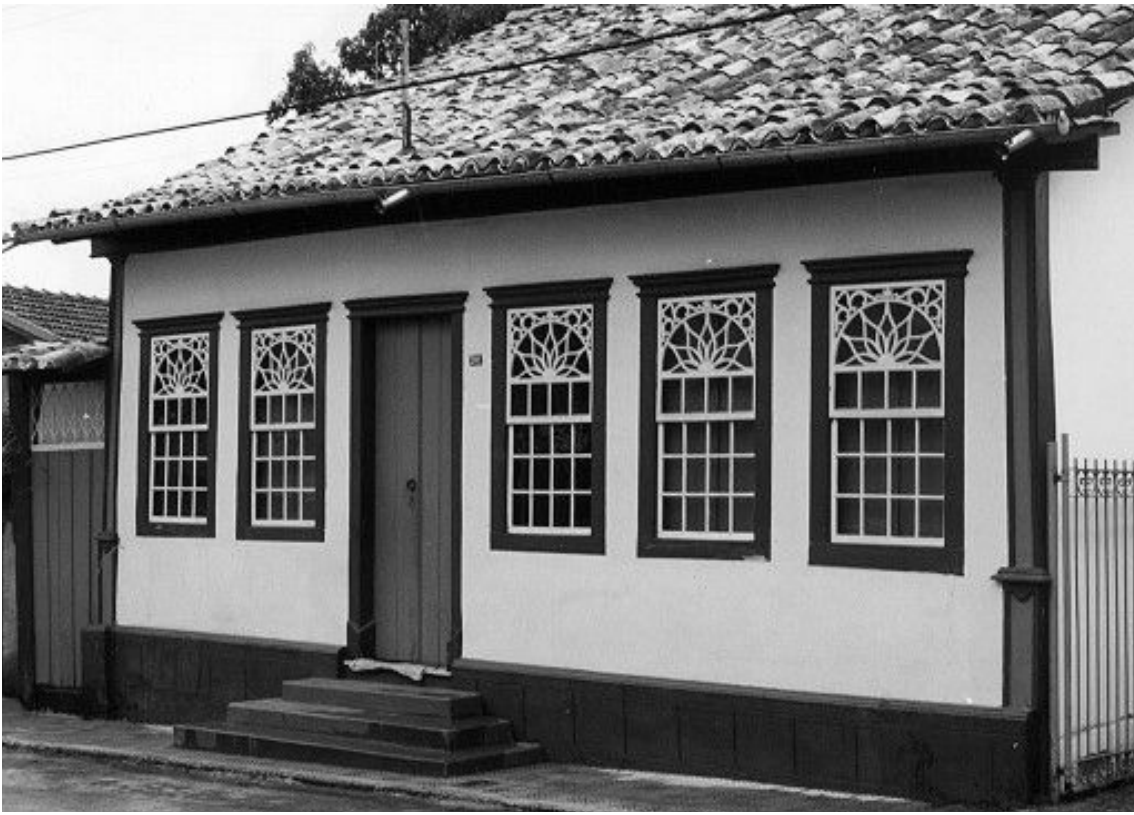
4 Patrimônio cultural protegido

Os principais prédios, objetos e locais de Santa Luzia relacionados à Revolução Liberal de 1842 estão protegidos como patrimônio cultural.

Em 20 de agosto de 1942, foram realizadas na cidade, com o apoio do Governo do Estado, as comemorações do centenário da ação pacificadora do Duque de Caxias em Santa Luzia. Na ocasião foi erguido, na região denominada "Alto do Tamanduá", posteriormente denominada Recanto dos Bravos, nas proximidades do muro de pedras em que foi travado o combate entre legalistas e rebeldes, um monumento em forma de pirâmide que recebeu a denominação de Marco do Centenário. No ano de 2015, o Decreto Municipal nº 3.045, de 21 de maio, aprovou o Plano de Gestão Municipal do Sítio Histórico Recanto dos Bravos, definindo responsabilidades da Secretaria de Cultura, Secretaria de Obras e Guarda Municipal no que pertine a ações de conservação do patrimônio relacionado aos remanescentes da Batalha de Santa Luzia. Em 2017 o sítio histórico foi revitalizado, recebeu sinalização interpretativa e houve a inauguração do Centro de Memória Revolucionário José de Oliveira Campos, sob o parlatório.

A casa que serviu de sede ao Quartel General dos Liberais, conhecida como Solar Teixeira da Costa, a Igreja Matriz e o "Muro de Pedras", referência da última batalha, foram tombados pela Lei Orgânica do Município (art. 222).

A casa situada na Rua Direita, 101, que foi propriedade do Juiz de Paz e Vereador José de Oliveira Campos, um dos líderes insurgentes, e onde José Feliciano e Teófilo Otoni ficavam hospedados, foi tombada pelo Decreto Estadual nº 18.531/77.



Casa do Tenente-Coronel José de Oliveira Campos – Rua Direita, 101.

O acervo do Museu Aurélio Dolabella, criado pela Lei nº 594/72, reúne diversos objetos de uso militar remanescentes do conflito de Santa Luzia, a exemplo de armas de fogo (carabinas e garruchas), balas de canhão e uma granada de mão.

Enfim, repousa em Santa Luzia o maior acervo material existente em Minas Gerais remanescente da Revolução Liberal de 1842.

Referências

ALMEIDA, Aluísio de. *A Revolução Liberal de 1842*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944.

ANDRADE, Martins de. *A Revolução de 1842*. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1942.

CARDOSO, Álvaro. *Caxias e a Revolução Liberal em 1842 em Minas*. p. 155-172.

CHAGAS, Paulo Pinheiro. *Teófilo Ottoni*. Ministro do Povo. 3. ed. Itatiaia: Belo Horizonte, 1978.

DONATO, Hernani. *Dicionário das batalhas brasileiras*. 2. ed. São Paulo: IBRASA, 1996.

LIMA JÚNIOR, Augusto de. Santa Luzia do Rio das Velhas. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v. X, p. 281-290, 1963.

MARINHO, José Antônio. *História do Movimento Político de 1842*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1977.

MATEUS, Adalberto Andrade. *Santa Luzia*: atos de proteção. Bens culturais tombados. Santa Luzia: Edição do Autor, 2016.

SILVEIRA, Victor. *Minas Geraes em 1925*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926.

TEIXEIRA, Edelweiss. *Comemorações do 1º Centenário da Revolução Liberal e da Ação pacificadora de Caxias*. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 2016.

VIII

Patronos das Cadeiras Homenageados

Octavio Augusto Martins Lopes

Permita Deus que o Direito sempre nos inspire, para que a Justiça, finalidade máxima do homem sobre a terra, jamais se afaste do nosso pensamento e das nossas inspirações.

(Geraldo Freire, primeiro Promotor de Justiça nomeado por concurso no Estado de Minas Gerais)

Geraldo Freire nasceu em Boa Esperança, no ano de 1912, filho de Casimiro Antônio da Silva e de Maria Freire da Silva. Os pais tiveram oito filhos, sendo Geraldo o quarto a nascer. Os mais velhos que ele são José, Dorival e Olavo, enquanto Palmira, Laércio, Levi e Túlio eram os mais novos.

Os pais foram casados por quase cinquenta anos, até a morte de Casimiro em 1953.

Casimiro ficou órfão de pai quando contava com doze anos de idade, precisando trabalhar na roça para ajudar a mãe. Posteriormente, para criar e educar os oito filhos, trabalhou arduamente como comerciante, advogado e, por fim, como escrivão da Coletoria Estadual, sendo, ainda, exímio negociante de gado, atividade com a qual complementava a renda.

Diante das dificuldades da época para criar famílias tão numerosas, Geraldo assim se referiu aos pais que tinham situação similar à dos seus:

> Homens abnegados e mulheres incomparáveis que, mourejando de sol a sol, tiveram a intuição de que o mundo, dali por diante, seria mais de quem sabe do que de quem possui, e, por isso, deram tudo de si para legarem aos filhos a instrução que a aspereza da vida de então negou a cada um deles.

A admiração e o carinho que nutria pelos pais também podem ser constatados na seguinte declaração:

> Enquanto papai nos moldava o caráter, com suas lições e seus exemplos, ela nos formava o coração, com a sua fé, a sua bondade e o seu amor. O seu mundo foi o seu lar, onde, em nenhum reino da terra, houve rainha que reinasse com mais capacidade, com mais dedicação e com mais ternura.

Em sua trajetória de vida, que ricamente descreveu em seu livro *Ao Longo da Vida*, percebe-se que Geraldo Freire era muito ligado à família, à religião, aos amigos que colecionou desde a infância e à sua terra natal, Boa Esperança, a qual descreve como "um ponto privilegiado do mundo que Deus criou e sobre o qual distribuiu, a mancheias, as riquezas do Seu poder e os esplendores da Sua Glória".

Quando narra sobre a sua infância, o seu gosto pela boa comida, sobretudo a comida mais simples, sem sofisticação, vem à tona ao mencionar a traíra sem espinho, "uma tentadora iguaria", e quando narra as habilidades da dona Rosa, esposa do italiano Roberto Sartini, porteiro do Radium Clube Dorense, a qual era responsável por manter um botequim para servir café à noite, "acompanhado dos melhores pastéis e dos mais saborosos canudos de doce de leite que alguém neste mundo já tenha feito".

Cabe aqui ressaltar que Geraldo Freire sentia orgulho em dizer-se dorense, já que o nome antigo da cidade era Dores da Boa Esperança, em homenagem à padroeira Nossa Senhora das Dores, cuja imagem é o destaque do altar barroco da igreja matriz.

Geraldo Freire fez o curso primário em Boa Esperança. Ao finalizá-lo, ficou parado em casa durante três anos, já que seu pai não dispunha de recursos para oferecer estudo fora de casa a mais de um filho.

Vencido esse tempo, Geraldo contava com mais de quinze anos quando foi estudar no Ginásio Coração de Jesus, dos Irmãos Maristas, em Varginha. Cabe aqui uma observação: a sua iniciação na religião foi feita por sua mãe, Maria Freire, a qual "tinha uma fé que comovia".

Com a entrada na adolescência, passou a nutrir certo descaso com os ensinamentos religiosos aprendidos até então. Foi o convívio de dois anos, em regime interno, com os Irmãos Maristas que reavivou a fé católica de Geraldo Freire, que aprendeu com a palavra e com os exemplos de vida.

A fé o acompanhou por toda a sua vida e os textos sagrados que mais o impressionavam eram o Evangelho de São Mateus,

sobretudo o Sermão da Montanha, o Evangelho de São João e as Epístolas de São Paulo.

As atrocidades cometidas durante a Segunda Guerra Mundial levaram-no à conclusão de que os caminhos da compreensão e da paz somente podem ser percorridos se o ser humano seguir as lições do Evangelho.

Sua ligação com os Irmãos Maristas prosseguiu após sua saída, tendo sido paraninfo de duas turmas que se formaram ali.

Após os estudos em Varginha, Geraldo foi estudar no Ginásio Mineiro, em Muzambinho, tendo sido escolhido pelos colegas para ser o orador da turma ao final do curso.

Seu carinho por Muzambinho pode ser comprovado no soneto que escreveu, atendendo ao pedido de uma colega:

Muzambinho
Foi aqui que passei a mocidade,
a sorrir e a cantar alegremente.
Se na vida existir felicidade,
nesta terra ela mora, certamente.

Teu jardim, o teu povo, o teu poente,
e tudo o que for teu, bela cidade,
eu guardarei, gravado, eternamente,
na indestrutível tela da saudade.

Da vida me atirando na jornada,
como quem lembra da mulher amada,
eu sempre evocarei tua visão.

Por seres linda e boa, te bendigo.
E minha alma deixando aqui contigo,
teu vulto levarei no coração.

Saindo de Muzambinho, Geraldo Freire foi aprovado no vestibular da Faculdade de Direito Afonso Pena, onde estudou durante um ano, tendo transferido o curso para Niterói.

Necessário fazer um parêntese para mencionar um dos fatos mais importantes da sua vida.

Em 1926, contava ele quatorze anos de idade, passeava por Boa Esperança, montado em um cavalo alto e rápido, cujo nome era Veloz, quando viu uma bela menina, em torno de dez anos de idade, debruçada na janela de sua casa. Seu coração disparou diante de tamanho encantamento. Era Hilda Vilela.

Em face da pouca idade, alimentaram uma amizade sem compromissos, mesmo porque Geraldo viria a estudar fora e a conhecer outras mulheres. Nenhuma, porém, que lhe tirasse Hilda da memória. Quando ela completou dezoito anos, Geraldo presenteou-a com um soneto:

Teu Aniversário
Mais um ano completas. E, no entanto,
embora de cuidados eu me farte,
fora os versos paupérrimos que canto,
não achei um presente para dar-te.

No modesto escaninho de minha arte,
busquei avidamente, em cada canto,
uma pérola própria de igualar-te,
mas nenhuma encontrei com teu encanto.

À tua frente, pois, eu compareço,
de mãos vazias e alma dolorida,
para apertar-te a pequenina mão.

Cumpro a pena, o castigo que mereço,
dando por teu amor a minha vida,
e atirando a teus pés meu coração.

Geraldo e Hilda casaram-se no dia 04.07.1934, dia em que ela completou vinte e dois anos de idade.

Fechando o parêntese, Geraldo iniciou o curso de Direito na Faculdade Afonso Pena, em Belo Horizonte, e transferiu o curso para Niterói em face do casamento, já que precisava administrar a extensa fazenda da família da esposa, pois era o único homem da casa, vez que o sogro era falecido e os cunhados estudavam fora. Assim, veio a calhar a transferência para a faculdade em Niterói, onde não se exigia presença, e as provas eram duas vezes ao ano.

Nesse período, foi seduzido pela doutrina do integralismo, pregado pelo escritor Plínio Salgado, que se baseava na trilogia Deus, Pátria e Família, que pregava o combate ao comunismo, a centralização política e a moralização dos hábitos administrativos.

Do trabalho na fazenda, afirma que a maior riqueza foi a amizade do povo simples que naquele local laborava.

Durante o casamento, Hilda teve nove partos, mas quatro filhos nasceram mortos, sendo três homens e uma mulher. As filhas que nasceram vivas são: Gilda Maria, Glaura, Glenda Isabel, Genoveva e Graciana.

Como visto, Geraldo Freire e Hilda não tiveram filho. Em compensação, dos quatorze netos, onze deles são homens.

Após formar-se em Direito, Geraldo iniciou suas atividades na advocacia, sem deixar de lado a labuta na fazenda. Não obstante, como os ganhos com a advocacia não compensavam o árduo trabalho, em 1947, ajudado pelo amigo Dr. Mesquita Neves, que levou o seu nome ao então Governador, o Dr. Milton Campos, este o nomeou para o cargo de Adjunto de Promotor.

Pouco depois, realizou-se o concurso para o cargo, tendo ele passado em primeiro lugar, disputando com outros dezessete candidatos as oito vagas existentes.

Coube a Geraldo Freire a honra de ter sido o primeiro Promotor de Justiça nomeado por concurso no Estado de Minas Gerais.

Insta ressaltar um registro citado por Geraldo Freire que demonstra a grandeza de espírito do Governador Milton Campos: como dito, eram oito vagas, havendo empate técnico entre dois candidatos para ocupar a oitava vaga. Um dos candidatos era solteiro, pertencia à UDN, partido que elegeu o governador. O outro era do PSD e havia feito campanha ostensiva pelo candidato adversário, mas era casado, tinha filhos e estava no exercício da representação do Ministério Público na comarca a ser definitivamente preenchida, já que fora interinamente nomeado pelo governador anterior. O Dr. Milton Campos não titubeou: "Era justo e humano que se nomeasse o segundo".

O Procurador Geral era Onofre Mendes Júnior, o qual, segundo Geraldo Freire, foi "quem transformou em carreira o Ministério Público de nosso Estado, até então sujeito aos azares da sorte e da política. Havia promotores de longa vivência e muita capacidade que passavam a vida em comarcas remotas e esquecidas, enquanto jovens inexperientes saíam de bancos acadêmicos e eram logo aboletados nas comarcas de maior projeção e de vida mais confortável e brilhante. Depois de Onofre Mendes não houve mais isso. Ingresso por concurso, e promoção por merecimento ou antiguidade, até os mais altos degraus na carreira".

Durante sete anos Geraldo Freire trabalhou como Promotor de Justiça, o que lhe permitiu confidenciar: "O que de melhor encontrei, no exercício da Promotoria, foi que, nele, a preocupação deve ser a de servir exclusivamente à verdade e praticar unicamente a justiça".

Em um congresso, surgiu a tese de que o Promotor de Justiça não poderia pedir a absolvição do réu no júri. A essa tese, ele se opôs com veemência: "se inocente o réu e eu não pudesse proclamá-lo, preferiria deixar o cargo a macular a consciência com omissões capciosas. Acima de tudo, o Promotor tem que proclamar a verdade e trabalhar pela Justiça, que tanto importa em condenar o culpado como em absolver o inocente".

Esse foi o ponto de vista vitorioso naquele congresso.

Geraldo Freire foi Promotor de Justiça em Boa Esperança, Lambari, Piumhi e Campos Gerais.

Caso de grande repercussão foi um homicídio ocorrido em Campos Gerais, cujo julgamento foi desaforado para Boa Esperança.

Coronel Otávio, rico fazendeiro, querido de todos, matou o sobrinho Jerônimo, filho de seu irmão, o coronel Orlando, tão querido e tão rico quanto Otávio.

O motivo do crime foi o fato de Jerônimo ter engravidado Martinha, filha de Otávio, tendo recusado a casar-se. Tal fato abalou a forte amizade existente entre os irmãos e culminou com o assassinato de Jerônimo, morto por Otávio com um tiro certeiro.

No julgamento, os professores Antônio Aleixo e Alberto Deodato funcionaram como assistentes de acusação.

Ao final, Otávio foi absolvido e a sua primeira visita, no dia seguinte, foi a Geraldo Freire, para lhe dizer que a acusação havia sido dura, mas sem ódio, não tendo ficado agastado com ele.

Outro registro que se faz necessário é o ponto de vista de Geraldo Freire sobre o tribunal do júri, em face das absolvições sistemáticas dos jurados de Boa Esperança.

Ele entendia que os jurados não estavam preparados para o julgamento, o que o levou, na Câmara dos Deputados, atuando como relator geral da comissão incumbida de dar parecer sobre o projeto do Código de Processo Penal, a votar no sentido de mitigar a soberania do júri, tendo sido voto vencido.

Em 1954, Geraldo Freire pediu exoneração do Ministério Público, provocado pelo seu ingresso na política. Saiu candidato a Deputado Federal, pela UDN, obtendo em torno de 13.500 (treze mil e quinhentos) votos, que não foram suficientes para elegê-lo.

Ele definiu os sete anos de atuação no Ministério Público como a melhor fase de sua vida, uma escola de trabalho, dedicação e de apego à verdade e à justiça.

De volta à advocacia, um caso interessante que ele cita e demonstra o quanto não acreditava em uma justiça com o mínimo

de rigor no julgamento pelo tribunal do júri, aconteceu em Três Pontas, onde o seu cliente, José Emílio, efetuou um tiro de espingarda no vizinho Armando Pereira, o qual ficou entre a vida e a morte, mas conseguiu se safar, em face da boa saúde de que gozava. O crime era motivado pelas três barras: barra do ouro, barra da saia e barra da água.

A denúncia do promotor de justiça imputou ao réu o crime de lesões corporais de natureza grave. Encerrada a fase probatória, em suas alegações finais, Geraldo Freire afirmou que a denúncia estava redondamente equivocada, eis que o crime a ser imputado ao seu cliente deveria ser o de tentativa de homicídio e não o de lesão corporal de natureza grave.

O Juiz concordou com a sua tese e determinou o aditamento da denúncia. O Promotor de Justiça recusou-se a aditar. O processo foi encaminhado para o Procurador-Geral, o qual ratificou o ponto de vista do Promotor.

O réu José Emílio foi condenado a 2 anos e 1 mês de prisão, sem direito ao livramento condicional, aplicável a penas superiores a 3 anos, ou à suspensão condicional da pena, aplicável a penas inferiores a 2 anos.

Geraldo Freire interpôs o recurso de apelação. Um Desembargador concordou com a sua tese, enquanto outro afirmou que o advogado excedera-se, "recorrendo *in pejus*, com o intuito de agravar a situação de seu constituinte, para enquadrá-lo em punição mais severa". O presidente da turma desempatou, afirmando ser lícito ao advogado pleitear que seu cliente seja julgado pelo júri, livrando-o do julgamento pelo juiz singular.

Júri realizado, cliente absolvido pela legítima defesa.

Geraldo Freire estava decidido a não tentar nova sorte na política, mas, sendo Vice-Presidente da UDN, acabou convencido pelo então Presidente do partido, Magalhães Pinto, a lançar nova candidatura para Deputado Federal.

Alcançou 16.000 (dezesseis mil) votos, que ainda não foram suficientes para lhe garantir uma cadeira na Câmara dos Deputados, tendo ficado na terceira suplência. Todavia, a UDN

havia ganhado a disputa para a Presidência da República, com Jânio Quadros, e para o Governo do Estado, com Magalhães Pinto, o qual convocou vários deputados para o seu secretariado, permitindo a Geraldo Freire assumir a cadeira de Oscar Correa na Câmara dos Deputados.

Em Brasília, Geraldo Freire foi designado pelo Deputado Rondon Pacheco para a Comissão de Justiça.

Nessa época, estava ele na tribuna para homenagear Duque de Caxias quando foi surpreendido com a notícia da renúncia de Jânio Quadros. Sentiu-se aliviado, já que "de há muito, o Sr. Jânio Quadros vinha inquietando o País, tudo culminando com a condecoração por ele outorgada a 'Che Guevara', um dos paladinos da revolução comunista de Cuba, que então se encontrava na ordem do dia, preocupando todo continente americano".

Alinhou-se com o deputado baiano, João Mendes, que fundara a Ação Democrática Parlamentar para se opor à "marcha esquerdizante que nos ameaçava".

Uma de suas marcas na política foi a luta contra o comunismo, que descreve como "acérrimo inimigo da nossa população, tão indesejável como o nazismo de Hitler", e contra as reformas governistas para enfrentar os problemas sociais, tais como a introdução da República Sindicalista, composta de "mal preparadas lideranças classistas".

Em seu livro, há uma passagem em que ele e o seu primo Newton, biólogo em genética humana, então com pensamentos comunistas, foram almoçar na casa de Joaquim Preto, seu compadre e empregado na fazenda. Newton tentou doutrinar o roceiro sobre suas ideias comunistas e pergunta se ele sabia o que era comunismo, tendo ouvido a seguinte resposta: "É eu ficar trabalhando na roça, para vancê comer à toa na cidade". Foi o bastante para se pôr ponto final na conversa.

Com a renúncia de Jânio, formou-se uma Comissão Mista de Deputados e Senadores para examinar os graves acontecimentos e encontrar uma solução a ser adotada pelo Congresso

Nacional. Cada partido deveria indicar um representante. Dos 70 (setenta) deputados da UDN, coube a Geraldo Freire a indicação.

A saída encontrada pela Comissão Mista foi a adoção do parlamentarismo, com a substancial redução de poder do Presidente da República e maior fiscalização de seus atos pelo Congresso Nacional, o que tornou possível a aceitação da posse de João Goulart pelos militares, superando a crise, ao menos provisoriamente.

O parlamentarismo trouxe relativa tranquilidade. O governo montou um gabinete, chefiado por Tancredo Neves, formado pelos partidos de maior representatividade, tendo Geraldo Freire permanecido na oposição. Todavia, o plebiscito determinou a volta do presidencialismo.

Na eleição seguinte, já mais conhecido, elegeu-se Deputado Federal diretamente, com pouco mais de 18.000 (dezoito mil) votos, tendo sido deslocado da Comissão de Justiça para a de Legislação Social.

Voltou a fazer campanha contra o comunismo, tendo sido designado pela UDN para ser o relator do projeto da reforma agrária, sendo apoiado por parlamentares do quilate de Aliomar Baleeiro, Pedro Aleixo, Rondo Pacheco, Oscar Corrêa e Bilac Pinto, entre outros, na resistência contra as reformas socializantes.

Foi quando a sociedade se mobilizou, tendo ocorrido a marcante marcha da família, em São Paulo, que aglomerou em torno de um 1.000.000 (um milhão) de pessoas, culminando com a tomada do poder pelos militares.

Vieram os problemas com a desvalorização da moeda e especulação, que deram causa ao lançamento da nova moeda, o cruzeiro novo. Ele atribui parte desse problema ao fato de que setores essenciais do governo foram entregues a técnicos altamente especializados, os quais, apesar da indiscutível competência, tinham uma indisfarçável indiferença para com a sorte dos homens, comprometendo o aspecto político e social da revolução.

Ainda nesse mandato, Geraldo Freire foi designado relator da CPI da União Nacional dos Estudantes, dominada por grupos

comunistas, que sofriam forte influência dos russos e chineses, haja vista que Mao Tsé Tung deflagrara a revolução cultural em seu país.

Em 1966, o AI-2 extinguiu as 13 (treze) agremiações políticas existentes no país, substituindo-as por duas agremiações partidárias, uma a favor do governo, a ARENA (Aliança Renovadora Nacional), e a outra de oposição, o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), cabendo a Geraldo Freire a vice-liderança do partido, responsável pela liderança do plenário. O líder do MDB, a quem Geraldo Freire se opunha constantemente, era Mário Covas.

Geraldo Freire teve atuação de destaque, também, nos episódios que antecederam ao contestado Ato Institucional nº 5.

Tudo começou quando o deputado federal pelo MDB da Guanabara, Márcio Moreira Alves, que havia publicado um livro denominado *Torturas e torturadores*, acusando o governo da prática de torturas, incitou as moças a não flertarem com os soldados e o povo a se abster da comemoração cívica, como represália ao regime ditatorial. Tal fala teria se dado no "Pinga Fogo" da Câmara. O governo o acusou de ter injuriado as Forças Armadas, tendo representado contra Moreira Alves junto ao STF, que formulou pedido de licença à Câmara para processar o deputado. Geraldo Freire ainda exercia a vice-liderança do partido e, diante de um problema cardíaco do líder, o deputado paraibano Ernani Satyro, coube a ele exercer a liderança. O próprio presidente nacional da UDN e outros sete deputados do partido ficaram contra a concessão da licença para o STF processar o deputado.

Geraldo Freire reconhecia que o ato imputado a Moreira Alves era desprovido de gravidade ou consequências danosas, mas "teve a falta de sorte de atear fogo ao estopim que ocasionou a explosão do barril de pólvora". Por fidelidade ao Presidente Costa e Silva, o qual havia lhe apelidado de "Bico de Ouro", em face de sua excelente oratória, e por acreditar que os deputados não poderiam escapar das leis que eles mesmos elaboravam, e, por outro lado, querendo evitar a crise que se desenhava, temendo

uma reação mais forte das Forças Armadas, como um golpe às instituições, Geraldo Freire empreendeu esforços para conseguir convencer os seus pares a concederem a licença, mesmo porque acreditava na isenção do STF para julgar Moreira Alves.

Nesse passo, tomou uma decisão que lhe trouxe extremo desconforto: assinou o requerimento de substituição dos deputados da UDN que votariam contra o governo. Tal ato fez com que a imprensa, a oposição e até mesmo companheiros de partido lançassem fortíssimas críticas a ele. Tais fatos chegaram ao conhecimento do Presidente Costa e Silva, o qual lhe telefonou, sugerindo que cuidasse de sua saúde e procurasse um médico, ao que Geraldo Freire lhe respondeu: "Presidente, não se incomode. Soldado morre é no campo de batalha".

A Comissão de Justiça concedeu a licença, mas, em plenário, a mesma foi negada, tendo a oposição, capitaneada por Mário Covas, conseguido vencer o governo, o qual, no dia seguinte, 13 de dezembro de 1968, editou o Ato Institucional nº 5, colocando o Congresso Nacional em recesso e restabelecendo o poder arbitrário do Presidente da República.

Na mesma semana, mais precisamente no dia 17.12.1968, o Presidente Costa e Silva enviou um telegrama a Geraldo Freire, com os seguintes dizeres:

> Quero apresentar ao ilustre amigo e brilhante parlamentar meus calorosos cumprimentos pela atuação corajosa e leal que exerceu como Líder do Governo Federal na Câmara dos Deputados durante os últimos episódios.

Costa e Silva, então, convocou Geraldo Freire para uma conversa no palácio, relatando ter sido pressionado a fechar o Congresso, ao que se opôs, tendo apenas o colocado em recesso. No ano seguinte, o Presidente Costa e Silva pediu a Geraldo que o representasse em Roma, para a sagração de novos cardeais, ao que aceitou, tendo feito apenas um pedido: trocar a passagem de

categoria especial pela de turista, a fim de que pudesse se fazer acompanhar de Hilda, sua mulher, viabilizando a realização de um grande sonho da vida dela.

Posteriormente, Costa e Silva indicou o nome de Geraldo Freire para presidir o Diretório Regional da Arena, em Minas Gerais, tendo ele vencido as eleições, sendo reeleito em seguida. Acometido por um derrame cerebral, o Presidente Costa e Silva foi substituído por uma Junta Militar, que se recusou a dar posse ao Vice-Presidente Pedro Aleixo. O indicado foi o General Emílio Garrastazu Médici, comandante do Terceiro Exército, em Porto Alegre, o qual, segundo Geraldo Freire, "é um espírito profundamente compreensivo e humano", tendo ajudado ao homem do campo, "que ele realmente procurou beneficiar com medidas legais protetoras, com assistência hospitalar espalhada por toda parte e com o tipo especial de aposentadoria que lhe outorgou".

Com relação às denúncias de tortura, Geraldo Freire considerava injustiça atribuí-las às altas autoridades do governo ou aos comandos militares. Parecia-lhe entrechoque de grupos terroristas, que desrespeitavam a segurança social e a integridade física dos cidadãos, com os defensores da ordem, cujas represálias nem sempre eram comedidas e razoáveis.

Novamente, durante o Governo Médici, coube a Geraldo Freire papel de destaque: foi convidado pelo Presidente da República para ser o Presidente da Câmara, tendo exercido esse cargo de março de 1970 a fevereiro de 1971, concomitantemente com o cargo de Presidente Regional da Arena. Tal prestígio lhe rendeu a maior votação para Deputado Federal por ele obtida: 62.373 (sessenta e dois mil, trezentos e setenta e três) votos.

Na eleição seguinte, em 1975, Geraldo Freire concorreu pela última vez à Câmara dos Deputados, obtendo 42.595 (quarenta e dois mil, quinhentos e noventa e cinco) votos, encerrando o seu mandato em 1979. Nesse último mandato, Geraldo Freire exerceu a Presidência da Comissão de Educação, além de Relator Geral do projeto que visava instituir o novo Código de Processo Penal, sendo o projeto aprovado em plenário, com o parecer dele.

Todavia, quando enviado ao Senado, o governo o retirou, sem que se fizesse qualquer esclarecimento.

Católico fervoroso, a sua maior decepção foi a vitória da emenda constitucional que instituiu o divórcio no país. Em 1982, Geraldo Freire recebeu e aceitou o convite de Murilo Badaró para compor a chapa ao governo de Minas. Todavia, a convenção do PDS escolheu a chapa encabeçada por Eliseu Resende, o qual viria a perder as eleições para Tancredo Neves.

Em sua trajetória, Geraldo Freire foi Diretor do primeiro ginásio de Boa Esperança, o Ginásio São José, sendo dos primeiros a apoiar a ideia do Pároco Cônego Osório Maria Tavares. Para obter a inspeção do Ministério da Educação, foi designado Francisco Penha Alves, Inspetor Federal do Instituto Gammom, de Lavras, o qual era pastor presbiteriano. Coube a Geraldo fazer a ligação do pároco com o pastor, o que viabilizou o vencimento de todos os trâmites burocráticos para garantir o êxito do empreendimento com velocidade surpreendente. A obra foi importante porque permitiu aos jovens estudarem junto a suas famílias, incluindo os mais pobres. Posteriormente, já como Deputado, conversou com o Governador Magalhães Pinto, que determinou a oficialização da iniciativa do Padre João Vieira da Fonseca e dos professores, criando o Ginásio Estadual Presidente Kennedy, viabilizando o funcionamento da instituição que não cobrava nada dos alunos no seu nascedouro. O mesmo Padre João ainda fundou um colégio comercial, ao qual deu o nome de Geraldo Freire, em homenagem ao seu trabalho pela educação. Outra obra pela qual o Deputado Geraldo Freire se esforçou foi a rodovia asfaltada que leva a Três Pontas, Varginha e Nepomuceno, que tanto progresso trouxe à cidade de Boa Esperança, tendo sido iniciada no Governo Rondon Pacheco e inaugurada no Governo Aureliano Chaves.

O livro *Ao Longo da Vida* registra outros inúmeros fatos que mereciam ser destacados neste texto, sobre os quais silenciei para não o tornar demasiadamente longo. No aspecto político, destaco a forma extremamente respeitosa com que Geraldo Freire se referia aos seus adversários do PSD, sendo este mais um aspecto de seu caráter conciliador demonstrado ao longo de sua

vida. Lado outro, na seara de sua atuação ministerial, a busca pela verdade e a justiça fortaleceu a instituição, deixando-a respeitada nas comarcas onde trabalhou.

São exemplos como o dele e de tantos outros profissionais que nos antecederam que solidificaram o papel do Ministério Público diante da sociedade, tornando-o a instituição mais respeitada do país, culminando, recentemente, com a Operação Lava Jato, cujos Procuradores tiveram os seus trabalhos reconhecidos em âmbito internacional.

IX

Nossos Colaboradores

Antônio José da Costa Filho integra o Ministério Público da Bahia, onde ingressou em 1961. Exerceu suas atribuições ministeriais nas Comarcas de Ibitiara, Cipó, Itabuna e Salvador, nas quais sempre se dedicou também ao magistério. Era Promotor de Justiça na cidade de Feira de Santana, na Bahia, quando se manifestou em versos e do mesmo modo o fez em contrarrazões de recurso noutro feito processual. Homem voltado para as letras, publicou trabalhos técnicos, romance, livros de ficção e contos. Escreveu, entre outros, *Eclipse*, *Estrela cadente*, *Prostituição*: crime ou castigo?.

Danielle de Guimarães Germano Arlé é natural do Rio de Janeiro. Sua educação de segundo grau foi feita no Colégio de Aplicação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, formando-se posteriormente em Direito por aquela Universidade. Professora de inglês no CCAA do Rio de Janeiro, ingressou posteriormente no Ministério Público de Minas Gerais, tendo sido Promotora de Justiça nas Comarcas de Nanuque, Teófilo Otoni, Espera Feliz e Carangola. Atualmente exerce suas funções em Belo Horizonte, no Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF). Tem artigos publicados na *Revista do CNMP*, Banco Mundial e na *Revista do Ministério Público de Minas Gerais*.

Duarte Bernardo Gomes é paulistano. Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo – SP. Ingressou no Ministério Público do Estado de Minas Gerais no ano de 1984 tendo ocupado o cargo de Promotor de Justiça nas comarcas de Taiobeiras, Natércia, Três Pontas, Itajubá, Pouso Alegre e Belo Horizonte. Exerceu o cargo de Assessor da Corregedoria Geral do Ministério Público por duas vezes, e foi promovido ao cargo de Procurador de Justiça em 1996. Membro do Conselho Superior do Ministério Público, foi examinador em Concurso Público de Ingresso à Carreira, aposentando-se em 1998. Cursou, posteriormente, graduação em Filosofia na Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia em Belo Horizonte, bem como Filosofia na UFMG em Belo Horizonte. Fez mestrado acadêmico

em Filosofia na Pontifícia Universidade Católica de Campinas e obteve o grau de mestre em Filosofia Social. Lecionou Filosofia Geral, Filosofia do Direito e Hermenêutica Jurídica na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e na Faculdade Metropolitana de Belo Horizonte onde também foi Coordenador do Curso de Direito. Cursou História do Direito Penal na Universidade de Lisboa, Portugal.

Joaquim Cabral Netto é mineiro, formou-se em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora e em História pela Faculdade de Filosofia e Letras de Colatina (ES). Foi, por duas vezes, Corregedor-Geral do Ministério Público de Minas Gerais. Foi Presidente da AMMP e da Conamp. É membro do Instituto Histórico e Geográfico e do Memorial do Ministério Público de Minas Gerais. Professor de Direito Penal na PUC Minas por mais de 25 anos, publicou obras históricas e jurídicas como: *O Ministério Público na Europa Latina*; *Guia de Ingresso no Ministério Público*; *Instituições de Processo Penal*; *História do Ministério Público de Minas Gerais*: v. I, Uma Instituição Centenária, v. II, a AMMP; v. III, os *Congressos Estaduais do MP*; *Conamp*: uma história sem fim; *Os Congressos Nacionais do Ministério Público*; *Visão Diacrônica do Ministério Público do Brasil*, Caminhos. Esperantista, participou de Congressos Internacionais de Esperanto em Viena, Praga, Montpellier, Lille, Fortaleza, Florença, Gottenburg, São Petersburgo e Buenos Aires.

José Luiz Monti é argentino, natural da cidade Gral. San Martin, Prov. de Buenos Aires. Foi, há anos, Secretário Letrado do Ministério Público Argentino e, após, por longos anos foi Juiz da "Cámara Nacional de Apelaciones en lo Comercial (Sala C)". Membro da Sociedade Argentina de Análises Filosóficas é um dos fundadores da "Asociación de Estudios Interdisciplinarios". Doutor, na área de Filosofia do Direito pela Universidade de Buenos Aires, é "Professor Consulto Adjunto" de Direito Civil daquela Universidade. Em suas atividades científicas tem inúmeros livros, ensaios e artigos publicados. Sócio Honorário da

Academia de Letras do Ministério Público de Minas Gerais, poeta e literato, o Dr. José Luiz Monti é um homem de cultura invejável, e uma das mais admiráveis sensibilidades poéticas e literárias da atualidade de seu País.

Luiz Alberto de Almeida Magalhães é mineiro, natural de São João del Rei. No Ministério Público foi Promotor de Justiça nas Comarcas de Presidente Olegário, Araçuaí, Caratinga e Belo Horizonte. Como Procurador de Justiça ocupou, por várias vezes, a Câmara de Procuradores e o Conselho Superior do Ministério Público. Recebeu as mais ilustres Medalhas do Estado de Minas Gerais: da Inconfidência, Alferes Tiradentes (da Polícia Militar de Minas Gerais), do Mérito do Poder Legislativo, de Honra Presidente Juscelino Kubitscheck, Santos Dumont, Comenda da Liberdade e Cidadania, sendo cidadão honorário da cidade de Araçuaí. Dono de uma sensibilidade admirável, ele é um consagrado autor de livros voltados para a infância e publicou, dentre outras: "Bruxa quase Fada", "Anjo da Terra", "Bem feito... não deu no que deu", "Vento da Pá-Virada".

Luiz Carlos Abritta é mineiro de Cataguases. Formado pela UFMG, foi Promotor de Justiça nas Comarcas de Rio Piracicaba, Brumadinho, Itabira e Belo Horizonte. Foi Presidente da AMMP e, promovido a Procurador de Justiça, integrou por várias vezes a Câmara de Procuradores e o Conselho Superior do Ministério Público. Ex-Presidente da União Nacional de Trovadores; da Academia Municipal de Letras de Minas Gerais e do Tribunal de Ética da OAB/MG. Publicou as obras: *Poemas*; *Nada vale a pena*; *Discursos; A história do movimento modernista em Cataguases*; *Críticas criticáveis*; *Tatá, Tati e Tininha*; *Sonho e saudade*; *Aurora plena*; *Um homem plural*; *Maria, Mãe de Jesus e nossa Mãe*. Recebeu inúmeros prêmios em concursos de contos, trovas e poemas em vários Estados do Brasil. Destaque-se, entre outros, o de Mérito Cultural da União Brasileira de Trovadores, do Rio de Janeiro, em 1997, pelo conjunto de sua obra poética. Tem poemas

de sua autoria publicados na França (Paris, 2011 – Ecrivains Contemporains du Minas Gerais). É Presidente da Academia de Letras do Ministério Público de Minas Gerais e membro da Academia de Letras e Artes de Portugal.

Marcos Paulo de Souza Miranda, mineiro de Andrelândia, foi Promotor de Justiça nas Comarcas de S. João Evangelista, Piranga, João Monlevade, Ipatinga e Santa Luzia. Hoje é o Coordenador da Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais. Dedicando-se à pesquisa da História de Minas Gerais há mais de 20 anos, graças aos esforços da equipe por ele dirigida, um grande número de obras saqueadas de igrejas mineiras foram encontradas. Especialista em Direito Ambiental e Doutorando em Ciências Jurídicas e Sociais, é professor de Direito do Patrimônio Cultural. Membro da Academia Maçônica de Letras e do Colégio Brasileiro de Genealogia, publicou, individualmente: "Aleijadinho Revelado – Estudos históricos sobre Antonio Francisco Lisboa" e "Tutela do Patrimônio Cultural Brasileiro".

Marcos Viola de Carvalho é mineiro, natural de Lambari. Adentrou no Ministério Público de Minas Gerais em 1975, exercendo suas atividades ministeriais nas Comarcas de Monte Azul, Paracatu, Itaúna e Belo Horizonte. Foi promovido Procurador-Geral de Justiça Adjunto e, por mais de uma vez, integrou o Conselho Superior do Ministério e sua Câmara de Procuradores de Justiça. Possui vários artigos na *Revista JUS Literária*, da Associação Mineira do Ministério Público.

Maria de Lourdes Nepomuceno Chaves, natural de Várzea da Palma, ingressou no Ministério Público de Minas Gerais em 1975, como Promotora de Justiça Substituta. Como tal, exerceu suas atribuições em inúmeras cidades para, posteriormente exercê-las, como titular, nas Comarcas de Mutum, Mesquita, Aiuruoca, Aimorés, Piumhi, Conselheiro Lafaiete e Belo Horizonte.

Promovida a Procuradora de Justiça de Categoria A em 1989, em 1991 à Categoria B.

Maria Odete Souto Pereira é natural de Almenara, no Vale do Jequitinhonha. Formou-se em direito pela UFMG e ingressou no MP em 1975. Atuou como promotora de Justiça nas comarcas de Jaboticatubas, Santa Luzia, Sabará e Belo Horizonte. Foi promovida ao cargo de procuradora de justiça do Estado de Minas Gerais em maio de 1989. Em fevereiro de 2003, assumiu o cargo de sub-corregedora. Exerceu o cargo de procuradora-geral de Justiça.

Mário Cavaleiro Lisboa é gaúcho, natural da cidade de Cachoeira do Sul e criou-se na cidade de Sobradinho. Ingressou no Ministério Público do Rio Grande do Sul em 1975 e aposentou-se em 2014. Em 1981 foi premiado por suas crônicas com o Prêmio Habitasul Correio do Povo, como Revelação Literária. Em 1992 publicou, pela Editora Movimento, o romance *O inspetor Valadão*. Durante 28 anos, publicou uma crônica em todos os exemplares do jornal *Réplica*, da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul. Publicou, outrossim, o livro *Festim Processual*.

Maurício Braga de Mendonça nasceu na cidade sul-mineira de Brazópolis, exercendo a Promotoria de Justiça nas Comarcas de Cristina, Barão de Cocais, Peçanha, Congonhas, Governador Valadares e Belo Horizonte. Homem culto e partícipe de atividades socioculturais, é membro do Lions Clube em Belo Horizonte, da Academia Valadarense de Letras, da Academia Municipalista de Letras e da Academia Mineira do Leonismo. Escreveu *Ministério dos Causos Públicos*, publicou poemas na *JUS Literária* e trabalhos em prosa em vários jornais, da capital e do interior. Colabora na Revista da Academia de Letras do Ministério Público de Minas Gerais desde o seu primeiro número.

Mônica Sofia Pinto Henriques da Silva é natural da cidade de Maputo, em Moçambique. Formou-se em Direito pela UFMG, e ingressou no Ministério Público de Minas Gerais através do Concurso de Ingresso número XXXVI, entrando em exercício em 29 de setembro de 1998. Exerceu suas atividades funcionais inicialmente como Promotora de Justiça Substituta no Juizado Especial de Belo Horizonte. Posteriormente o fez nas Comarcas de Passa Tempo e Vespasiano, sendo hoje Promotora de Justiça de Belo Horizonte, onde já atuou como Promotora no Tribunal do Júri e hoje exerce suas funções na 2ª Promotoria de Família.

Octavio Augusto Martins Lopes, nascido em Resplendor, Minas Gerais, é graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Ingressou no MPMG em 1994. Atuou nas comarcas de São Francisco, Salinas, Manhuaçu, Betim e há mais de 20 anos exerce suas funções em Belo Horizonte, na Vara de Execuções Penais. Quando esteve em São Francisco, recebeu o título de Cidadão Honorário por sua atuação. Também foi agraciado com a Medalha de Mérito da Justiça e dos Direitos Humanos, entregue pelo governador Itamar Franco. Foi um dos vice-presidentes da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP) na gestão do procurador de Justiça Alceu José Torres Marques. Na vida acadêmica, Octávio Augusto fez pós-graduação em Direito Penal e Processual Penal na universidade Gama Filho.

Raquel Pacheco Ribeiro de Souza é natural de Belo Horizonte. Seguindo a tradição jurídica da família, ingressou no Ministério Público de Minas Gerais por meio do Concurso de Ingresso número XXVII e entrou em exercício em 08 de agosto de 1991. Seu avô, José Aloysio Ribeiro de Souza, foi Juiz de Direito no Rio de Janeiro. Especialista em Filosofia do Direito, Coordenadora da Comissão de Legislação do Instituto Brasileiro de Direito de Família – Seção de Minas Gerais. Tem poemas publicados em *Travessia*. "Escrever poesias nos ajudou a refletir sobre o que estava acontecendo e a dar forma à avalanche de sentimentos que

nos arrastou por lugares desconhecidos". Exerceu suas funções ministeriais nas Comarcas de Rio Paranaíba, Pompéu, Abaeté, Patos de Minas e, hoje, é Promotora de Justiça em Belo Horizonte.

Sérgio Soares de Oliveira é fluminense, natural da cidade de Barra Mansa (RJ), onde se formou em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Barra Mansa. Ingressou no serviço público mediante concurso como Auxiliar Judiciário da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, tendo, posteriormente, e também por concurso público, assumindo o cargo de Técnico Judiciário. Em junho de 2002, ingressou no Ministério Público de Minas Gerais, exercendo suas atividades ministeriais nas Comarcas de Unaí, Itambacuri e Leopoldina. Em Leopoldina instaurou e presidiu Inquérito Civil que culminou na regularização do tombamento e transformação em museu do imóvel onde residiu o poeta paraibano Augusto dos Anjos.

Shirley Machado de Oliveira é natural de Franca, São Paulo. Cursou o ensino fundamental e médio em Ibiraci/MG, e graduou-se na Faculdade de Direito de Franca. É pós-graduada em Gestão Ambiental pela Universidade Federal de São Carlos/SP. Atuou como Oficial do Ministério Público, de 1999 a 2010, e Analista do Ministério Público de 2010 a 2016. Ingressou na Carreira do Ministério Público de Minas Gerais através do LIV Concurso, entrando em exercício em 22 de junho de 2016. Como Promotora de Justiça Substituta, exerceu suas funções na Comarca de São João da Ponte e, posteriormente, foi efetivada na Comarca de Turmalina, onde hoje se encontra. Está cursando MBA em Gestão de Projetos pela FGV. Publicou poesias no caderno Nossas Letras, do *Jornal Diário de Franca*. Como Promotora de Justiça Substituta, exerceu suas funções na Comarca de São João da Ponte e, posteriormente, foi efetivada na Comarca de Turmalina, onde hoje se encontra. Integrou o grupo "Amigos da Poesia", em Ibiraci, e publicou o livro *Ibiraci de tantos encontros*.

Sylvio Fausto de Oliveira nasceu em Pouso Alegre. Foi Promotor de Justiça nas Comarcas de Areado, Monte Sião, Frutal e Uberaba. Escreveu os livros "Frei Pio Zenildo de Malacacheta" e "Recordações de Barro Preto". Tem publicado regularmente artigos em jornais e revistas.

Teodoro Peres é maranhense. Estudou no Colégio Ateneu Teixeira Mendes, de São Luís, e formou-se em Direito em 1976 na Faculdade de Ciências Jurídicas do Maranhão. Nomeado Promotor de Justiça de Arari, exerceu suas atribuições ministeriais nas Comarcas de Viana, Peralva, Vitória do Mearim, S. José do Ribamar, Vitória do Alto Paranaíba e Coroatá, de onde foi para a Comarca de São Luís. Promovido a Procurador de Justiça em 2004, seu talento para as letras levou-o a publicar inúmeros artigos no jornal *O Estado do Maranh*ão. Seu livro de estreia, *Recantos e contemplação de Santa Quitéria*, relatando o encanto do território do Baixo Paranaíba, teve excelente aceitação de seus leitores. Seu outro livro, *Panorama de impressões e o* parquet *do Maranhão*, foi publicado em 2016.

Walter Paulo Sabella é paulista, natural de Adamantina e sócio correspondente da Academia de Letras do MPMG. Bacharel em Direito e também licenciado em Letras Neolatinas, ingressou no Ministério Público de São Paulo em 1979. Ex-secretário Geral da Conamp e ex-vice-Presidente da APMP é, atualmente Assessor do Procurador-Geral de Justiça de São Paulo. Em 1971, obteve o primeiro lugar em Festival de Poesia de âmbito nacional, com o poema "Bairro Velho". Em 1974, publicou *Os deuses do caminho*, antologia de poemas escritos até o início dos anos 70. Seu *Rompendo a barreira*, antologia poética, foi o 1º lugar no Festival Nacional de Poesia do Instituto Nacional do Livro (1971). Tem poemas publicados em jornais, revistas nacionais e na Revista e Tribuna do Direito. É membro da Academia Brasileira de Direito Criminal, coautor e coordenador da obra *Ministério Público, vinte e cinco anos do novo perfil constitucional*.

Esta obra foi composta na fonte Corbel corpo 11,5 e títulos em Vivaldi corpo 21,
impressa em papel pólen bold 90g (miolo) e Supremo 250g (capa)
pela Gráfica e Editora O Lutador, em Belo Horizonte, MG.